



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**A EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS: análise comparativa
entre os municípios de Dracena (SP) e Três Lagoas (MS)**

LEANDRO REGINALDO MAXIMINO LELIS

**TRÊS LAGOAS
2015**

LEANDRO REGINALDO MAXIMINO LELIS

**A EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS: análise comparativa
entre os municípios de Dracena (SP) e Três Lagoas (MS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior.

**TRÊS LAGOAS
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

Leandro Reginaldo Maximino Lelis

A EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS: análise comparativa entre os municípios de Dracena (SP) e Três Lagoas (MS)

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior
DCH/UFMS/Três Lagoas/MS
Presidente

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
DCH/UFMS/Três Lagoas/MS
Titular

Prof^a. Dra. Márcia Yukari Mizusaki
UFGD/Dourados/MS
Titular

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que, de forma direta e indireta, contribuíram para a realização deste trabalho, em especial:

a Deus, por sempre abençoar e iluminar meu caminho;

aos meus pais, João e Leila e a minha irmã Flávia, pelo apoio e incentivo durante o mestrado;

aos meus familiares, minha avó Leonor, meus avós Antônio (*in memoriam*), Reginaldo (*in memoriam*) e Adália (*in memoriam*), tios, tias, primos e primas;

ao Professor Dr. Francisco José Avelino Júnior, pela disponibilidade em me orientar e pelo conhecimento compartilhado;

à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT/MS), por viabilizar financeiramente o desenvolvimento desta pesquisa;

aos professores Dr. Sedeval Nardoque e Dra. Márcia Yukari Mizusaki, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação e pela participação no Exame de Defesa;

a todos os amigos de Três Lagoas e da UFMS, que participaram dos vários churrascos memoráveis na República Abatedouro, em especial, ao Césinha e ao Polar, que estão comigo desde o primeiro dia do mestrado;

aos professores Arnaldo Yoso Sakamoto, André Luiz Pinto e Wallace de Oliveira;

aos amigos de Dracena e de Presidente Prudente;

aos entrevistados de Dracena e de Três Lagoas, que nos receberam e cederam informações importantes;

e, por fim, aos camponeses, que nos receberam em suas casas, foram extremamente gentis e nos forneceram depoimentos imprescindíveis para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A territorialização do capital no campo e a consequente modernização da agricultura foram processos incentivados pelo Estado brasileiro que, além de colaborar para a inserção do Brasil na economia internacional, provocaram inúmeros impactos socioambientais. Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo principal a realização de uma análise comparativa referente aos impactos causados pelas monoculturas da cana-de-açúcar e de eucalipto, nos municípios de Dracena (SP) e Três Lagoas (MS), respectivamente, principalmente no que diz respeito à situação dos camponeses destas localidades. Para tanto, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa e leitura do material bibliográfico selecionado; coleta e análise dos dados de fontes secundárias; e, trabalho de campo para realização de entrevistas com representantes do setor agropecuário e aplicação de questionário junto aos camponeses de Dracena e Três Lagoas. Constatou-se que a expansão da cana-de-açúcar, em Dracena, e do eucalipto, em Três Lagoas, tem provocado uma série de impactos socioambientais, dentre os quais se destacam: desarticulação de comunidades rurais, redução das produções de outras atividades agropecuárias, dificuldade para o desenvolvimento do campesinato, poluição do ar, da água e do solo em decorrência dos agrotóxicos, diminuição da biodiversidade, entre outros. Apesar do contexto desfavorável, a maioria dos camponeses pesquisados afirmou que não pretende deixar o campo, em uma clara demonstração de resistência às adversidades impostas pela territorialização do capital.

Palavras-chave: monoculturas; cana-de-açúcar; eucalipto; Dracena; Três Lagoas.

ABSTRACT

The capital territorialization of the field and the consequent modernization of agriculture were processes encouraged by the Brazilian State that, in addition to contribute to the insertion of Brazil in the international economy, caused many social and environmental impacts. In this context, this research has as main objective the realization of a comparative analysis relative the impacts of the monoculture of sugar cane and eucalyptus in the municipalities of Dracena (SP) and Três Lagoas (MS), respectively, mainly in as regards the situation of the peasants of these places. Therefore, the following methodological procedures were performed: search and read the selected bibliographic material; collection and analysis of data from secondary sources; and fieldwork for realization of interviews with key leaders of the agricultural sector and application of questionnaire to Dracena and Três Lagoas peasants. It was found that the expansion of cane sugar, in Dracena, and eucalyptus in Três Lagoas, has caused a series of social and environmental impacts, among which are: disarticulation of rural communities, reduction of productions of other agricultural activities, difficulty for the development of the peasantry, air pollution, water and soil as a result of agrottoxics, loss of biodiversity, among others. Despite the unfavorable context, the majority of peasants researched said that no intend to leave the field, in a clear demonstration of resistance to adversities imposed by the territorialization of capital.

Keywords: monocultures; sugar cane ; eucalyptus; Dracena; Três Lagoas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Dracena – SP: localização geográfica.....	65
Figura 02 – Dracena – SP: uso e ocupação da terra no ano de 2000.....	73
Figura 03 – Dracena – SP: uso e ocupação da terra no ano de 2013.....	74
Figura 04 – Três Lagoas – MS: localização geográfica.....	78
Figura 05 – Três Lagoas – MS: localização geográfica das unidades industriais da Fibria e da Eldorado Brasil.....	88
Figura 06 – Três Lagoas – MS: uso e ocupação da terra no ano de 2000.....	91
Figura 07 – Três Lagoas – MS: uso e ocupação da terra no ano de 2013.....	92
Figura 08 – Três Lagoas – MS: filas na área central da cidade.....	99
Figura 09 – Dracena – SP: condição dos camponeses pesquisados.....	130
Figura 10 – Três Lagoas – MS: condição dos camponeses pesquisados.....	131
Figura 11 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: quantidade de moradores nas unidades camponesas pesquisadas.....	131
Figura 12 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: quantidade de homens e de mulheres nas unidades camponesas pesquisadas.....	132
Figura 13 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: idade média dos moradores das unidades camponesas de produção que se dedicam às atividades agropecuárias.....	133
Figura 14 – Dracena – SP: renda média mensal dos camponeses pesquisados.....	134
Figura 15 - Três Lagoas – MS: renda média mensal dos camponeses pesquisados.....	135
Figura 16 – Dracena – SP: principais fontes de renda dos camponeses pesquisados.....	137
Figura 17 – Três Lagoas – MS: principais fontes de renda dos camponeses pesquisados.....	138
Figura 18 – Dracena – SP: reunião para assinatura do primeiro contrato de crédito das famílias do Assentamento Nova Canaã.....	139
Figura 19 – Três Lagoas – MS: entreposto da ATLA no Distrito de Arapuá.....	140
Figura 20 – Três Lagoas – MS: horta do programa PAIS no Assentamento Pontal do Faia.....	141

Figura 21 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: camponeses membros de associação ou cooperativa.....	142
Figura 22 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: camponeses que consideram a monocultura existente em seu município como obstáculo.....	148
Figura 23 – Dracena – SP: avaliação dos pesquisados sobre a situação dos camponeses.....	149
Figura 24 – Três Lagoas – MS: avaliação dos pesquisados sobre a situação dos camponeses.....	150
Figura 25 – Dracena – SP: principais dificuldades encontradas pelos pesquisados para o desenvolvimento das atividades da propriedade.....	151
Figura 26 – Três Lagoas – MS: principais dificuldades encontradas pelos pesquisados para o desenvolvimento das atividades da propriedade.....	152
Figura 27 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: número de camponeses pesquisados que pretendem permanecer no campo.....	154
Figura 28 – Dracena – SP: fatores que influenciam na permanência dos camponeses pesquisados no campo.....	155
Figura 29 – Três Lagoas – MS: fatores que influenciam na permanência dos camponeses pesquisados no campo.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Brasil: pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.....	40
Tabela 02 – Brasil: número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área.....	41
Tabela 03 – Brasil: área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área.....	41
Tabela 04 – Brasil: número de conflitos.....	55
Tabela 05 – Brasil: número de assassinatos em conflitos.....	56
Tabela 06 – Dracena – SP: área plantada de cana-de-açúcar.....	72
Tabela 07 – Dracena – SP: quantidade produzida de cana-de-açúcar.....	75
Tabela 08 – Dracena – SP: valor da produção da cana-de-açúcar.....	75
Tabela 09 – Três Lagoas – MS: quantidade extraída de madeira em tora para a produção de celulose e papel.....	93

Tabela 10 – Três Lagoas – MS: valor gerado pela extração de madeira em tora para produção de celulose e papel.....	94
Tabela 11 – Quantidade extraída de madeira em tora para a produção de celulose e papel.....	95
Tabela 12 – Dracena – SP: número de estabelecimentos agropecuários.....	101
Tabela 13 – Dracena – SP: área dos estabelecimentos agropecuários.....	102
Tabela 14 – Três Lagoas – MS: número de estabelecimentos agropecuários.....	102
Tabela 15 – Três Lagoas – MS: área dos estabelecimentos agropecuários...	102
Tabela 16 – Dracena – SP: pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.....	103
Tabela 17 – Três Lagoas – MS: pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.....	104
Tabela 18 – Dracena – SP: efetivo dos principais rebanhos.....	105
Tabela 19 – Três Lagoas – MS: efetivo dos principais rebanhos.....	106
Tabela 20 – Dracena – SP: principais produções de origem animal.....	108
Tabela 21 – Três Lagoas – MS: principais produções de origem animal.....	109
Tabela 22 – Dracena – SP: produção das principais lavouras temporárias....	111
Tabela 23 – Três Lagoas – MS: produção das principais lavouras temporárias.....	112
Tabela 24 – Dracena – SP: produção das principais lavouras permanentes..	114
Tabela 25 – Três Lagoas – MS: produção das principais lavouras permanentes.....	115
Tabela 26 – Três Lagoas – MS: produção das principais silviculturas.....	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
APRD – Associação dos Produtores Rurais de Dracena
ATLA – Associação Treslagoense de Apicultores
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMDA – Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
COOPERAMS – Cooperativa Regional de Apicultura de Mel de Mato Grosso do Sul
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista
FUNDECT/MS – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
GASBOL – Gasoduto Bolívia-Brasil
Ha – Hectares
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IP – International Paper
JBS – Grupo José Batista Sobrinho
Ltda – Limitada
MCL – Mario Celso Lopes Empreendimentos
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MS – Mato Grosso do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NOB – Ferrovia Noroeste do Brasil
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
Planalsúcar – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PPAIS – Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
Proálcool – Programa Nacional do Álcool
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados
ReDes – Rede de Desenvolvimento Sustentável
S/A – Sociedade Anônima
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC – Serviço Social do Comércio
SP – São Paulo
STRD – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena
STRTL – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas
SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
VCP – Votorantim Celulose e Papel

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO BRASILEIRO.....	19
2.1 A territorialização do capital e a modernização da agricultura brasileira..	19
2.2 A territorialização do capital no Cerrado.....	27
3 Campesinato: conceituações e características.....	35
3.1 O campesinato enquanto modo de vida e classe social.....	35
3.2 Resistência camponesa e os conflitos no campo.....	44
3.3 A produção camponesa.....	58
3.3.1 Os elementos estruturais da produção camponesa.....	60
4 A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR, EM DRACENA, E DO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO, EM TRÊS LAGOAS.....	64
4.1 A expansão da cana-de-açúcar no município de Dracena.....	64
4.1.1 A formação do município de Dracena.....	64
4.1.2 A expansão da cana-de-açúcar no município de Dracena.....	67
4.1.3 Os efeitos da expansão do setor sucroalcooleiro em Dracena.....	76
4.2 A expansão do monocultivo de eucalipto do município de Três Lagoas..	77
4.2.1 Formação do município de Três Lagoas.....	77
4.2.2 A expansão da monocultura de eucalipto em Três Lagoas.....	81
4.2.3 Os efeitos da expansão do complexo eucalipto-celulose-papel em Três Lagoas.....	94
5 ESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E TRÊS LAGOAS.....	101
5.1 Estrutura fundiária.....	101
5.2 Pessoal ocupado.....	103
5.3 Efetivo animal.....	104
5.4 Produção de origem animal.....	107
5.5 Lavouras temporárias.....	110
5.6 Lavouras permanentes.....	112
5.7 Principais silviculturas desenvolvidas no município de Três Lagoas.....	115

6 A EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS E A SITUAÇÃO ATUAL DOS CAMPONESES DE DRACENA E TRÊS LAGOAS: AVALIAÇÃO DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS DO SETOR AGROPECUÁRIO E DOS CAMPONESES.....	118
6.1 O ponto de vista dos representantes do setor agropecuário do município de Dracena.....	118
6.2 A visão dos representantes do setor agropecuário do município de Três Lagoas.....	124
6.3 Os camponeses dos municípios de Dracena e Três Lagoas: características socioeconômicas, avaliação e perspectivas futuras.....	130
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS.....	163
APÊNDICE A.....	169
APÊNDICE B.....	170

1 INTRODUÇÃO

Durante décadas, a agricultura foi considerada o setor tradicional da economia que prejudicava o desenvolvimento industrial no Brasil. No decorrer da década de 1950, esse pensamento foi alterado e a agricultura passou a ser vista como uma forma de inserção do Brasil na economia internacional. Todavia, para que isso ocorresse, seria necessário aumentar a produção e a produtividade agrícola. A forma escolhida pelo Estado brasileiro para alcançar esse intento foi a modernização das atividades agrícolas (ANDRADE, 1979).

Assim, a partir da década de 1960, o Estado brasileiro passou a disseminar a ideia de modernização das atividades agrícolas para proporcionar o desenvolvimento do país (ANDRADE, 1979). A partir desse período, as monoculturas encontraram as condições necessárias para sua expansão no Brasil. A territorialização do capital e a consequente modernização da agricultura proporcionaram o aumento da produção e da produtividade agrícola, no entanto, também foram responsáveis por gerar uma série de impactos socioambientais significativos.

Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral a realização de uma análise comparativa referente aos impactos causados pelas monoculturas da cana-de-açúcar e de eucalipto, nos municípios de Dracena (SP) e Três Lagoas (MS), respectivamente, principalmente no que diz respeito à situação dos camponeses dessas localidades.

No intuito de pormenorizar a análise, delineamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar as transformações ocorridas no campo brasileiro em decorrência dos processos de territorialização do capital e de modernização da agricultura, principalmente a partir da década de 1960, com o intuito de produzir subsídios teóricos para a compreensão da dinâmica desse espaço;
- b) Caracterizar o campesinato enquanto modo de vida e classe social, suas estratégias de resistência, bem como as particularidades que diferenciam a produção camponesa da produção capitalista;
- c) Analisar as expansões da cana-de-açúcar, em Dracena, e do eucalipto, em Três Lagoas, bem como seus respectivos impactos socioambientais;

- d) Averiguar as transformações ocorridas na estrutura agropecuária dos municípios de Dracena e Três Lagoas;
- e) Identificar a atual situação socioeconômica dos camponeses de Dracena e de Três Lagoas, além dos impactos que eles sofrem em virtude da expansão das monoculturas de cana-de-açúcar e de eucalipto.

Para a consecução dos objetivos propostos, adotamos procedimentos metodológicos que envolveram diferentes etapas de trabalho.

A primeira etapa ocorreu por meio do levantamento, leitura e análise do material bibliográfico selecionado. A pesquisa bibliográfica foi realizada na biblioteca da UFMS de Três Lagoas e na internet acerca dos seguintes temas: territorialização do capital no campo; modernização da agricultura; campesinato; resistência camponesa; produção camponesa; expansão da cana-de-açúcar no Oeste do Estado de São Paulo; expansão do monocultivo de eucalipto no Leste do Estado de Mato Grosso do Sul; e, processo de formação dos municípios de Dracena e de Três Lagoas.

A segunda etapa se constituiu no levantamento dos dados de fontes secundárias sobre a estrutura agropecuária dos municípios de Dracena e Três Lagoas. Os dados de fontes secundárias foram pesquisados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os dados obtidos junto ao IBGE fazem parte dos acervos do Censo Agropecuário, da Pesquisa Pecuária Municipal, da Produção Agrícola Municipal e da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Os dados obtidos junto à CPT fazem parte dos relatórios anuais dos Conflitos no Campo Brasil. O recorte temporal delineado para obtenção e análise dos dados compreendeu o período entre os anos de 1990 e 2013¹.

A terceira etapa do trabalho pode ser dividida em duas fases. Na primeira fase, realizamos entrevistas semiestruturadas² (Apêndice A) com os

¹ As duas monoculturas pesquisadas expandiram-se na década de 2000. Assim, o recorte temporal para obtenção e análise dos dados compreendeu o período entre os anos de 1990 e 2013. A década de 1990 foi inserida por ser a década anterior à década de 2000, sendo, desta forma, fundamental para compararmos e analisarmos os efeitos gerados pelas expansões das monoculturas sobre as outras atividades agropecuárias desenvolvidas nos municípios de Dracena e Três Lagoas.

² Em Dracena, as entrevistas foram realizadas nos dias 18, 21 e 22/07/2014. Em Três Lagoas, as entrevistas ocorreram nos dias 31/07 e 01/08/2014.

principais responsáveis pelo setor agropecuário dos municípios estudados com intuito de conhecer seus respectivos posicionamentos em relação aos impactos provocados pela expansão da monocultura, sobretudo, no que diz respeito ao campesinato. Em Dracena, as entrevistas foram realizadas com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena (STRD), da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de Dracena e da Associação J. Marques dos Trabalhadores de Jaciporã (Distrito de Dracena). No município de Três Lagoas, os entrevistados integram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas (STRTL), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e o Departamento de Agronegócio da Prefeitura de Três Lagoas.

Na segunda fase da terceira etapa, realizamos trabalhos de campo na área rural dos municípios de Dracena e Três Lagoas, com o objetivo de aplicar um questionário³ (Apêndice B) aos camponeses de ambas as localidades.

Os questionários foram aplicados⁴ junto a 50 camponeses⁵, sendo 25 camponeses de Dracena e 25 camponeses de Três Lagoas. Os camponeses pesquisados de Dracena foram selecionados aleatoriamente em visitas em áreas onde sua presença é predominante. As áreas visitadas em Dracena⁶ foram os bairros rurais Marrequinha, Palmeiras, Palmeirinha, o Distrito de Jamaica e o Assentamento Nova Canaã. Em Três Lagoas, os questionários foram aplicados junto aos camponeses do Distrito de Arapuá e dos assentamentos 20 de Março e Pontal do Faia.

A partir da aplicação do questionário, caracterizamos o perfil socioeconômico dos camponeses e de seus familiares, no que diz respeito à faixa etária dos que se dedicam às atividades agropecuárias, sexo, número de pessoas na propriedade, condição do camponês, renda média mensal familiar,

³ Além da aplicação do questionário semiaberto, também utilizamos gravador de voz para capturar os depoimentos dos camponeses.

⁴ Em Dracena, a aplicação dos questionários ocorreu nos dias 13, 19 e 26/03/2015 e no dia 02/04/2015. Em Três Lagoas, os questionários foram aplicados nos dias 09 e 10/04/2015.

⁵ Acreditamos que a escolha de 25 camponeses em Dracena e 25 em Três Lagoas, possibilitaram amostra significativa no que diz respeito à realidade dos camponeses das localidades pesquisadas.

⁶ Em Dracena, foram aplicados cinco questionários nos cinco locais selecionados. Em Três Lagoas, foram aplicados 7 questionários no Distrito de Arapuá e no Assentamento 20 de Março e 8 questionários no Assentamento Pontal do Faia. Procuramos diversificar a aplicação dos questionários em diferentes locais com o intuito de conhecer amplamente a realidade dos camponeses dos municípios analisados.

meios de obtenção de renda, participação dos camponeses em políticas públicas, principais dificuldades para o desenvolvimento das atividades agropecuárias da propriedade, intenção de permanecer ou não no campo e os motivos que viabilizam a permanência dos pesquisados. Também buscamos identificar se os camponeses pesquisados consideram a expansão da monocultura em seu município como obstáculo para o desenvolvimento de suas atividades agropecuárias. Com relação à propriedade, procuramos identificar a distância em relação ao centro da cidade, a área, as atividades agropecuárias desenvolvidas e o tempo em que estão na propriedade.

Além desta introdução, das considerações finais, das referências e dos apêndices, este trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, analisamos os desdobramentos do processo de territorialização do capital no campo brasileiro. Essa análise foi realizada com o intuito de compreender os impactos gerados por esse processo no campo, principalmente, a partir da década de 1960.

No segundo capítulo, buscamos compreender o campesinato enquanto modo de vida e classe social, suas características e estratégias de resistência perante as adversidades impostas pelo capital, bem como as particularidades que diferenciam a produção camponesa da produção capitalista.

No terceiro capítulo, analisamos o processo de formação dos municípios de Dracena e de Três Lagoas, a dinâmica da expansão da monocultura canavieira, em Dracena, e do monocultivo de eucalipto, em Três Lagoas, e seus respectivos impactos socioambientais.

No quarto capítulo, analisamos, a partir de dados de fontes secundárias, as alterações na estrutura agropecuária e a relação dessas alterações com a expansão das monoculturas da cana-de-açúcar, em Dracena, e de eucalipto, em Três Lagoas. Dessa forma, buscamos relacionar a expansão das monoculturas com a diminuição do efetivo animal, da produção de origem animal, de lavouras temporárias e permanentes e, no caso específico do município de Três Lagoas, de outros tipos de silvicultura. Também analisamos a estrutura fundiária e o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários dos municípios pesquisados.

No quinto capítulo, analisamos as informações obtidas durante as entrevistas e aplicações de questionário. A partir do ponto de vista dos

entrevistados, buscamos conhecer o posicionamento de alguns representantes do setor agropecuário dos municípios analisados a respeito da expansão da monocultura existente em seu município. A partir do questionário aplicado junto aos camponeses de Dracena e de Três Lagoas, procuramos identificar, principalmente, as atuais condições dos camponeses dos dois municípios nesse contexto expansionista.

2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO BRASILEIRO

Neste capítulo, analisamos os desdobramentos do processo de territorialização do capital no campo brasileiro. Para isso, pautaremos nossa análise sobre os seguintes temas: territorialização do capital no campo; e, modernização da agricultura brasileira. O processo de territorialização do capital no Cerrado também será analisado neste capítulo, tendo em conta que Três Lagoas, um dos municípios estudados, localiza-se nesse bioma de recente incorporação à lógica de reprodução capitalista.

2.1 A territorialização do capital e a modernização da agricultura brasileira

Para Oliveira (1996b), o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo é marcado pela industrialização da agricultura. Além disso, ao tornar possível a apropriação da renda da terra pelos proprietários de terras e pelos capitalistas/proprietários de terras, o desenvolvimento da agricultura capitalista viabilizou a ampliação da concentração fundiária no Brasil. Ainda segundo o autor, a territorialização do capital é a principal marca desse processo.

Porém esse processo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital. Nesse caso, o capital não tem necessariamente se territorializado, mas sim monopolizado o território quando este está ocupado pelos camponeses (OLIVEIRA, 1996b, p. 468).

Temos então, de acordo com Oliveira (1996b), dois processos gerados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo: a territorialização do capital monopolista e a monopolização do território pelo capital monopolista.

No primeiro processo, quando o capital se territorializa, não é necessário que os trabalhadores permaneçam no campo. Por isso eles vão para as cidades e concentram-se, principalmente, nas periferias. Na cidade esses trabalhadores vão para o setor industrial, comercial ou de serviços. Esses trabalhadores também podem ser utilizados como trabalhadores assalariados no campo, mais conhecidos como “bóias-frias” (OLIVEIRA, 1996b). No caso da territorialização do capital:

[...] o processo especificamente capitalista se instala e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra acumula simultaneamente o lucro da atividade industrial e agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade. A monocultura se implanta e define e caracteriza o campo, transformando a terra num "mar" de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc (OLIVEIRA, 1996b, p. 478).

Oliveira (1996b) cita as usinas e destilarias de açúcar e álcool como exemplo do processo de territorialização do capital, pois conforme o autor:

[...] indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietários de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa. Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos "bóias-frias" que moram e vivem nas cidades (OLIVEIRA, 1996b, p. 478).

No segundo processo, quando ocorre a monopolização do território pelo capital, a produção camponesa e familiar é criada, recriada e redefinida. Deste modo, o capital viabiliza a produção camponesa, bem como abre espaço para o campesinato enquanto classe social. Neste processo, é necessário que os trabalhadores camponeses permaneçam no campo, pois eles são os responsáveis pela produção das matérias-primas destinadas às indústrias capitalistas. Ao monopolizar o território, o capital se apropria da renda da terra produzida pelos trabalhadores camponeses. Assim, a produção do capital é gerada por relações capitalistas e não capitalistas de produção (OLIVEIRA, 1996b). Um exemplo do processo de monopolização do território pelo capital

[...] se dá com os produtores de fumo no Sul do Brasil, que entregam sua produção às multinacionais de cigarro. Neste caso, o capitalista industrial é uma empresa industrial, enquanto o proprietário de terra e o trabalhador são uma só pessoa, o camponês. Já nos casos em que os camponeses arrendam terra para plantar o fumo com o trabalho de suas famílias, temos como personagens: o capitalista industrial, o rentista proprietário da terra (que vive da renda em dinheiro recebida pelo aluguel da terra) e o camponês renteiro, que trabalha na terra com a família (OLIVEIRA, 1996b, p. 478).

Para Oliveira (1996b), a expansão simultânea do trabalho assalariado e do trabalho familiar camponês ocorre em virtude das necessidades internas do capitalismo. Deste modo, a expansão do trabalho familiar não ocorre porque

ele é funcional ou complementar ao trabalho assalariado, mas porque ele é necessário para o capitalismo.

É por isso que, ao mesmo tempo, as usinas de açúcar e as destilarias de álcool têm ampliado a área plantada com cana-de-açúcar através do trabalho assalariado dos "bóias-frias". Ao contrário, indústrias como Sadia, Perdigão, Souza Cruz, por exemplo, têm investido na ampliação e no fortalecimento das unidades camponesas de produção de aves, suínos e fumo (OLIVEIRA, 1996b, p. 504-505).

No caso das atividades econômicas estudadas nesta pesquisa, o capital se territorializa, pois não é necessário que os trabalhadores permaneçam no campo. Os "bóias-frias" são os trabalhadores utilizados nas monoculturas canavieira e de eucalipto. Além disso, em ambas atividades, a reprodução ampliada do capital ocorre em sua plenitude.

A territorialização do capital no campo foi fundamental para viabilizar a modernização da agricultura no Brasil. Até a década de 1950, a agricultura era considerada como o setor tradicional da economia que prejudicava o desenvolvimento industrial no Brasil. Isso ocorria em função de sua incapacidade de fornecer a quantidade necessária de matéria-prima para as fábricas, bem como pelo pequeno poder de compra dos trabalhadores agrícolas, impossibilitando o consumo de produtos industrializados (ANDRANDE, 1979).

De acordo com Matos e Pessôa (2011), na visão do Governo Federal, o campo brasileiro estava "atrasado" naquele momento. Assim, para o Estado, as atividades agrícolas eram realizadas de forma arcaica. Além disso, somava-se a pouca expressividade econômica das culturas destinadas ao mercado internacional naquele período.

A partir da década de 1950, esse pensamento foi alterado e a agricultura passou a ser vista como uma forma de inserção do Brasil na economia internacional. Entretanto, para que isso ocorresse, seria necessário aumentar a produção e a produtividade agrícola (ANDRADE, 1979). Assim, para o Estado brasileiro, essa situação poderia ser superada pela "[...] introdução de métodos mais modernos nas relações de produção que promoveriam o aumento da produtividade da terra e do trabalho e, conseqüentemente, o desenvolvimento" (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 294).

Desse modo, a partir década de 1950, o Estado propagou a ideia de que a modernização da agricultura seria necessária para o desenvolvimento econômico do país. No entanto, somente a partir da década de 1960, a modernização da agricultura consolidou-se no campo brasileiro. A partir daquela década, o Brasil reestruturou sua base produtiva em decorrência da modernização agrícola (ANDRADE, 1979; MATOS; PESSÔA, 2011).

Desde aquele período, as grandes propriedades produtoras de culturas destinadas à exportação recebiam maior apoio e incentivo por parte do governo. Enquanto a produção destinada ao mercado interno – feijão, mandioca, milho etc. – era produzida pelos camponeses e recebia poucos incentivos, os produtos agrícolas destinados ao mercado externo – cacau, café, cana-de-açúcar, soja, algodão etc. – eram produzidos por grandes produtores, que recebiam apoio e incentivo governamental (ANDRADE, 1979).

Matos e Pessôa (2011) apontam que o processo de modernização da agricultura brasileira passou por três fases distintas. A primeira fase ocorreu no início da década de 1950 e diz respeito ao aumento do número de tratores e da utilização de fertilizantes industrializados por meio da importação. No fim da década de 1950, iniciou-se a segunda fase, ligada à industrialização da produção agrícola em função do surgimento das indústrias de bens de produção e insumos. A partir da década de 1970, teve início a terceira fase, marcada pelo processo de integração de capitais (industriais, bancários, agrários etc.) sob o comando do mercado financeiro e a expansão de sociedade anônimas, cooperativas agrícolas e agroindústrias.

Segundo Matos e Pessôa (2011), a modernização da agricultura foi possível devido ao processo de modernização do território brasileiro por meio de investimentos estatais em políticas públicas e investimentos financeiros em programas de geração de energia, indústrias, infraestrutura e transportes, viabilizando a modernização da agricultura.

Todas as mudanças ocorridas nas atividades agropecuárias, não seriam possíveis sem a construção de infraestrutura para viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e informações, assim, a modernização da agricultura faz parte do processo de modernização do território. E para o capital, a modernização do território, ou melhor, a adequação dele para obtenção de fluxos deve ser constante. Assim, o modelo modernizante da agricultura depende da e solicita, frequentemente, a

modernização do território, visto que a produção é regida por uma economia globalizada, com racionalidade determinada pelo mercado (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 292).

Para Oliveira (1996a), a dívida externa do Estado brasileiro foi o principal motivo para o aumento da produção destinada ao mercado externo, pois a exportação era uma forma do Estado quitar suas dívidas. O Brasil ampliou a produção para pagar suas dívidas, pois os preços das matérias-primas exportadas, naquele período, estavam em baixa. Assim, a internacionalização da economia brasileira foi essencial para a configuração da atual dinâmica do campo no Brasil.

A modernização do campo brasileiro transformou a agricultura em uma atividade pautada no lucro e regulada pelo mercado internacional. Desse modo, Oliveira (2003) aponta que o campo brasileiro está cada vez mais submetido ao mercado internacional e à lógica contraditória da mundialização do capital.

A modernização faz com que o Brasil exporte certos produtos de interesse mundial – como, por exemplo: produtos florestais, soja, milho etc. – e necessite de importar alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros – como, por exemplo: o arroz e o trigo. A ironia é que os alimentos básicos importados poderiam ser produzidos no próprio país (OLIVEIRA, 2003).

O Governo Federal teve papel fundamental para a consolidação da modernização da agricultura no Brasil. Por meio dos órgãos governamentais realizaram-se uma série de investimentos. Além disso, como escrito anteriormente, o Estado também se mobilizou para implantar a infraestrutura necessária para a consolidação da modernização agrícola.

Em aproximadamente 20 anos, isto é, no período que se estende das décadas de 60 a 80, do século XX, o Estado manteve uma política forte de concessão de subsídios (crédito rural subsidiado, política de garantia de preços mínimos, criação de programas) e implantação de infraestrutura, como a construção de rodovias pavimentadas, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e a construção de armazéns para grãos, ou seja, o Estado promoveu a criação de fixos e fluxos capazes de dinamizar a produção e a circulação agropecuária (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 302).

A desigualdade foi a marca na destinação desses investimentos. Enquanto os grandes proprietários capitalistas usufruíram de vantagens e facilidades, os camponeses sofreram com a falta de apoio e incentivo governamental, ficando, dessa forma, marginalizados perante os investimentos estatais no espaço rural brasileiro (ANDRADE, 1979). A respeito dos benefícios concedidos à agricultura praticada em grande escala, Andrade (1979) escreve:

Procura-se montar todo um sistema que visa proteger e subvencionar a grande agricultura, estimulando-se o processo de mecanização agrícola, facilitando-se o crédito para formação de plantios e para a implantação e modernização de instalações, a assistência agrônômica etc. em favor da agricultura de exportação (ANDRADE, 1979, p. 62).

A expansão do modo de produção capitalista no campo brasileiro só foi possível graças ao apoio governamental, por meio de facilidades de financiamento, isenção de impostos, entre outros benefícios para os grandes proprietários rurais.

[...] um importante ponto a considerar é que a transformação capitalista da agricultura brasileira tem que estar referenciada à política do Estado que, sem sombra de dúvida, tem criado mecanismos que favorecem a capitalização da grande propriedade (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 39).

Graziano da Silva (1982) também aponta a presença marcante do Estado no setor agrícola como um dos fatores responsáveis pelas contradições existentes no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Ressaltando o papel do Estado no setor agrícola, para Martins (1975) a política econômica estatal regula o setor externo e o setor interno. Desse modo, os produtos agrícolas destinados ao mercado externo e interno são regulados pelo Estado, “[...] seja porque deles depende substancialmente a receita cambial do país, empregada na industrialização, seja porque passaram a ter consumo expressivo ou preponderante no mercado interno” (MARTINS, 1975, p. 59).

Devido aos grandes investimentos realizados pelo Estado, a modernização da agricultura consolidou-se em decorrência do apoio irrestrito do Estado (MATOS; PESSÔA, 2011).

Segundo Matos e Pessoa (2011), a criação de instituições de pesquisa foi fundamental para viabilizar a expansão da agricultura moderna. Nesse caso se enquadra a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1971. As pesquisas científicas desenvolvidas pela EMBRAPA passaram a ser realizadas “[...] para o melhoramento da produção, na tentativa de corrigir as deficiências dos solos, prevenir doenças, aumentar o rendimento por hectares, atender as exigências do mercado quanto a variedade produzida, tamanho, sabor etc [...]” (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 303). Dessa forma, a partir de sua criação, a EMBRAPA passou a coordenar e executar pesquisas científicas visando desenvolver as atividades agropecuárias praticadas no Brasil.

Os meios de comunicação foram importantes para a consolidação do processo de modernização da agricultura, pois disseminaram a ideia de que a modernização agrícola e o conseqüente aumento da produção e da produtividade beneficiariam a população. Assim, os meios de comunicação difundiram os danos sociais e ambientais como prejuízos necessários para o desenvolvimento e progresso do Brasil (ANDRADE, 1979). Nesse sentido, Almeida (2012) corrobora:

[...] o desenvolvimento econômico é um mito cuja funcionalidade é criar um imaginário coletivo centrado na ideia de que todos serão beneficiados pelo desenvolvimento do capital, situação que leva os povos a aceitar sacrifícios que incluem formas de dependência e de destruição do meio físico (ALMEIDA, 2012, p. 12).

Para Martins (1975), existe valorização do “moderno” contra o “tradicional” em diversos âmbitos da sociedade. Segundo o autor, enquanto o “moderno” está ligado ao urbano, o “tradicional” está ligado ao rural. Essa valorização faz parte da ideologia da urbanização e contribuiu para propagar os benefícios da modernização das atividades agrícolas.

De acordo com Matos e Pessoa (2009), a territorialização do capital no campo proporcionou muito mais desvantagens do que vantagens. Como vantagens, os autores citam o aumento da produção e da produtividade agropecuária em função das inovações tecnológicas. Como desvantagens, apontam que esse processo contribuiu para ampliar a concentração fundiária e de renda, a precarização do trabalho, além de aumentar as desigualdades

regionais, expulsar milhares de famílias do campo, proporcionar a destruição e poluição do meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, as autoras pontuam que a modernização “[...] foi uma falsa imagem de progresso, um mito, produto do discurso de desenvolvimento rural” (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 301).

As inovações tecnológicas proporcionaram o aumento da produção e da produtividade agropecuária, mas contribuíram para a expulsão de milhares de famílias no campo, principalmente em virtude da mecanização. Além disso,

As inovações tecnológicas fazem com que, cada vez mais, a produção se torne menos dependente da natureza, pois as técnicas passam a subordinar a natureza a gosto do capital, reproduzindo artificialmente várias condições necessárias a produção agrícola (MATOS; PESSOA, 2009, p. 4).

A menor dependência em relação aos aspectos naturais faz com que o ciclo de produção agropecuário diminua cada vez mais, fato interessante para o capital, haja vista que a redução do tempo de produção implica em uma lucratividade maior.

Matos e Pessôa (2011) apontam que a agricultura moderna configura-se por diversos aspectos, tais como: uso de tecnologias, produção em alta escala, dependência de elementos externos à propriedade, integração com a indústria, mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros. Dessa forma, “na lógica capitalista ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador” (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 292).

Para as autoras supracitadas, a modernização da agricultura brasileira visava aumentar a produção e a produtividade agrícola, sem levar em conta os possíveis desdobramentos sociais e ambientais desse processo. Além disso,

Também não foram levados em consideração os velhos problemas da estrutura fundiária do país, como a questão da concentração de terras, e, portanto, a implantação da reforma agrária não era projeto prioritário para o governo, embora em 1964, tenha sido aprovado o Estatuto da Terra para viabilizar a reforma agrária no país (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 297).

O aumento da produção e da produtividade agrícola, proporcionado pela modernização da agricultura, é enaltecido, enquanto as consequências negativas geradas são escamoteadas pelos defensores desse processo.

Nesse contexto, segundo Graziano da Silva (1982), o que se vê no campo brasileiro é uma modernização conservadora e dolorosa. Conservadora porque privilegia somente algumas culturas (principalmente as destinadas ao mercado externo) e regiões, bem como, somente alguns tipos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades rurais). Dolorosa porque gerou graves contradições sociais em decorrência da expansão da lógica capitalista. Assim, o processo de modernização do campo brasileiro nunca possuiu caráter dinâmico e homogêneo, pelo contrário, implicou em “[...] pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 40).

A territorialização do capital no campo e a conseqüente modernização da agricultura foram responsáveis por provocar mudanças significativas na dinâmica social, econômica e ambiental do campo brasileiro.

2.2 A territorialização do capital no Cerrado

Em função de Três Lagoas, um dos municípios analisados, estar localizado em uma área de Cerrado, se faz necessário breve análise sobre a territorialização do capital nesse bioma brasileiro. Durante muito tempo, o Cerrado foi apontado como sinônimo de pobreza. Tal situação foi alterada, principalmente, a partir da década de 1970. Nesse período, o poder estatal, com apoio do capital privado nacional e internacional, implantou medidas com o intuito de inseri-lo nas demandas da economia internacional.

Um conjunto de políticas públicas nacionais consorciadas com instituições do mundo desenvolvido, a partir do incremento de ciência, tecnologia e saber importados e por meio de subsídios e organização de logística pelo Estado brasileiro, foram tecidas como estratégias geopolíticas, ideológicas e econômicas para transformar o Bioma num território produtivo (HAVEIRO; CALAÇA, 2012, p. 194).

Por meio de políticas planejadas para o campo brasileiro, o Estado determinou o direcionamento da expansão do capital. No Cerrado, esse direcionamento ocorreu a partir da década de 1970, com a criação das políticas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A referida política pública

possuía estratégias para ocupar economicamente o Cerrado, além de integrá-lo com outras regiões do Brasil (MATOS; PESSÔA, 2011).

Alguns programas foram criados com o intuito de viabilizar a expansão da agricultura moderna no Cerrado. O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foram os programas de maior destaque do ponto de vista da inserção de capital e tecnologia.

O POLOCENTRO foi criado em 1975 pelo Governo Federal e tinha como objetivo incorporar áreas do Cerrado ao processo produtivo nacional e internacional por meio de subsídios. Desse modo, algumas áreas foram selecionadas nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Essas áreas possuíam certa infraestrutura, além de proximidade com minas de calcário e potencial agrícola propício (MATOS; PESSÔA, 2011).

O PRODECER, por sua vez, foi criado em 1979 em acordo entre o governo brasileiro e o japonês, com o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola das áreas de Cerrado (MATOS; PESSÔA, 2011).

A respeito do papel desempenhado pelo POLOCENTRO e pelo PRODECER, Matos e Pessôa (2011) salientam que ambos os programas:

[...] objetivam a incorporação das terras do Cerrado sob moldes empresariais de produção, com o uso de capital e tecnologia e o direcionamento da produção para as culturas destinadas à exportação e às agroindústrias. E esses empreendimentos alcançaram seus objetivos: alavancar a expansão de *commodities* na região Centro-Oeste, na Bahia e em Minas Gerais, e também divulgar as potencialidades agropecuárias do Cerrado (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 306).

Ressaltando o papel exercido pelo Estado para viabilizar a territorialização do capital e a consolidação da agricultura moderna no Cerrado, Matos e Pessôa (2011) pontuam:

[...] o Estado teve participação ativa por meio de incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestrutura, como, eletrificação rural, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas e construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas. Todos esses fatores possibilitaram a captura das áreas de Cerrado *na* e *para* a dinâmica da expansão capitalista de produção. Na verdade, as políticas agrícolas, conforme afirma Mendonça (2004), abrem caminho para o

capital nas áreas de Cerrado (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 305).

A territorialização do capital alterou a dinâmica econômica estagnada do Cerrado para uma área de prosperidade econômica. Dessa mesma forma, a natureza foi modificada, pois passou de um lugar preservado para uma área onde as espécies são destruídas. Além disso, também ocorreram mudanças no modo de vida dos povos cerradeiros, principalmente daqueles que habitam o campo, já que estes passaram a viver em função de uma nova lógica. Nesse sentido, Chaveiro e Calaça (2012) salientam:

Por esse viés, a ação do capital sobre o Cerrado ou o que Calaça (2010) chama “territorialização do capital” impacta o mundo dos sujeitos que aqui viviam – e vivem – criando modos de desenraizá-los, alterando seus modos de vida, interferindo em seus valores e em sua cultura (CHAVEIRO; CALAÇA, 2012, p. 195).

A interferência da ação do capital no modo de vida dos habitantes do campo ocorre com maior intensidade, sobretudo, nas áreas onde a modernização agrícola se expande. Nessas áreas “[...] há transformação no modo de vida da população residente, pois são inseridos novos valores, os quais se aproximam dos valores urbanos” (MATOS; PESSÔA, 2009, p.5).

De acordo com Porto-Gonçalves (2004), o Cerrado brasileiro e sua enorme diversidade biológica e cultural vêm se transformando numa área propícia para a expansão de grandes latifúndios produtivos. Essa expansão ocorre em função das inúmeras vantagens existentes – riqueza hídrica, topografia plana etc. – nesse bioma. Segundo o autor, em 2004, estimava-se que 70% da área das chapadas estavam ocupadas pelo agronegócio, pelo “[...] cultivo de grãos, algodão ou de monoculturas de plantação de madeira (*eucaliptos* e *pinnus alba* e *pinnuselliotis*)” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 223).

Para Matos e Pessôa (2011), o modelo desenvolvido pelo Estado para a consolidação da agricultura moderna no Cerrado possibilitou a expansão

[...] de grandes empresas agropecuárias. Estas, por sua vez, causaram grandes metamorfoses sócio-espaciais, econômicas, políticas, culturais e ambientais à medida em que foram implantados novos sistemas de uso e manejo da terra,

baseados na ciência, na tecnologia e na informação, e também novas culturas, como a soja (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 308).

De acordo com Canuto (2004), o ecossistema Cerrado ocupa um quarto do território brasileiro, além de ser o mais ameaçado pela expansão do agronegócio. O Cerrado também é qualificado como a savana mais rica do mundo, no que diz respeito à biodiversidade. Entretanto, apenas 2% de seu território está protegido na forma de Unidades de Conservação, demonstrando a vulnerabilidade desse bioma perante o avanço do agronegócio. O Cerrado também possui enorme riqueza hídrica, com nascentes de importantes rios brasileiros, como: Araguaia, São Francisco, Paraná, Tocantins, entre outros. Sobre a expansão desenfreada do agronegócio no Cerrado brasileiro, Canuto (2004) escreve:

O agronegócio é devastador. Imensas áreas de florestas e do cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelo ralo das monoculturas, pastos de capim, carvoarias, mineradoras e madeireiras. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes (CANUTO, 2004, p. 10).

A nova lógica que passou a reger o Cerrado, baseada nas demandas da economia internacional, provocou uma mudança estrutural. O modelo tradicional e característico do Cerrado perdeu espaço, pois, a partir da territorialização do capital, o modelo moderno, liderado pela monocultura e pela pecuária intensiva, passou a ser seguido no território cerradoeiro. Nesse sentido, Chaveiro e Calaça (2012, p. 195) corroboram: “a inserção do Cerrado na economia internacional, a um só tempo, substitui a economia de subsistência baseada no modelo fazenda e roça para o da monocultura de soja e pastagem”. De acordo com Fidelis e Lima (2009):

O Cerrado sofreu uma grande intervenção da agricultura moderna, principalmente nos chapadões, onde retirou-se toda a vegetação e instalaram-se projetos de agronegócio com imensas monoculturas da soja, trigo, milho e outras (FIDELIS; LIMA, 2009, p. 8).

Além dessas alterações ocorridas em função da territorialização do capital, a modernização do campo contribuiu para mudanças constantes no território cerradoeiro. Nesse sentido, Matos e Pessoa (2009, p. 8) apontam que “[...] a territorialização do capital nas atividades agrícolas nas áreas de Cerrado provocou, e ainda provoca um reordenamento territorial”.

A respeito das alterações estruturais proporcionadas pela expansão da agricultura moderna no Cerrado, Matos e Pessoa (2009) salientam que as áreas inseridas no processo de territorialização do capital têm passado por

[...] mudanças radicais em sua organização produtiva, social e ambiental. No setor produtivo, são inseridas novas culturas e novos métodos de produção agregado aos conteúdos das tecnologias. O social é atingido sob vários aspectos, mas especialmente, pela exclusão de muitos produtores rurais do processo produtivo e pelos desdobramentos ambientais que vão desde a destruição da fauna e flora até dos recursos hídricos (MATOS; PESSOA, 2009, p. 9).

Em relação aos impactos ambientais, Calaça (2010) aponta que ao criar condições para a expansão da biotecnologia, o processo de territorialização do capital favorece a substituição da biodiversidade por espécies agrícolas. Tal substituição acarreta em prejuízo ambiental enorme em decorrência da diminuição da diversidade de plantas e animais.

A lógica da produção do agronegócio gerou, e continua gerando, de um lado a destruição de ecossistemas complexos, pois se realiza em grandes extensões territoriais e substitui a vegetação nativa por espécies agrícolas de valor comercial como a soja, o milho, o algodão, a cana-de-açúcar etc (CALAÇA, 2010, p. 17).

Para Calaça (2010), o processo de modernização agrícola e a consequente incorporação da biotecnologia no campo foram responsáveis por alterar “[...] as práticas agrícolas, as relações sociais de produção, a interação com a natureza, modificando as práticas dos camponeses e dos agricultores tradicionais do Cerrado” (CALAÇA, 2010, p. 16).

Baseado em dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Porto-Gonçalves (2004) aponta que nos últimos cinquenta anos, a produção de grãos aumentou três vezes enquanto que o uso de fertilizantes foi multiplicado quatorze vezes.

A expansão exponencial do uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas vem sendo há décadas objeto de intensas críticas de ambientalistas, de órgãos ligados à saúde e de sindicatos de trabalhadores sobretudo rurais (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 225).

Tal situação implica em inúmeros prejuízos ambientais causados pela poluição oriunda desses insumos. Dessa forma, os recursos hídricos, o solo, a vegetação e os seres humanos são afetados pela utilização demasiada dos insumos agrícolas.

Kudlavicz (2011) salienta que o uso intensivo de agrotóxicos são consequências da expansão do modelo agrário-agrícola exportador baseado na monocultura. Ainda para o autor supracitado, esse uso intensivo pode causar danos irreparáveis para o meio ambiente, contribuindo para a simplificação dos ecossistemas e para a diminuição da biodiversidade.

Além dos danos ambientais ocasionados pela utilização demasiada de agrotóxicos, a expansão do agronegócio também favorece o desmatamento da vegetação nativa. Nesse sentido, Canuto (2004) enfatiza:

O agronegócio provoca consequências desastrosas ao meio-ambiente. Carrega na sua esteira o mais surpreendente e rápido desmatamento de que se tem conhecimento na história brasileira. Este desmatamento atinge dois biomas em especial, o Cerrado e a Floresta Amazônica (CANUTO, 2004, p. 7-8).

O processo de territorialização do capital não ocorreu com a mesma intensidade em todas as partes do Cerrado, pois algumas áreas atraíram mais a atenção do capital, enquanto outras ficaram às margens desse processo. A respeito das áreas escolhidas ou não para a territorialização do capital, os autores pontuam:

Além da posição territorial, especialmente a aproximação com os centros de economia hegemônica como o Sul e o Sudeste do país, os contextos históricos de cada lugar, ou os espaços herdados, participam direta – e decisivamente – da escolha estratégica para a territorialização do capital (CHAVEIRO; CALAÇA, 2012, p. 195).

Desse modo, a territorialização do capital não ocorreu da mesma maneira e com a mesma intensidade em todos os lugares, haja vista que

modelos de produção mais antigos coexistem com modelos modernos. Nesse sentido, para Chaveiro e Calaça (2012, p. 197): “[...] outros modelos de produção resistem, adaptam-se, convertem ou pactuam com o modelo moderno. Embora haja outros modelos, a hegemonia é da modernização do território”.

Além da existência de outros modelos de produção, outros modelos de relações sociais também continuam existindo mesmo após a intensificação da ação do capital no campo. Nesse sentido, Lima (2012) afirma:

No interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar camponês, pois o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social (LIMA, 2012, p. 142).

Chaveiro e Calaça (2012) apontam que nas últimas décadas a expansão do capital no campo ocorreu em diversos estados brasileiros que possuem o bioma Cerrado – Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, dentre outros –, e que essa expansão provocou conflitos “[...] entre a territorialização do capital em escala global e as territorialidades locais [...]” (CHAVEIRO, CALAÇA, 2012, p.197).

No campo, esses conflitos ocorrem “[...] entre os proprietários/capitalistas enquanto personificação do agronegócio na busca de terras de exploração e o campesinato protagonista central na luta de classe na busca da terra como condição de vida” (LIMA, 2012, p. 139). Sendo assim, de um lado está o agronegócio como produto do capital, enquanto do outro aparece o campesinato evidenciando as territorialidades locais.

De acordo com Porto-Gonçalves (2004), aqueles que se dedicam às atividades agropecuárias desenvolvidas em pequena escala no Cerrado estão desapropriados por um modelo que não democratiza seus benefícios

[...] seja pela elevada magnitude de capital que exige para aceder a todo o pacote tecnológico; seja pelas enormes extensões de terras; seja, ainda, pela diminuição de preços agrícolas que provoca, impedindo que cheguem ao mercado aqueles que estão abaixo do nível de produtividade médio, sempre rebaixado pelas grandes empresas do agronegócio (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 223).

Tal situação revela que a territorialização do capital no campo, apesar de proporcionar a diminuição dos valores dos produtos agrícolas, foi responsável pela ampliação da desigualdade existente entre a agricultura praticada em grande escala e a praticada em pequena escala. Assim, essa expansão “[...] deixou de beneficiar parcelas significativas da população em função da sua estrutura social injusta” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 223).

Além das dificuldades para o desenvolvimento socioeconômico dos povos cerradeiros no campo, Matos e Pessoa (2009) apontam que o Estado pouco considerou a importância desses povos durante o processo de modernização das atividades agropecuárias no Cerrado, tendo em vista que “os incentivos por meio de financiamentos, programas e infra-estruturas eram voltados principalmente para os produtores sulistas que já possuíam tradição e experiência na agricultura moderna” (MATOS; PESSOA, 2009, p. 10).

O espaço agrário no Cerrado passou por profundas transformações desde o início das ações do capital, pois até 1970, o espaço agrário era utilizado, predominantemente, “[...] pela economia de subsistência e da pecuária extensiva com o amparo da cultura e dos saberes locais” (CHAVEIRO, CALAÇA, 2012, p. 198). Após 1970, “[...] as imensas lavouras monoculturas produtoras de grãos, algodão e cana-de-açúcar tomam conta do território” (CHAVEIRO, CALAÇA, 2012, p. 198). No entanto, a territorialização do capital no Cerrado também fez aumentar o número “[...] de assentamentos rurais destinados à agricultura camponesa, mostrando que a força do capital faz acender a ação do trabalho e da luta pela terra” (CHAVEIRO, CALAÇA, 2012, p. 198).

3 Campesinato: conceituações e características

Neste item, conceituaremos o campesinato, bem como elencaremos suas principais características. Para tanto, pautaremos nossa análise em elucidar o campesinato enquanto modo de vida e classe social. Também analisaremos as estratégias de resistência camponesa perante as adversidades impostas pelo capital. Por fim, apresentaremos as particularidades que diferenciam a produção camponesa da produção capitalista.

3.1 O campesinato enquanto modo de vida e classe social

Buscando compreender quais são os efeitos proporcionados pela expansão da cana-de-açúcar em Dracena e do eucalipto em Três Lagoas no campesinato desses municípios, recorreremos a algumas teorias que tratam dessa temática com o intuito de explicar esse conceito e sua importância para o campo brasileiro.

Partimos da premissa de que o campesinato existente no campo brasileiro se configura como modo de vida e classe social. Para Woortmann (1990), as características evidenciam o campesinato como modo de vida pautado na tríade: terra, trabalho e família. Almeida (2006), também compartilha deste ponto de vista ao afirmar:

Família, trabalho e terra são categorias centrais do mundo camponês, basicamente porque uma não tem sentido sem a outra, e mais, delas é que os valores como a moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa (ALMEIDA, 2006, p. 24).

No modo de vida camponês as categorias terra, trabalho e família formam um modelo relacional entre elas. Segundo Camacho (2014, p. 1): “estas não são compreendidas como categorias mercadológicas, conferindo ao campesinato o status de um modo de vida não tipicamente capitalista”. Nas sociedades modernas-capitalistas, estas categorias são pensadas separadamente.

[...] neste último tipo de sociedade, as três categorias acima referidas existem, mas elas podem ser separadamente umas das outras: a terra não é pensada em função da família e do

trabalho, mas em si mesma, como uma coisa ou uma mercadoria. A família é também pensada em si, sem relação com o trabalho ou a terra, o mesmo acontecendo com o trabalho, que pode mesmo ser pensado como uma abstração, como um “fator”. Temos, então, no primeiro caso um modelo relacional e, no segundo, um modelo individual, tanto no plano das categorias, como no plano das relações sociais e das pessoas: estas são, nas sociedades camponesas, seres relacionais constituídos pela totalidade e, nas sociedades modernas, seres individuais constituintes da totalidade, vista esta como agregado de indivíduos “em contrato” (WOORTMANN, 1990, p. 23-24).

Para Camacho (2014), o modo de vida camponês não é tipicamente capitalista, tendo em vista que seu objetivo principal não é a acumulação de capital, mas sim, “[...] a reprodução material e cultural familiar, por meio da produção para subsistência e a venda do excedente dessa produção” (CAMACHO, 2014, p. 3). Ainda conforme o autor supracitado: “o campesinato é marcado pela flexibilidade de adaptação com a finalidade de reproduzir material e culturalmente, o seu modo de vida” (CAMACHO, 2014, p. 3). Assim, de acordo com Camacho (2014), o campesinato possui a sua própria lógica de reprodução, que é diferente da lógica capitalista.

Para Shanin (2008), a economia doméstica se configura como elemento principal da especificidade camponesa, tendo em vista que este tipo de economia é divergente da economia estatal e da economia capitalista, que são outras formas de economia existentes (CAMACHO, 2014). Ainda conforme Shanin (2008), as especificidades da economia familiar camponesa a tornam mais eficiente do que economias não camponesas.

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (SHANIN, 2008, p. 27).

Camacho (2014) aponta que o camponês se relaciona de forma particular com a sociedade. Segundo o autor, essa relação ocorre a partir da combinação de vários elementos. Nesse sentido, Shanin (2008) relata:

[...] uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato (SHANIN, 2008, p. 34).

O modo de vida camponês, pautado no trabalho realizado pela família na terra, representa uma diversidade de formas sociais no campo. O acesso à terra pelos camponeses pode ocorrer de várias formas, originando: o posseiro, o parceiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, o foreiro, o assentado, entre outros (CAMACHO, 2014).

As lutas travadas pelos movimentos sociais ligados ao campo evidenciam o campesinato enquanto classe social. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é um exemplo disso. Ao se reunirem para manifestações no campo e na cidade, os trabalhadores sem terra estão lutando pelos interesses da classe camponesa, ou seja, estão lutando para entrar na terra e nela permanecer.

Para Shanin (2008), quando o campesinato luta por seus interesses, está lutando pelos interesses de sua classe. Quando não estão lutando, o campesinato é evidenciado enquanto modo de vida.

Daí, o quanto esse “modo de vida” pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não (SHANIN, 2008, p. 37).

De acordo com Bedun (2012), a luta camponesa para entrar e permanecer na terra contribui para seu fortalecimento enquanto classe social frente aos efeitos perversos do desenvolvimento do capital no campo.

Deste modo, o campo brasileiro tem sido palco de conflitos e disputas territoriais entre lógicas distintas de reprodução. A disputa entre o campesinato e o capitalismo, representado no campo pelo agronegócio, evidencia a luta de classes travada no campo brasileiro. Enquanto a luta dos camponeses é para entrar e permanecer na terra de trabalho, a sociedade capitalista se articula para transformar a terra em mercadoria, como parte de sua estratégia de concentração de poder e renda (BEDUN, 2012).

Compartilhamos o ponto de vista de Oliveira (2005), pois ao contrário de autores que afirmam que os camponeses estão desaparecendo, acreditamos na sua luta constante, seja para entrar ou permanecer na terra.

Portanto, a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é *fundamental*. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto, os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (OLIVEIRA, 2005, p. 72, grifo do autor).

Bedun (2012) também é enfática ao afirmar que os camponeses não estão desaparecendo, como afirmam alguns autores.

Desse modo, sujeitos de uma sociedade desigual e contraditória, os camponeses, baseados na força do trabalho familiar, garantem sua capacidade de reprodução, opondo-se, assim, à teoria do seu desaparecimento enquanto classe (BEDUN, 2012, p. 21).

Para Shanin (2008), alguns fatores são primordiais para explicar a existência do campesinato em diversos sistemas econômicos, bem como, a resistência às sucessivas crises.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Oliveira (2005) afirma que o desenvolvimento do capital no campo não expande apenas o trabalho assalariado, pelo contrário, o trabalho familiar camponês também aumenta significativamente.

Portanto, o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades ou estabelecimentos (OLIVEIRA, 2005, p. 80 - 81).

Segundo Oliveira (2005), o campo é marcado atualmente pela expansão contraditória do trabalho assalariado e do trabalho familiar camponês. Enquanto o trabalho assalariado (permanente ou temporário) ocorre nos estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 hectares, o trabalho familiar camponês predomina nos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares.

Assim, para Oliveira (2005), a expansão do campesinato no Brasil é uma tendência atual, mesmo que o produto concreto do capitalismo no campo seja o trabalho assalariado.

Uma das características fundamentais da estrutura agrária brasileira é a expansão das *relações não-capitalistas de produção*, principalmente a *camponesa*, neste século, em praticamente todo o país. Como sabemos, esse processo tem suas raízes históricas. O avanço da industrialização e o crescimento urbano abriram possibilidades históricas para o estabelecimento do trabalho assalariado, capitalista, no campo, oferecendo também as possibilidades concretas para a criação e recriação do trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 2005, p. 81, grifo do autor).

A Tabela 1 evidencia que, no ano de 1995, os estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares eram responsáveis por 80,8% do pessoal ocupado no campo, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares empregavam apenas 19,2%. Em 2006, o pessoal ocupado nos estabelecimentos de até 100 hectares reduziu para 79,2%, enquanto o pessoal ocupado nos estabelecimentos acima de 100 hectares aumentou para 20,8%.

Apesar da redução do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares, os pequenos estabelecimentos ainda empregam a maior parte dos trabalhadores no campo.

Tabela 01 – Brasil: pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área.

Grupos de área	1995	%	2006	%
Até 100 ha	14.450.762	80,8	12.573.933	79,2
De 100 a 1.000 ha	2.685.946	15	2.550.629	16
Mais de 1.000 ha	751.002	4,2	768.247	4,8
Total	17.887.710	100	15.892.809	100

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE, 1995 – 2006.

A importância da força do trabalho familiar no processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo evidencia mais uma relação contraditória. Inúmeros estudiosos da agricultura têm pautado suas pesquisas no sentido de compreender essa relação. “Para esses autores [...] é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2007, p. 11). Oliveira (2007) salienta:

[...] o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. Ou seja, no caso brasileiro o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, etc. Mas, por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parte-se também, do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas sim, um sujeito social de dentro do capitalismo (OLIVEIRA, 2007, p. 131).

Neste contexto de desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, compreendido como processo contraditório e desigual, Oliveira (2005, p. 85) afirma: “o traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o caráter concentrador da terra e, contraditoriamente, o crescimento/formação do campesinato brasileiro”.

A Tabela 2 apresenta o crescimento dos pequenos estabelecimentos agropecuários no Brasil entre 1995 e 2006, segundo os dados dos Censos Agropecuários. Em 1995, existiam 4.318.861 estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares. Já em 2006, esse número aumentou para 4.448.751 estabelecimentos. No ano de 2006, os estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares representavam 90,4% do total de estabelecimentos.

Tabela 02 – Brasil: número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área.

Grupos de área	Número de estabelecimentos agropecuários			
	1995		2006	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Até 100 ha	4.318.861	88,8	4.448.751	90,4
De 100 a 1.000 ha	469.964	9,9	424.288	8,6
Mais de 1.000 ha	49.358	1,3	47.578	1,0
Total	4.859.865	100	4.920.617	100

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE, 1995 – 2006.

A Tabela 3 evidencia a concentração fundiária no Brasil nos anos de 1995 e 2006. Apesar da concentração, notamos que, entre 1995 e 2006, houve ampliação da área dos estabelecimentos de até 100 hectares. Em 1995, os estabelecimentos de até 100 hectares representavam 20% da área total, enquanto que, no ano de 2006, a representação dos estabelecimentos de até 100 hectares aumentou para 21,4%.

Tabela 03 – Brasil: área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área.

Grupos de área	Área dos estabelecimentos agropecuários			
	1995		2006	
	Hectares	%	Hectares	%
Até 100 ha	70.575.779	20	70.691.698	21,4
De 100 a 1.000 ha	123.541.517	34,9	112.696.478	34,2
Mais de 1.000 ha	159.493.949	45,1	146.553.218	44,4
Total	353.611.246	100	329.941.393	100

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE, 1995 – 2006.

A questão é que os estabelecimentos agropecuários com mais de 100 hectares, que controlam a maior parte das terras brasileiras, são minoria no que diz respeito ao número de estabelecimentos, conforme verificado na tabela anterior (Tabela 2).

Utilizando o ano de 2006 como exemplo, notamos que os estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares representavam 90,4% do total, porém controlavam apenas 21,4% das terras. Já os estabelecimentos com área acima de 100 hectares representavam apenas 9,6% do total de estabelecimentos, mas controlavam 78,6% da área. Estes dados evidenciam que os estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares são a grande maioria no campo brasileiro, porém os estabelecimentos acima de 100 hectares concentram a maior parte das terras brasileiras.

A quantidade de pessoas ocupadas e a ampliação da quantidade e da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares evidenciam o crescimento do campesinato no Brasil e não seu desaparecimento. Pautado em José de Souza Martins, Oliveira (2005) aponta que o camponês brasileiro luta para permanecer na terra. Quando expropriado, luta para voltar a terra novamente. Assim, para Oliveira (2010, p. 85, grifo do autor): *“trata-se de um campesinato que não esgotou a sua possibilidade histórica de formação/recriação”*.

De acordo com Oliveira (1995), a existência de atividades capitalistas e não capitalistas no campo faz parte da estratégia do capitalismo no que diz respeito à agricultura.

É em função dessa estratégia do capital monopolista com relação à agricultura que grandes monopólios industriais em geral nunca produziram sob relações especificamente capitalistas no campo. Optaram por submeter os camponeses e os elos mais frágeis dos capitalistas no campo. Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado [...] (OLIVEIRA, 1995, p. 54).

Sendo assim, o camponês é intrínseco ao capitalismo. Por isso ele não está desaparecendo. Pelo contrário, o campesinato é, contraditoriamente, necessário ao capitalismo.

É por isso que pesquisas recentes têm registrado uma forte presença do trabalho camponês no conjunto das explorações agrícolas. Esse número tem variado de país para país, mas, de qualquer forma, ele tem teimosa e contraditoriamente persistido. Persistido, porque ele não é estranho ao capitalismo; persistido, porque ele é cria contraditória desse mesmo capitalismo (OLIVEIRA, 1995, p. 54-55).

Para Oliveira (1995), o camponês é intrínseco ao capitalismo, ou seja, está dentro desse processo e não fora dele. Por ser parte do capitalismo, Oliveira (1995) afirma:

O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com freqüência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (OLIVEIRA, 1995, p. 11).

Conforme Oliveira (1995), o camponês atual, produto do capitalismo, é produtor de mercadorias, ultra-especializado e com elevada capacidade produtiva. No entanto, o autor supracitado assegura que essas características não tornaram o camponês “[...] um assalariado disfarçado ou um trabalhador a domicílio” (OLIVEIRA, 1995, p. 68). Ainda de acordo com Oliveira (1995), a nova configuração do campo tem tornado o trabalho agrícola camponês mais intenso, pois o camponês está cada vez mais submetido ao capitalismo.

A extração da renda da terra camponesa é um dos fatores que fazem com o trabalho camponês seja intensificado. Para Oliveira (2012), tanto as relações comerciais como o Estado, extraem parte da renda da terra camponesa. De um lado, os representantes das relações comerciais (atravessadores, atacadistas, intermediários etc) impõem preços abaixo do valor do produto. Do outro lado, o Estado, por meio do crédito bancário, mantém o camponês permanentemente endividado. Nesse processo de sujeição do campesinato ao capital, o trabalhador camponês não é expropriado, pois ele permanece na terra. Deste modo, quando o capital

[...] submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está-se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra.

Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista (OLIVEIRA, 1995, p. 53).

Ao manter a propriedade da terra trabalhando em conjunto com seu núcleo familiar, o camponês, mesmo aumentando sua dependência em relação ao capital, não sujeita seu trabalho ao capitalismo. A sujeição, nessa relação, é a da renda da terra ao capital (MARTINS, 1979).

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura, ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que devemos entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 1995, p. 67).

Assim, mesmo subordinado ao capital o camponês permanece desenvolvendo suas atividades, pois como escrevemos anteriormente, o camponês faz parte do capitalismo, ou seja, está no interior desse processo e não fora dele.

Evidenciamos, neste item, a partir de leituras, nossa visão sobre o campesinato existente no Brasil. Entendemos que o campesinato configura-se como modo de vida e classe social. A partir dos autores utilizados, reforçamos a ideia de que o campesinato não está acabando, pelo contrário, o campesinato continua se criando e recriando, resistindo às adversidades impostas pelo capital.

3.2 Resistência camponesa e os conflitos no campo

De acordo com Oliveira (1996b), o campo brasileiro está marcado por seu caráter contraditório, pois ao mesmo tempo em que ocorre a expansão do trabalho assalariado e do trabalho familiar no campo, também ocorre a ampliação da concentração fundiária “[...] e da luta pela ‘abertura’ da terra pelos camponeses, quer pela ampliação das áreas de posse, quer pela conquista das terras que a luta pela reforma agrária tem conseguido transformar em terra camponesa” (OLIVEIRA, 1996b, p. 481).

Esse processo revela que, ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários,

aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação dessas terras expropriadas. Para que isso seja possível, eles continuam seu devir histórico: a estrada como caminho. A migração tem sido uma necessidade da sua reprodução na luta pela fração do território distante para poder continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando a possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele procura novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista (OLIVEIRA, 1996b, p. 505).

Segundo Oliveira (1996b), não é sempre que o processo de expropriação atua em sua plenitude no campo. Para o autor supracitado, o aumento do número de posseiros, por exemplo, evidencia “[...] que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização e procura abrir na posse da terra reconquistada o espaço para a continuidade do trabalho familiar camponês” (OLIVEIRA, 1996b, p. 496).

Para Oliveira (1996a), as transformações estruturais do campo brasileiro desencadeiam as lutas pela terra no campo: “Os movimentos sociais têm-se intensificado nos últimos anos e a luta pela reforma agrária tem-se ampliado, chegando às grandes cidades do país” (OLIVEIRA, 1996b, p. 523). Neste sentido, Oliveira (1996a) corrobora:

As greves no campo e nas cidades mostram que cidade e campo não podem ser separados: estamos diante de greves de trabalhadores *do campo* que são feitas *nas cidades*. Movimentos de trabalhadores rurais sem-terra caminham pelas estradas, acampam e lutam no campo, e na cidade marcham pela reforma agrária. A luta pela terra no campo só poderá ser feita na cidade (OLIVEIRA, 1996a, p. 7, grifo do autor).

Para Oliveira (1996b), as transformações do campo brasileiro, principalmente a partir da década de 1960, foram responsáveis pelo “[...] aumento significativo dos movimentos sociais rurais, em luta pela terra ou por melhores condições de trabalho” (OLIVEIRA, 1996b, p. 523). Entretanto,

Esse processo não é recente e tem suas raízes na própria história do Brasil. As lutas dos escravos negros contra a escravidão tiveram como consequência a formação dos quilombos, muitas vezes destruídos pelos bandeirantes, esses jagunços dos senhores de escravos. No século passado, a luta de Canudos; neste século, o Contestado, Trombas e Formoso,

Porecatu, entre tantos outros, além dos inúmeros movimentos grevistas de colonos nas fazendas paulistas de café, são exemplos desse traço histórico das lutas no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1996b, p. 523-524).

Apesar da luta no campo brasileiro por melhores condições ser antiga, Oliveira (1996b) afirma que o Movimento das Ligas Camponesas, entre as décadas de 1950 e 1960, foi a primeira forma mais organizada de movimento social rural. A respeito deste movimento, Oliveira (1996b) destaca:

Fundadas como sociedades beneficentes de defuntos, elas organizaram as lutas dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores em geral da Zona da Mata nordestina, bem como a luta contra a expropriação e a exploração causadas pelo avanço dos latifúndios na região (OLIVEIRA, 1996b, p. 524).

De acordo com Oliveira (1996b), existem vários movimentos sociais no campo brasileiro. Todavia, o autor destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), originado na década de 1980 e se espalhou rapidamente por todo país. Criado no Rio Grande do Sul, o MST tem nas ocupações de terras e órgãos públicos, nos acampamentos e nas caminhadas pelas estradas suas principais estratégias para pressionar o governo brasileiro para a realização da reforma agrária. Em relação à reforma agrária, Oliveira (1996b) assinala:

[...] além de resolver a maior parte dos problemas estruturais que existem no campo brasileiro, permitirá ampliar a oferta de alimentos e resolver o problema crônico da fome e do desemprego – enfim, da miséria que envolve milhões de brasileiros (OLIVEIRA, 1996b, p. 534).

A luta dos trabalhadores rurais brasileiros pela reforma agrária, por meio de estratégias, como manifestações, ocupações, acampamentos e assentamentos, se configura "[...] como processo de territorialização da luta e resistência camponesa diante a monopolização do território pelo capital" (BEDUN, 2012, p. 43). Deste modo, por meio dos movimentos sociais, os trabalhadores rurais confrontam a lógica estabelecida pelo capital.

De acordo com Fabrini (2010), por meio das lutas realizadas pelos movimentos sociais rurais, com destaque para as ocupações de terra e

acampamentos, os camponeses resistem ao projeto de “desenvolvimento” para o campo brasileiro viabilizado pelo capital.

A respeito das ocupações e dos acampamentos como formas de espacialização e territorialização dos movimentos sociais rurais, Fernandes (1999b) constata:

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização (FERNANDES, 1999b, p. 282).

De acordo com Bedun (2012), as ocupações de terras no Brasil fazem parte das estratégias dos movimentos sociais rurais para agilizar e pressionar o governo para a realização da reforma agrária. Nesse sentido, Oliveira (2007, p.141) afirma: “não há dúvida de que a estratégia da ocupação de terras tornou-se a prática típica das ações dos movimentos sociais em luta pela terra”.

A ocupação sempre esteve entre as estratégias utilizadas pelos camponeses para lutar pela terra, conforme afirma Fernandes (2000, p. 286): “a ocupação, como forma de luta e acesso a terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses, em seu processo de criação e recriação, ocuparam terra”.

Embora os movimentos sociais se configurem como uma das principais formas de resistência camponesa, Fabrini (2008) afirma que a capacidade de resistência camponesa não se restringe apenas aos movimentos sociais, pois para o autor:

O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território (FABRINI, 2008, p.269).

Segundo Bedun (2012), o desenvolvimento do capitalismo no campo tem proporcionado a territorialização do agronegócio e a desterritorialização do

campesinato. Para a autora supracitada, a participação em movimentos sociais rurais é o principal meio para que os camponeses possam lutar pela terra.

A principal via dos trabalhadores camponeses, excluídos e expropriados pelo capital, para buscar sua reterritorialização na terra de trabalho tem se legitimado pelos movimentos sociais que lutam pela terra na realização dos assentamentos de reforma agrária (BEDUN, 2012, p. 46).

Bedun (2012) afirma que a luta dos movimentos sociais não é uma luta apenas pela propriedade da terra, mas sim, contra a subordinação da renda da terra e a exploração do trabalho camponês impostas pelo capital como estratégias para garantir sua produção e reprodução.

Fabrini (2011) aponta que ao participarem dos movimentos sociais os camponeses resistem às perversidades impostas pelo capitalismo.

Diante desse contexto, os camponeses organizados nos movimentos sociais [...] resistem bravamente ao projeto de desenvolvimento das oligarquias e empresários rurais, indicando que os conflitos sociais são também conflitos territoriais: o território do agronegócio e latifúndio em contraposição ao território camponês. Acrescenta-se que o território camponês é portador de um conjunto de práticas não-capitalistas, como produção de autoconsumo e resistência, controle relativo do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias e solidárias, dentre outras (FABRINI, 2011, p.110).

Para Almeida (2006), a luta dos movimentos sociais rurais pela terra representa a ruptura na territorialização e monopolização do território pelo capital.

O acampamento e o assentamento são transformações que o território contém, o que ocorre por meio da territorialização da luta pela terra, e que, portanto, representam uma ruptura no processo de territorialização e monopolização do território pelo capital. Assim, quando falamos em territorialização da luta pela terra, estamos, pois, referindo-nos às frações do território conquistadas pelos camponeses, em oposição à lógica de territorialização do capital monopolista, bem como à de monopolização do território pelo capital monopolista. Essa ruptura produz imagens territoriais que, se, por um lado, geram distinção em relação à apropriação capitalista, por outro, expressam identidade camponesa (ALMEIDA, 2006, p. 342).

Bedun (2012) assinala que a luta dos movimentos sociais pela terra e contra o "[...] capital fortalece a classe camponesa por meio de sua resistência e (re) criação" (BEDUN, 2012, p. 48). Conforme Fernandes (1999b), a luta dos movimentos sociais rurais:

[...] são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra de trabalho, afim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa (FERNANDES, 1999b, p.15).

A respeito da luta camponesa para entrar e permanecer na terra, Fernandes (1999a) assinala:

A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas (FERNANDES, 1999a, p.1).

De acordo com Bedun (2012), a luta pela terra evidencia a resistência camponesa à expropriação, violência, exploração e sujeição provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Ainda para a autora: "as diversas manifestações e lutas desenvolvidas no campo pelos camponeses apontam para uma idéia de resistência e (re) criação contra a expropriação regida pela lógica capitalista" (BEDUN, 2012, p. 40).

Conforme Bedun (2012), a materialização dos movimentos sociais caracteriza-se como forma de resistência camponesa, com o objetivo de "[...] romper os limites da lógica capitalista e da propriedade privada e monopolística da terra" (BEDUN, 2012, p. 42). Ainda de acordo com a autora supracitada, a luta dos movimentos sociais, sobretudo, "[...] pela reforma agrária é uma resposta ao desenvolvimento desigual e contraditório do sistema capitalista no campo, baseado na exclusão social, econômica e política" (BEDUN, 2012, p. 42). Nesse sentido, Bedun (2012) destaca a importância dos movimentos sociais como processo fundamental para o camponês entrar e permanecer na terra.

Ao entrar e permanecer na terra de trabalho, o camponês evidencia sua resistência perante o processo de desterritorialização viabilizado pelo capital. Deste modo, o camponês está resistindo à reestruturação produtiva impulsionada pela expansão do agronegócio (BEDUN, 2012).

É, portanto, na complexidade da estrutura fundiária brasileira combinada com a reestruturação produtiva do capital que os movimentos sociais na luta pela terra se organizam para garantir sua resistência e existência como classe peculiar sob as bases do trabalho familiar (BEDUN, 2012, p. 52).

Fabrini (2010) afirma que os assentamentos de reforma agrária são resultados importantes das lutas camponesas. Para o autor supracitado, os assentamentos de reforma agrária constituem-se como importantes frações do território camponês. Ainda segundo o autor, nesses territórios camponeses, antigas e novas sociabilidades são reavivadas e recriadas a partir da conquista da terra.

Nos assentamentos, ergue-se um conjunto de saberes e conhecimentos secularmente acumulados, ou seja, saberes que estavam sendo erodidos e perdidos com a expulsão e expropriação dos camponeses e que são recriados e recuperados como estratégias de existência pela resistência dos camponeses (FABRINI, 2010, p.82).

Compartilhamos o ponto de vista de Bedun (2012) no que se refere à política de Reforma Agrária, pois também acreditamos que: “[...] tem-se a necessidade de implantar uma política de Reforma Agrária que possibilite profundas mudanças na reestruturação agrária, produtiva e social das comunidades rurais” (BEDUN, 2012, p. 43). Sendo assim, também concordamos com Oliveira (2007):

Assim, a reforma agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Deste modo, é necessária uma mudança estrutural do ponto de vista político, econômico e social, para que a reforma agrária não seja apenas uma distribuição de lotes. Essas mudanças fazem parte dos desejos dos

trabalhadores camponeses. A mera distribuição de lotes não altera a estrutura atual existente no campo brasileiro, pautada no poder e no interesse dos latifundiários (BEDUN, 2012).

Para Paulino e Almeida (2010), é necessário que a reforma agrária siga o princípio da justiça social, para a terra cumprir sua função social⁷.

[...] é preciso afirmar que contra a insustentabilidade do agronegócio surge a necessidade de se resgatar na atualidade o princípio da terra camponesa, principalmente quando se trata de Reforma Agrária, de modo que ela seja sinônimo de terra de vida e trabalho a denunciar a terra de negócio, aquela que precisa concentrar para especular e explorar o trabalho de outrem. Logo, o princípio que deve nortear a Reforma Agrária no Brasil tem que ser o de justiça social, onde a terra é dividida para melhor atender a Função Social, aqui entendida como uma questão agrária/ ambiental/ trabalhista e de bem-estar (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 97).

A respeito da luta dos movimentos sociais pela reforma agrária, Fernandes (2008, p. 76) afirma: “[...] lutar pela reforma agrária, significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato”. Para Bedun (2012), a luta dos movimentos sociais camponeses:

[...] deve ir além das reivindicações de políticas públicas para a realização da reforma agrária; desta forma, a luta deve ser também contra as formas de expropriação de renda pelo capital sobre a propriedade familiar camponesa. Este entendimento está vinculado ao fato de que a sujeição da renda da terra pelo capital propicia a acumulação de riqueza e poder pela sociedade capitalista, impedindo o camponês de libertar-se da situação de miséria que lhe fora imposta (BEDUN, 2012, p. 42).

⁷ Constituição Federal de 1988. Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Desse modo, de acordo com Almeida (2006), a luta pela terra deve ser entendida como uma luta contra o capital, tendo em vista que uma reforma agrária de caráter apenas distributivo mantém a renda subjugada ao capitalista, mantendo a sujeição do trabalhador camponês perante o capital. Para Oliveira (1995, p. 81): “[...] a luta pela terra não pode-se restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital”.

Ao lutarem pela terra e pela reforma agrária, os movimentos sociais rurais “[...] têm se desenvolvido na contramão do discurso desenvolvimentista respaldado pelo agronegócio e apregoado pelo capital” (BEDUN, 2012, p. 59). Tal situação faz com que:

As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p. 151-152).

Os conflitos existentes no campo, sobretudo, os oriundos das disputas entre os camponeses e o capital, evidenciam a luta dos movimentos sociais pela terra e “[...] o enfrentamento do camponês a uma estrutura agrária calcada na concentração fundiária e monopolizada pelo capital” (BEDUN, 2012, p. 49-50).

Conforme Bedun (2012), a história da estrutura agrária brasileira é caracterizada pela concentração de terras e, por consequência, “[...] pelos graves problemas sociais, econômicos e políticos presentes no campo” (BEDUN, 2012, p. 41). Ainda segundo Bedun (2012), as desigualdades sociais, a miséria, a pobreza e a insegurança alimentar são problemas intimamente ligados a concentração fundiária. Além disso, para a autora, a concentração fundiária se configura como obstáculo para os movimentos sociais rurais na luta pela terra de trabalho.

De modo amplo, a concentração fundiária moldada às bases do modelo produtivo do agronegócio, pautado na prática da monocultura agroexportadora e na superexploração do trabalho, configura um obstáculo para os movimentos sociais na luta pela terra decorrente da ausência de uma política de reforma agrária efetiva, capaz de romper com as injustiças sociais e com o modelo econômico centrado no capital monopolista (BEDUN, 2012, p. 51).

Assim, para Bedun (2012), o desenvolvimento do sistema capitalista no campo, ao ampliar as contradições no campo e o poder monopolístico da oligarquia agrária, transformou o território brasileiro “[...] em palco de constantes conflitos e lutas travadas pela sociedade capitalista e pelos movimentos camponeses” (BEDUN, 2012, p. 41).

As divergências existentes entre a classe camponesa e a classe capitalista têm se desdobrado em violência no campo brasileiro, onde o capital persegue e aterroriza o trabalhador camponês. Para Bedun (2012):

[...] a relação entre camponeses e capitalistas sempre foi expressa por processos conflituosos, explicitados de um lado pelas formas capitalistas de desenvolvimento, engendradas sob a reprodução ampliada do capital e do poder, e do outro, a reprodução do trabalho familiar camponês fundamentada na tríade família, trabalho e terra (BEDUN, 2012, p. 41).

No que se refere à disputa territorial entre o capital e o campesinato, Paulino e Almeida (2010, p. 58) constata: “de um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisam para viver. O resultado tem sido um território em disputa!”.

Segundo Oliveira (2001), a constante disputa territorial entre o capital e os camponeses deriva do fato dessas classes produzirem diferentes relações sociais. Assim, para o autor, o território é caracterizado pela existência de processos contraditórios.

As disputas territoriais entre o campesinato e o capital indicam lógicas divergentes de organização e produção no campo. Enquanto o camponês desenvolve suas atividades na propriedade familiar e produz de maneira diversificada para satisfazer suas necessidades básicas, o capitalista “[...] organizado na grande propriedade fundiária, baseada na monocultura

exportadora, vive do lucro, fruto da exploração da força de trabalho” (BEDUN, 2012, p. 90-91).

Segundo Fernandes (2008, p. 280): “as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento”.

A definição de Fernandes (2008) evidencia as diferenças entre os territórios do campesinato e os territórios capitalistas, nesse caso, representado pelo agronegócio.

Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoa no território, porque é neste e deste espaço que constroem sua existência, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infra-estrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 285-289).

Os conflitos territoriais entre o capital e o campesinato são responsáveis pela ampliação da violência no campo brasileiro. Para Girardi e Fernandes (2009, p. 363): “[...] a violência tem sido utilizada pelo latifúndio e pelo agronegócio para expropriar e impedir a territorialização e a reterritorialização do campesinato”. Assim, a violência é utilizada pelos capitalistas para reprimir a luta camponesa pela terra. Nesse sentido, segundo Oliveira (2007, p.135) a “[...] violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil”.

No Brasil das últimas décadas, um grande número de conflitos, em geral sangrentos, tem acontecido no campo. Lideranças sindicais de trabalhadores, religiosos, advogados entre outros,

têm sido cruelmente assassinados ao arripio da lei. A justiça continua ser a única ausente do campo nos dias de hoje (OLIVEIRA, 1996, p. 7).

A Tabela 4 apresenta os dados dos conflitos no Brasil entre os anos de 1990 e 2013. Entre os tipos de conflitos estão: conflitos por terra, conflitos por água, conflitos trabalhistas, entre outros. Entre os anos de 1990 e 2013, o número de conflitos de terras passou por oscilações. Entre 1990 e 2002, apenas no ano de 1998 foram registrados mais de 1.000 conflitos. Nesse ano, foram registrados 1.100 conflitos. No entanto, a partir de 2003, todos os anos registraram mais de 1.000 conflitos. Isso não quer dizer que antes de 2003 existiam menos conflitos no campo, mas sim, que eram menos divulgados. Desse modo, possivelmente, boa parte dos conflitos não foi registrado.

Tabela 04 – Brasil: número de conflitos no campo.

Ano	Nº de conflitos						
1990	448	1996	750	2002	925	2008	1.170
1991	453	1997	736	2003	1.690	2009	1.184
1992	433	1998	1.100	2004	1.801	2010	1.186
1993	545	1999	983	2005	1.881	2011	1.363
1994	485	2000	660	2006	1.657	2012	1.364
1995	554	2001	880	2007	1.538	2013	1.266

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 1990 – 2013.

Os conflitos entre o agronegócio e o campesinato, no geral, tem se caracterizado pela barbárie e violência. Assim, esses conflitos têm custado vidas. A Tabela 5 apresenta os dados referentes ao número de assassinatos ocorridos durante os conflitos no Brasil entre os anos de 1990 e 2013. Em 24 anos de conflitos, ocorreram 974 assassinatos.

Tabela 05 – Brasil: número de assassinatos em conflitos no campo.

Ano	Assassinatos	Ano	Assassinatos	Ano	Assassinatos	Ano	Assassinatos
1990	79	1996	54	2002	43	2008	28
1991	54	1997	30	2003	73	2009	26
1992	46	1998	47	2004	39	2010	34
1993	52	1999	27	2005	38	2011	29
1994	47	2000	21	2006	39	2012	36
1995	41	2001	29	2007	28	2013	34

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 1990 – 2013.

De acordo com Bedun (2012), os conflitos existentes no campo brasileiro não são amplamente divulgados, "[...] uma vez que a história do Brasil sempre esteve voltada para a classe dominante, controlada por latifundiários e capitalistas, e não em torno da luta e mobilização da classe de trabalhadores" (BEDUN, 2012, p. 60).

Segundo Avelino Júnior (2004), os capitalistas latifundiários utilizam diversas formas de violência no campo.

Na luta pela terra, a regra geral é a violência como forma de resolver os conflitos entre latifundiários e os sem-terra.

São várias as dimensões da violência no campo dentre elas, a violência ambiental que destrói sistematicamente as florestas, ou explora a mão-de-obra dos camponeses durante as secas, a violência da expulsão e da migração forçada, o 'trabalho escravo', e a falta de terras.

Há uma violência específica que ocorre no campo na forma de assassinatos, lesões corporais, ameaças de morte, expulsões, torturas e escravização de camponeses por latifundiários.

A violência física de latifundiários contra sem-terra é a mais evidente, pela sua maior frequência nos noticiários dos jornais (AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 77).

Para Bedun (2012), as tensões e a violência presentes nos conflitos agrários são evidências das contradições existentes no desenvolvimento do capitalismo no campo. Conforme a autora, as contradições do capitalismo refletem "[...] o processo de uso e exploração do território. Neste contexto, o camponês é atingido pela violência da subordinação, exploração e expropriação, a partir da lógica desigual e contraditória do capital" (BEDUN, 2012, p. 61).

Thomaz Júnior (2009) afirma que a violência utilizada pelos capitalistas e pelo Estado contra os movimentos sociais é uma marca dos conflitos agrários brasileiros.

O expediente da violência e da truculência adotados pelas classes dominantes e pelo próprio Estado sustenta marcas indeléveis, tanto no que se refere aos assassinatos, quanto às perseguições e desaparecimentos de trabalhadores (posseiros, assalariados, pequenos produtores, etc), dirigentes sindicais e militantes dos diversos movimentos sociais envolvidos na luta pelo acesso à terra e resistência nela (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 85).

De acordo com Bedun (2012), o modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil é pautado na produtividade e no lucro, "[...] promovendo a proletarização no campo e a sujeição do trabalhador às mazelas do capitalismo associadas à exploração, à exclusão, à miséria, à fome e a outros tipos de barbáries" (BEDUN, 2012, p. 66). Desse modo, para a autora supracitada, a classe trabalhadora sofre com a repressão e a violência imposta pelo capital.

Apesar da constante repressão e violência contra os trabalhadores camponeses, Thomaz Júnior (2009) aponta que essas barbáries não exterminaram o envolvimento e a luta dos trabalhadores pelo acesso à terra, por melhores condições no campo, dentre outros objetivos.

Nesse sentido, a repressão e a violência que engordam as fatídicas estatísticas das torturas, dos assassinatos, dos desaparecimentos de camponeses, lideranças sindicais e trabalhadores rurais, bem como o comprometimento da maioria do Poder Judiciário com os imperativos do capital e do latifúndio, não fizeram desaparecer o envolvimento e a luta dos trabalhadores, sintonizados com o desejo do acesso a terra, à Reforma Agrária, às melhores condições de trabalho, ao cumprimento dos direitos trabalhistas, às denúncias de trabalho escravo etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 367).

Assim, mesmo com a violência utilizada pelos capitalistas, o campesinato segue sua trajetória de luta para entrar e permanecer na terra, resistindo às perversidades impostas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo.

3.3 A produção camponesa

Neste subitem, elencaremos as características que tornam a produção camponesa divergente da produção capitalista. Oliveira (1995) aponta que enquanto a produção capitalista é pautada no lucro, o principal objetivo da produção camponesa é o consumo direto familiar. Sendo assim, a produção camponesa, primeiro, atende ao consumo direto familiar, como forma de subsistência imediata. O restante da produção, ou seja, o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria (OLIVEIRA, 1995).

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Enquanto a produção camponesa se realizada por meio da forma simples de circulação de mercadorias ($M - D - M$), a produção capitalista se baseia no movimento de circulação do capital, nas formas simples ($D - M - D$) e ampliada ($D - M - D'$). A produção camponesa não tem como objetivo o lucro ou a acumulação de capital. Pelo contrário, a produção camponesa é realizada com o intuito de proporcionar a reprodução familiar.

Assim, cumpre destacar que o trabalhador camponês, no processo de produção e comercialização dos seus produtos, busca satisfazer suas necessidades mais básicas, destacando a alimentação e o bem-estar da sua família. Nessa perspectiva, esse fator impõe ao camponês uma luta obstinada pela conquista e permanência no seu principal instrumento de trabalho, a terra (BEDUN, 2012, p. 28).

As lógicas de produção camponesa e capitalista são distintas. Tal situação reflete na propriedade da terra, pois enquanto a terra controlada pelos

camponeses é terra de trabalho, a terra controlada pelo capitalismo é terra de negócio e exploração (Martins, 1980).

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (MARTINS, 1980, p.60)

Para Oliveira (2005), a transformação da terra de trabalho em terra de negócio tem caracterizado o campo brasileiro a partir do desenvolvimento do sistema capitalista no campo. Ainda conforme Oliveira (2005, p. 85, grifo do autor): “é esse papel da *terra mercadoria* na economia brasileira que tem caracterizado a estrutura básica do nosso campo”.

Deste modo, uma das principais diferenças entre a produção camponesa e a produção capitalista é o uso da terra. Enquanto os estabelecimentos familiares camponeses são ocupados produtivamente, os estabelecimentos controlados pelos capitalistas são pouco produtivos. Nesse sentido, Oliveira (1996b) afirma:

De certo modo, o que se tem é o reflexo do papel fundamental que a terra tem adquirido na economia brasileira: de um lado, a lógica ditada pela terra improdutivo dos grandes estabelecimentos; de outro, a lógica ditada pela terra produtiva nos pequenos estabelecimentos (OLIVEIRA, 1996b, p. 512).

Oliveira (2005) afirma que os grandes estabelecimentos são pouco produtivos porque suas terras são utilizadas como reserva de valor. Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 87, grifo do autor) assinala: “o Brasil tem mais de 45% de suas terras ocupadas por pastagens, que têm sido a forma de uso mais comum para ‘esconder’ a *terra mercadoria* – reserva de valor – à espera da especulação imobiliária”. Ainda de acordo com Oliveira (2005):

Essa evidência é tanto mais acentuada quando se tomam os estabelecimentos com menos de 10 ha, que, inversamente aos grandes estabelecimentos, têm visto aumentar a porcentagem da área destinada às lavouras (cerca de 70% em 1985), ante apenas 16% da superfície ocupada pelas pastagens (OLIVEIRA, 2005, p. 87).

As estratégias e as particularidades do processo de produção camponesa evidenciam a resistência do camponês perante os efeitos perversos do desenvolvimento contraditório e desigual do sistema capitalista no campo (BEDUN, 2012). Assim, no próximo subitem, elencaremos os elementos que caracterizam a produção camponesa.

3.3.1 Os elementos estruturais da produção camponesa

Pautado no trabalho “Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital”, de 1978, de autoria de José Vicente Tavares do Santos, Oliveira (1995; 1996) elenca nove elementos fundamentais para a produção camponesa. No que diz respeito às relações de trabalho, Oliveira (1995; 1996) destaca: a força de trabalho familiar, a ajuda mútua, a parceira, o trabalho acessório e a força de trabalho assalariado. Além desses elementos, somam-se: a socialização do camponês, a propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

Um dos elementos principais da produção camponesa é a força de trabalho familiar, tendo em vista que ela “é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa” (OLIVEIRA, 1995, p. 69). Desta forma, Oliveira (1996, p. 56) escreve: “[...] a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa”.

Para Oliveira (1996), as características da força de trabalho familiar abrem possibilidades para a existência de outras relações de trabalho na unidade camponesa, como a ajuda mútua, a parceria e o trabalho assalariado. Apesar da complexidade gerada pela existência de várias formas de relações de trabalho na produção camponesa, Oliveira (1996) assegura que as demais relações de trabalho são articuladas a partir do trabalho familiar, ou seja, o trabalho familiar é o primeiro e principal elemento das relações de trabalho na produção camponesa.

A ajuda mútua também é outro elemento importante entre os camponeses. Por meio da ajuda mútua, os camponeses suprem, quando necessário, a força de trabalho familiar. O mutirão e a troca de dias de trabalho entre os camponeses estão entre as práticas de ajuda mútua. Esse processo é necessário em virtude da falta “[...] de rendimentos monetários necessários

para pagar trabalhadores assalariados” (OLIVEIRA, 1995, p. 69). Nesse sentido, Bedun (2012) afirma:

Com efeito, as práticas de ajuda mútua são fundamentais no interior da unidade camponesa, pois consiste no esforço comunitário entre vizinhos ou parentes para ajudar nas tarefas que não podem ser realizadas somente pela força do trabalho familiar, não havendo qualquer pagamento monetário entre eles (BEDUN, 2012, p. 24).

A parceria é outro elemento da produção camponesa. Segundo Oliveira (1995), esse elemento também ocorre em função da insuficiência de rendimentos monetários necessários para o camponês assalariar trabalhadores em sua unidade de produção.

[...] assim o camponês, ao contratar um parceiro divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceira pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas (OLIVEIRA, 1995, p. 69).

O trabalho acessório se configura como uma fonte de renda suplementar importante na propriedade camponesa. Em determinados períodos, o camponês transforma-se em trabalhador assalariado. O pagamento recebido durante o período como trabalhador assalariado contribui para viabilizar a reprodução familiar e a manutenção da unidade de produção camponesa (OLIVEIRA, 1995).

A força de trabalho assalariada torna-se necessária na unidade camponesa em determinados momentos “[...] como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços” (OLIVEIRA, 1995, p. 69-70). Assim, a força de trabalho assalariada, normalmente, é utilizada nos períodos em que a força de trabalho familiar não é suficiente para realizar todas as atividades da propriedade como, por exemplo, no período de colheita da produção.

De acordo com Oliveira (1995), a socialização do camponês é outro elemento importante da produção camponesa. O processo de socialização ocorre desde quando a criança é pequena. Deste modo, elas são inseridas

[...] como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva quando criança pequena, o camponês brinca com miniaturas de instrumentos de trabalho; quando crescida, já trabalha com esses instrumentos (OLIVEIRA, 1995, p. 70).

A propriedade da terra é outro elemento fundamental para a produção camponesa. Segundo Oliveira (1995), a propriedade da terra, na unidade camponesa, é propriedade familiar, distinta, portanto, da propriedade capitalista. Enquanto a propriedade camponesa é pautada na força de trabalho familiar, a propriedade capitalista explora o trabalho alheio. Nesse sentido, Oliveira (1995) reforça:

[...] na propriedade familiar estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é *terra de trabalho*, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser *camponês-proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser *camponês-posseiro* (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra) (OLIVEIRA, 1995, p. 70, grifo do autor).

Deste modo, para Martins (1980), a propriedade familiar e a propriedade capitalista possuem resultados sociais distintos, pois “a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador” (MARTINS, 1980, p. 59).

Ressaltando a importância da propriedade da terra, Bedun (2012) afirma:

[...] para o camponês, a propriedade da terra representa sua autonomia, uma vez que ele preserva seus valores tradicionais, hábitos e costumes, e cuja reprodução é regulada pela força de trabalho familiar, garantindo, assim, sua existência e permanência no mundo capitalista como classe (BEDUN, 2012, p. 26).

Soma-se ainda aos outros elementos estruturais a propriedade dos meios de produção. De acordo com Oliveira (1995):

Além da propriedade da terra, outro elemento da produção camponesa é a *propriedade dos meios de produção*, que na sua maioria são adquiridos, portanto, são *mercadorias*. Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma mercadoria. É com relação ao acesso a essas mercadorias, meios de produção, que o camponês trava relação com o capital (OLIVEIRA, 1996, p. 63, grifo do autor).

Como o camponês necessita adquirir parte dos meios de produção para o desenvolvimento de suas atividades na unidade camponesa, “[...] o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas” (OLIVEIRA, 1995, p. 70).

Para Oliveira (1996), a necessidade de adquirir meios de produção faz com que parte da renda camponesa seja drenada para o setor bancário e industrial, haja vista que boa parte dos empréstimos financeiros são realizados com o intuito de repor os meios de produção

Por fim, dentre os elementos estruturais da produção camponesa, figura a jornada de trabalho. A jornada de trabalho é outra característica que diferencia a produção camponesa e a capitalista. Enquanto o horário de trabalho camponês é flexível, a jornada dos trabalhadores assalariados é rígida. Dessa forma, o camponês, diferentemente do trabalhador assalariado, possui autonomia para estabelecer sua jornada de trabalho diária.

[...] a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se período de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e período de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho) (OLIVEIRA, 1995, p. 70-71).

Os elementos estruturais da produção camponesa expostos neste subitem evidenciam as divergências em relação à produção capitalista. Como pudemos verificar, estas duas lógicas de produção possuem objetivos e resultados distintos.

4 A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR, EM DRACENA, E DO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO, EM TRÊS LAGOAS

Neste capítulo, analisaremos a expansão da lavoura canavieira no município de Dracena e do monocultivo de eucalipto no município de Três Lagoas. Para tanto, inicialmente apresentamos breve histórico sobre a formação dos municípios estudados. Também elencamos os fatores fundamentais para a expansão das monoculturas nos respectivos municípios, bem como seus desdobramentos.

4.1 A expansão da cana-de-açúcar no município de Dracena

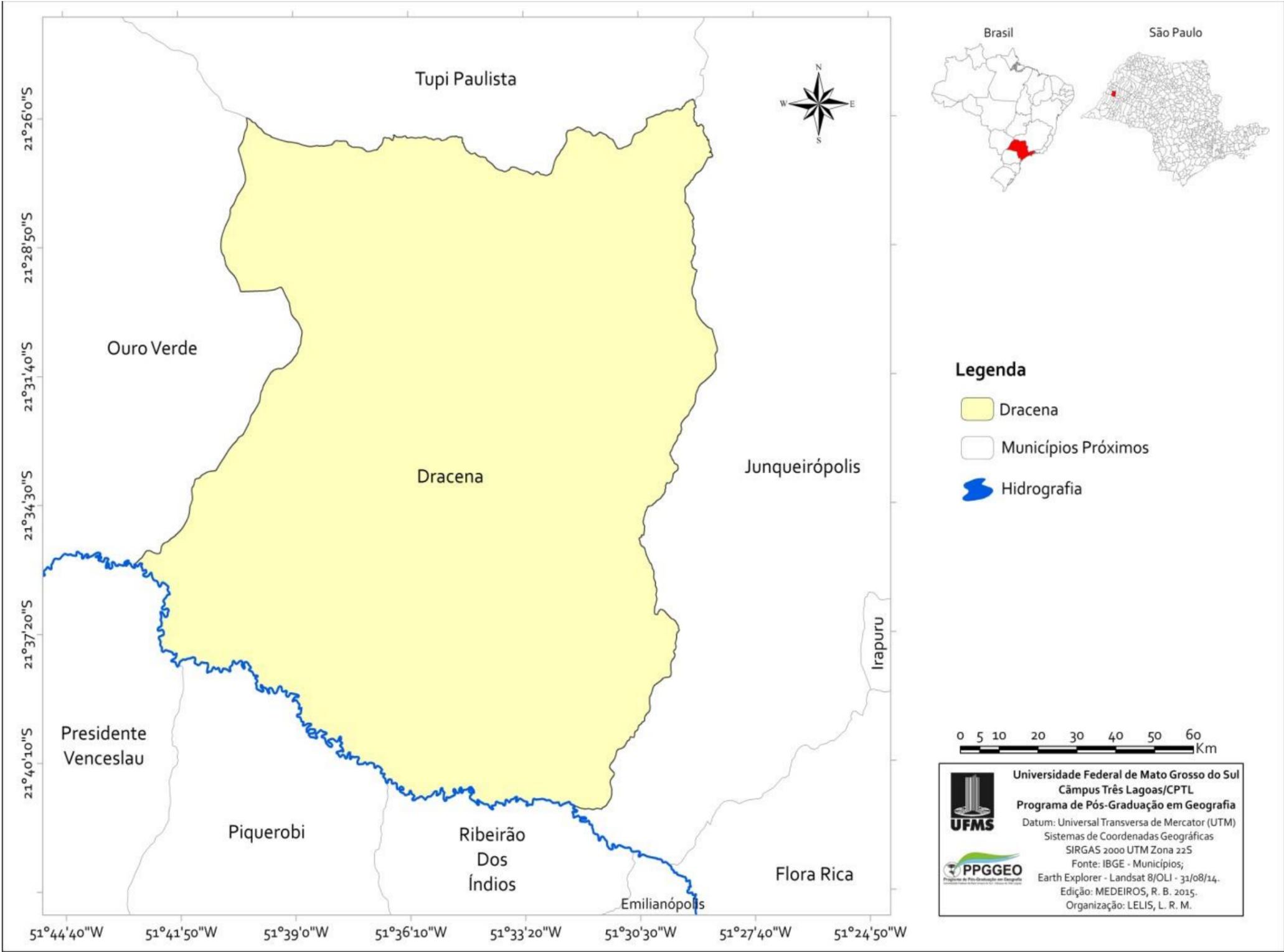
Neste item analisaremos a expansão da cana-de-açúcar no município de Dracena. Para a consecução de tal intento, primeiro realizamos a análise sobre a formação de Dracena por meio de revisão bibliográfica. Em seguida, analisamos os fatores que viabilizaram a expansão da monocultura canavieira, bem como os desdobramentos proporcionados pela expansão dos canaviais no município em questão.

4.1.1 A formação do município de Dracena

O município de Dracena (Figura 1) formou-se em decorrência da expansão do cultivo de café para o Oeste do Estado de São Paulo, bem como, do loteamento de glebas realizado pelas companhias colonizadoras (OLIVEIRA, 2003; GIL, 2007). Esse processo expansionista ficou conhecido como “Marcha para o Oeste” e deu origem à Microrregião Geográfica de Dracena⁸ (MONBEIG, 1984).

⁸ Municípios que fazem parte da Microrregião Geográfica de Dracena: Dracena, Irapuru, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D’Alho e Tupi Paulista.

Figura 01 – Dracena – SP: localização geográfica.



Fonte: IBGE, 2015. Org.: LELIS, 2015.

A expansão da cafeicultura para o Oeste paulista ocorreu, principalmente, em função do promissor comércio internacional de café, do esgotamento dos solos nas regiões onde o café já era cultivado e da procura por terras baratas (MONBEIG, 1984; GIL, 2007).

A Microrregião de Dracena fez parte da última “onda” deste processo de expansão da cafeicultura para o oeste do Estado de São Paulo, sendo a última área a ser efetivamente ocupada por não índios nesta unidade da federação. Desta forma, entre as décadas de 1930 e 1960, surgiram dezenas de municípios nessa região (OLIVEIRA, 2003; GIL, 2007).

O município de Dracena sempre dependeu da cultura cafeeira, pois sua formação e seu crescimento econômico foram proporcionados pela expansão do café na região. Essa relação de dependência ocorreu até a década de 1980. Nessa década, a crise regional da cafeicultura abalou profundamente a economia municipal (LELIS; HESPANHOL, 2014).

Diversos fatores contribuíram para a crise da cafeicultura ocorrida na década de 1980, como a conjuntura política e econômica nacional e internacional, além de fatores particulares da região, como a incidência de pragas e doenças, o manejo inadequado do solo e a sequência de geadas, ocorridas a partir de meados da década de 1970 (OLIVEIRA, 2003; GIL, 2007; LELIS; HESPANHOL, 2013).

A decadência da cultura cafeeira trouxe graves consequências econômicas negativas para as propriedades rurais de Dracena, principalmente para as pequenas, controladas pelos camponeses, predominantes no campo dracenense durante a fase da cafeicultura. Desse modo, naquele período de crise, houve a saída de parte da população do campo em direção à cidade. Na maioria dos casos, eram os mais jovens que migravam incentivados pelos mais idosos (VELOSO, 2011).

Os que permaneceram no campo readequaram-se produtivamente, principalmente com a pecuária e a fruticultura, configurando-se como as principais alternativas produtivas adotadas após a crise do café. Atualmente, a pecuária leiteira e o setor hortifrutigranjeiro dominam a estrutura produtiva dos camponeses dracenenses (LELIS; HESPANHOL, 2014).

A crise do principal produto gerador de renda fez com que o município passasse por grandes dificuldades socioeconômicas, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. A partir da década de 2000, a instalação de unidades prisionais na região, a fruticultura e a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar proporcionaram relativo revigoramento da economia local (OLIVEIRA, 2003; LELIS; HESPANHOL, 2013).

4.1.2 A expansão da cana-de-açúcar no município de Dracena

No município de Dracena, a expansão da cultura canavieira ocorreu em dois momentos: o primeiro ocorreu no final da década de 1970, em decorrência do forte apoio do Estado para a expansão do setor sucroalcooleiro; o segundo e atual momento, ocorre desde o início da década de 2000 devido, principalmente, à tendência mundial para a utilização de combustíveis menos poluentes.

No final da década de 1970, ocorreu o primeiro momento de expansão dos canaviais no município de Dracena. Em razão de estímulos estatais e da criação de programas, em 1978, foi construída a Destilaria Vale Verde S.A., no município de Junqueirópolis. A referida destilaria foi construída com capital de investidores de Junqueirópolis e Dracena (GIL, 2007).

A atuação do Estado foi fundamental para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Brasil devido à criação de políticas intervencionistas, que incentivaram a produção de álcool, como o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsúcar) e o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) (ANDRADE, 1994; THOMAZ JUNIOR, 2002).

A criação do Programa Nacional do Álcool, pelo Decreto-Lei nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, foi o ponto fundamental para a substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados do petróleo. Financiado pelo Governo Federal, o Proálcool contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas no setor e para a expansão da produção sucroalcooleira (JOVIANO, 2009).

Para realizar a substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados do petróleo pelo álcool combustível, o Governo Federal fechou acordo com as indústrias automobilísticas para que elas iniciassem a

fabricação de veículos movidos a álcool, além de incentivar as novas destilarias com o intuito de aumentar a produção de álcool (THOMAZ JÚNIOR, 2002; JOVIANO, 2009).

No período da criação do Proálcool, o Brasil era extremamente dependente do transporte rodoviário, porém não era autossuficiente na produção de petróleo. A crise do petróleo⁹ da década de 1970 deixou o país em situação econômica difícil e o Proálcool surgiu para diminuir a importação de petróleo e dinamizar a indústria canavieira, a automobilística e a metalúrgica.

A implantação do Proálcool foi extremamente vantajosa para os empresários do setor, pois a concessão de empréstimos ocorria, praticamente, a fundo perdido. Com o desenvolvimento do Proálcool, o governo atendia demasiadamente as classes produtoras, entretanto, afirmava que o programa teria alcance social, pelos novos empregos criados, mesmo que a maioria fosse sazonal. Além disso, a atividade canavieira é reconhecida pela exploração da força de trabalho, acarretando inúmeros prejuízos do ponto de vista social (ANDRADE, 1994; THOMAZ JUNIOR, 2002).

Outro ponto desconsiderado foram os impactos negativos sobre o ambiente, pela destruição da vegetação, diminuição da biodiversidade, contaminação das águas superficiais e subterrâneas em decorrência do lançamento do vinhoto¹⁰ e poluição dos solos pelo uso demasiado de agrotóxicos nos canaviais. Além disso, desconsiderou-se a diminuição da área das lavouras alimentares e das áreas destinadas à criação de gado (ANDRADE, 1994).

A respeito do Proálcool, Thomaz Júnior (2002) aponta sua contribuição para a manutenção histórica de privilégios e protecionismo para a cultura canavieira. Ainda de acordo com Thomaz Júnior (2002):

O Proálcool resultou no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. [...] O Proálcool selou a mediação estatal na atividade sucroalcooleira, indexando à

⁹ No início da década de 1970, o petróleo passou por uma crise mundial em função de conflitos no Oriente Médio. Tal situação culminou no aumento do preço do petróleo.

¹⁰ Vinhoto é o resíduo que sobra após a destilação fracionada do caldo de cana-de-açúcar fermentado para a obtenção do álcool etílico (etanol). Para cada litro de álcool etílico produzido, 12 litros de vinhoto são produzidos como resíduo.

produção de álcool os objetivos centrais, até a reversão desse quadro, no final dos anos 80 (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 76).

No Estado de São Paulo, o Proálcool teve grande relevância entre os anos de 1975 e 1985. Nesse período, foram construídas 78 destilarias e usinas sucroalcooleiras e o declínio da cultura cafeeira favoreceu a expansão da cana-de-açúcar para várias regiões de São Paulo.

Depois do período de expansão da atividade sucroalcooleira, em meados da década de 1980, o setor entrou em crise, resultando na desativação de várias destilarias e usinas sucroalcooleiras, como a Destilaria Vale Verde, que se localizava em Junqueirópolis. Apesar das dificuldades enfrentadas desde meados da década de 1980, a destilaria funcionou até o ano de 1998. Nesse ano, em função de problemas administrativos e econômicos, bem como do mau momento vivido pelo setor sucroalcooleiro, suas atividades foram encerradas (GIL, 2007).

O fechamento da Destilaria Vale Verde trouxe impactos negativos para o município de Junqueirópolis, sobretudo do ponto de vista socioeconômico. O município de Dracena também foi afetado, tendo em vista que boa parte da cana-de-açúcar utilizada pela destilaria era cultivada em sua área rural (JOVIANO, 2009).

O segundo momento, iniciado em 2001, relacionou-se à reativação da Destilaria Vale Verde, com capital proveniente do grupo pernambucano Silveira Barros, passando a se chamar Usina Alta Paulista (GIL, 2007; JOVIANO, 2009).

Diversos fatores contribuíram para essa nova expansão do setor sucroalcooleiro, porém o mais significativo foi o aumento do consumo dos biocombustíveis em decorrência da tendência mundial para utilização de combustíveis menos poluentes. De acordo com Joviano (2009), vários fatores internos e externos contribuíram para impulsionar novamente a expansão da produção do setor sucroalcooleiro, tais como:

[...] oscilações e aumento dos preços do petróleo motivado por um ambiente de tensão na região do Oriente Médio; a busca por fontes energéticas renováveis; o domínio da tecnologia para produção do álcool e aproveitamento de subprodutos da produção como o bagaço na energia e o vinhoto para fertilização por irrigação; o crescimento na demanda de álcool

motivada pela produção de veículos bicombustível e do aumento de consumo de açúcar e álcool em países como China e Índia; questões ambientais que colocam a necessidade de substituição de derivados de petróleo para evitar as emissões de CO², dentre outros (JOVIANO, 2009, p. 140). .

No ano de 2006, três usinas sucroalcooleiras foram inauguradas na região, sendo uma em Dracena e duas em municípios próximos: Usina Dracena Álcool e Açúcar Ltda, em Dracena; Usina Rio Vermelho Álcool e Açúcar Ltda, em Junqueirópolis; e, Destilaria Caiuá S/A, em Santa Mercedes. Em 2009, inaugurou-se a Usina Caeté S/A, no município de Paulicéia.

A partir desse período, Dracena consolidou-se como polo regional do setor sucroalcooleiro, pois as agroindústrias sucroalcooleiras localizadas em municípios próximos instalaram escritórios em Dracena, em função da amplitude do setor de serviços dessa cidade, com destaque para o setor bancário, que oferece quantidade maior de agências.

A instalação das usinas sucroalcooleiras proporcionou a expansão do cultivo de cana-de-açúcar em todos os municípios da Microrregião de Dracena. Diversos fatores foram responsáveis por atrair o interesse dos empresários do setor sucroalcooleiro, tais como: locais, agrônômicos, econômicos, sociais e políticos (SEGATTI, 2009).

A localização geográfica da Microrregião de Dracena foi um ponto fundamental do interesse dos empresários do setor em questão. Isso porque a estrutura logística do Estado de São Paulo contribui para o escoamento da produção, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo. Assim, a qualidade e a quantidade de malha rodoviária do Estado de São Paulo, bem como a proximidade com o porto de Santos se configuraram como um dos fatores determinantes para a expansão do setor sucroalcooleiro na Microrregião de Dracena (SEGATTI, 2009).

Do ponto de vista dos fatores agrônômicos, “[...] destacam-se os solos podzolizados e areníticos, que, apesar da fertilidade mediana, oferecem boas respostas às adubações” (SEGATTI, 2009, p. 65). Além disso, soma-se o relevo pouco ondulado da região, que favorece a mecanização das lavouras.

No que diz respeito aos fatores econômicos, podemos apontar o baixo custo da mão de obra e o baixo preço das terras da região, seja para arrendar ou para comprar. Apesar da vinda de muitos trabalhadores de outras partes do

país, sobretudo da região Nordeste e do norte de Minas Gerais, a mão de obra dos trabalhadores da região é barata se comparada com outras regiões do Estado de São Paulo. Isso porque a região entrou em uma crise profunda após a crise do café da década de 1980 e não mais conseguiu se recuperar. Além disso, o custo para manter esses trabalhadores na Microrregião de Dracena é relativamente baixo, já que a microrregião em questão está inserida em uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo. O baixo preço das terras da região também está relacionado com a crise do café da década de 1980, pois nenhuma outra atividade agropecuária conseguiu ocupar totalmente a lacuna econômica deixada pela cultura cafeeira (SEGATTI, 2009; LELIS; HESPANHOL, 2013).

Quanto aos fatores sociais, a idade avançada dos agricultores é outro fator que favoreceu a expansão da monocultura canavieira, pela dificuldade de sucessão. Em função da idade média avançada, grande parte dos proprietários rurais recebe aposentadoria e o arrendamento para a cana-de-açúcar se configura como um complemento na renda (SEGATTI, 2009).

Somado a todos esses fatores, existe um fator ainda mais incisivo: a incipiente e quase inexistente política sindical local. Para alguns esse é o principal fator que fez com que os empresários do setor sucroalcooleiro escolhessem a Microrregião de Dracena para investimentos, haja vista que as organizações sindicais se configuram como um dos principais empecilhos para o setor em outras regiões. A falta de controle por parte da população e dos líderes municipais e regionais também se configura como um fator positivo para a expansão desenfreada do setor (SEGATTI, 2009).

A dependência econômica de apenas uma cultura se mostra extremamente preocupante, pois em caso de crise a economia local será profundamente abalada, assim como ocorreu na década de 1980. Outra preocupação é a redução das áreas e das produções de outras atividades agropecuárias.

A expansão dos canaviais pode ser mensurada pelos dados referentes à área ocupada pela cana-de-açúcar no município de Dracena (Tabela 6). Em 1990, a área ocupada pela cana-de-açúcar era de apenas 271 hectares. No ano de 2013, a área plantada era de 12.740 hectares, evidenciando aumento de 4.601,1%.

Tabela 06 – Dracena – SP: área plantada de cana-de-açúcar.

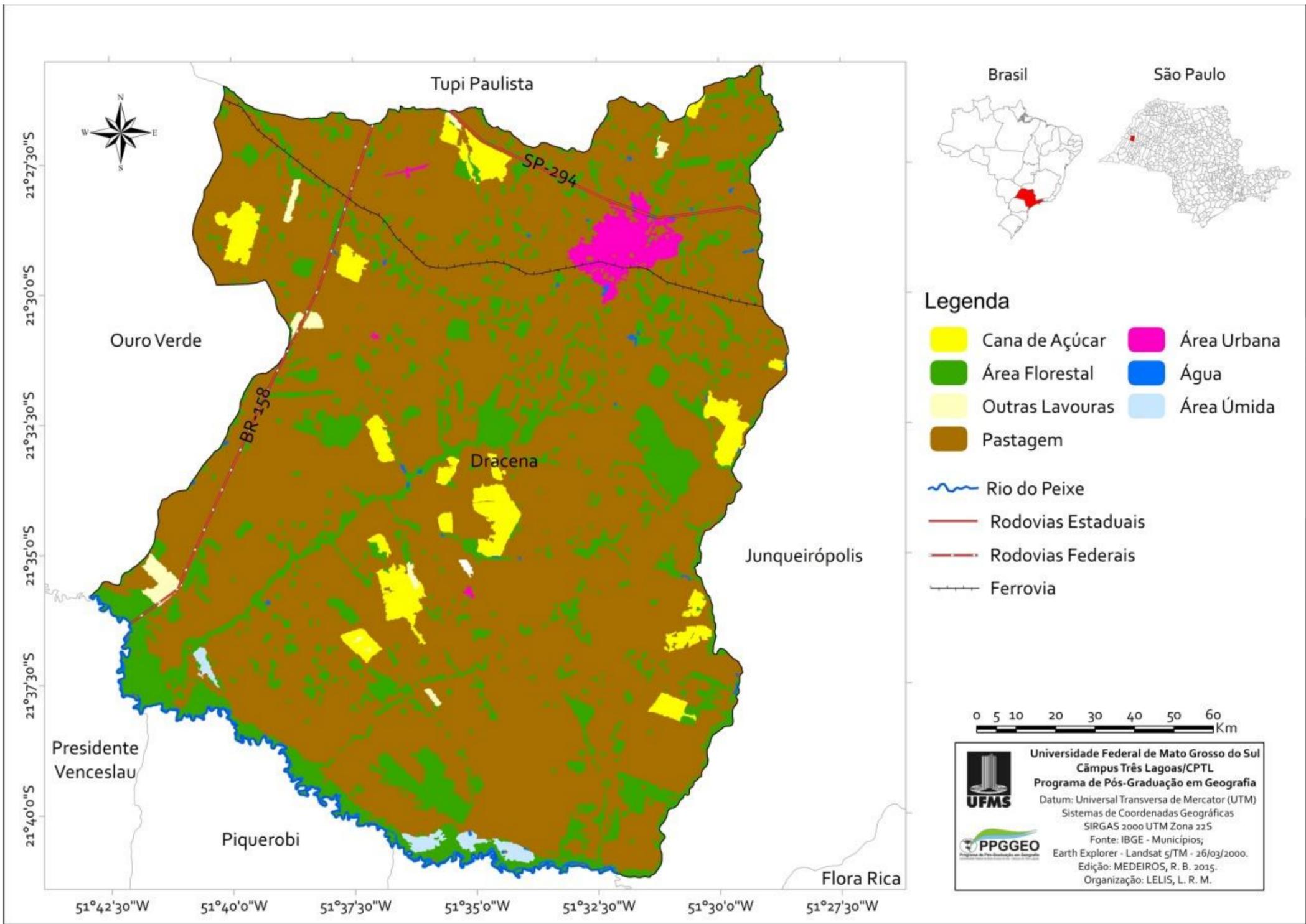
Tipo de lavoura	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Área (ha)					
Cana-de-açúcar	271	130	-	1.260	10.890	12.740

*Os dados do ano 2000 não foram disponibilizados pelo IBGE.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

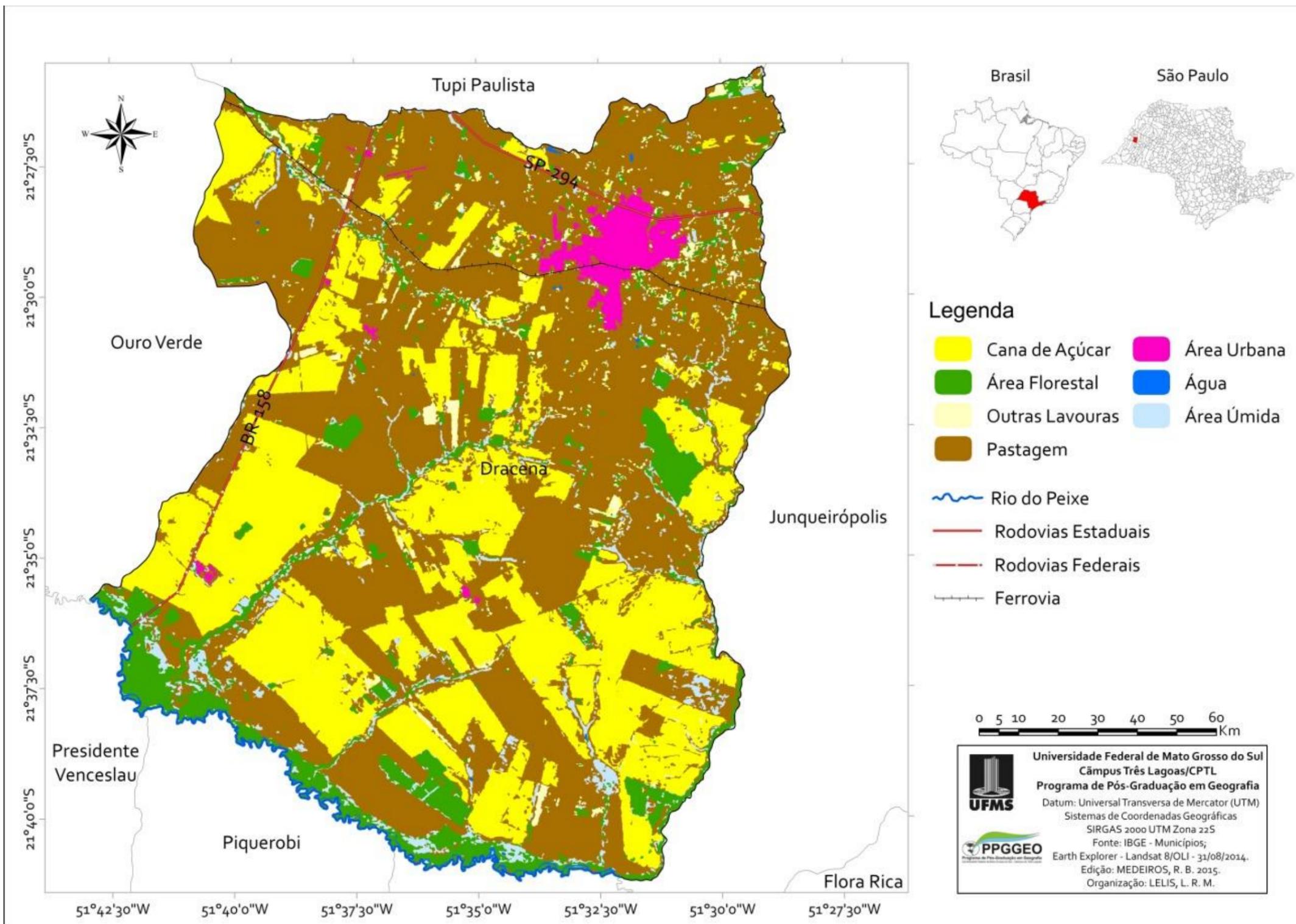
Nas figuras 2 e 3, podemos notar a expansão da cana-de-açúcar, por meio das alterações no uso e ocupação da terra, no município de Dracena, entre os anos 2000 e 2013. A Figura 2 evidencia que, no ano de 2000, existiam poucas áreas ocupadas pela cana-de-açúcar em Dracena. No entanto, na Figura 3, referente ao ano de 2013, podemos notar a ampliação das áreas ocupadas pela monocultura canavieira.

Figura 02 – Dracena – SP: uso e ocupação da terra no ano de 2000.



Fonte: IBGE, 2015. Org.: LELIS, 2015.

Figura 03 – Dracena – SP: uso e ocupação da terra no ano de 2013.



Fonte: IBGE, 2015. Org.: LELIS, 2015.

O crescimento da produção de cana-de-açúcar (Tabela 7) evidencia a expansão da monocultura canavieira em Dracena. No ano de 1990, a cana-de-açúcar registrou produção de 12.731 toneladas. Em 2013, a produção aumentou para 1.200.000 toneladas. Comparando as produções dos anos de 1990 e 2013, podemos crescimento percentual de 9.325,8%.

Tabela 07 – Dracena – SP: quantidade produzida de cana-de-açúcar.

Tipo de lavoura	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade (toneladas)					
Cana-de-açúcar	12.731	14.300	-	125.155	988.191	1.200.000

*Os dados do ano 2000 não foram disponibilizados pelo IBGE.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

Na Tabela 8, poderemos ver os dados referentes ao valor gerado pela produção de cana-de-açúcar no município de Dracena entre os anos de 1995 e 2013. Em 1995, a produção de cana-de-açúcar gerou R\$157.000,00. Nesse período, a lavoura canavieira estava em baixa, no município, em decorrência do mau momento vivido pelo setor. No ano de 2000, a lavoura canavieira não possuiu registro de produção em Dracena. Um dos motivos pode ter sido a desativação da Destilaria Vale Verde S. A., do município de Junqueirópolis. A partir de 2005, o valor gerado pela lavoura canavieira aumentou para R\$3.504.000,00. Já em 2013, esse valor cresceu significativamente e alcançou R\$66.360.000,00. Comparando os anos de 1995 e 2013, o crescimento foi de 42.167,5%.

Tabela 8 – Dracena – SP: valor da produção da cana-de-açúcar.

Tipo de lavoura	1995	2000	2005	2010	2013
	Valor (mil reais)				
Cana-de-açúcar	157	-	3.504	41.504	66.360

*Os dados do ano 2000 não foram disponibilizados pelo IBGE.

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 1995 - 2013.

O crescimento vertiginoso da área ocupada, da quantidade produzida e do valor gerado, evidencia a intensa reestruturação espacial, produtiva e

econômica no município de Dracena. Nesse contexto, o próximo subitem tem como intuito evidenciar os efeitos proporcionados pela expansão do setor sucroalcooleiro no município pesquisado.

4.1.3 Os efeitos da expansão do setor sucroalcooleiro em Dracena

A expansão da cana-de-açúcar proporcionou inúmeras desvantagens para o município de Dracena, tendo em conta que os impactos socioambientais gerados por essa expansão são extremamente significativos.

A expansão da cana-de-açúcar proporcionou impactos sociais em decorrência da sazonalidade da maioria dos empregos gerados por esse setor econômico, da exploração dos trabalhadores rurais, da desarticulação de comunidades rurais, da ampliação da concentração de renda e de terra, da expropriação camponesa e da dificuldade imposta para o desenvolvimento dos outros tipos de atividades agropecuárias, culminando na redução de culturas alimentares, do efetivo animal e da produção de origem animal, conforme averiguaremos no próximo capítulo (SEGATTI, 2009; LELIS; HESPANHOL, 2013).

No campo, a expansão dos canaviais se configura como obstáculo para os camponeses. A competição está cada vez mais desigual em favor da expansão da cana-de-açúcar e o arrendamento de pequenos estabelecimentos rurais para o cultivo da cana-de-açúcar já é realidade no município.

No que se refere aos impactos ambientais, a poluição do solo, do ar e dos recursos hídricos, a diminuição da biodiversidade e as queimadas¹¹ figuram como alguns dos principais problemas ambientais gerados pela expansão da monocultura canavieira. Não é só no campo que a fumaça e a fuligem das queimadas da cana-de-açúcar são facilmente notadas, pois elas também chegam até a cidade. Além disso, cabe ressaltar que as queimadas também provocam a morte de animais. A poluição do solo, da água e do ar em decorrência da utilização demasiada de agrotóxicos e a proliferação de pragas e doenças derivadas da cultura canavieira em culturas circunvizinhas também figuram como impactos ambientais negativos.

¹¹ No Estado de São Paulo, a Lei nº 11.241, de 19 de setembro 2002, controla a queima da cana-de-açúcar. Está previsto que a partir do ano de 2014 as plantações que estiverem em áreas com declividade de até 12%, não poderão ser queimadas, sendo obrigatória a colheita mecanizada da cana crua. Nas demais áreas, o prazo será até o ano de 2017.

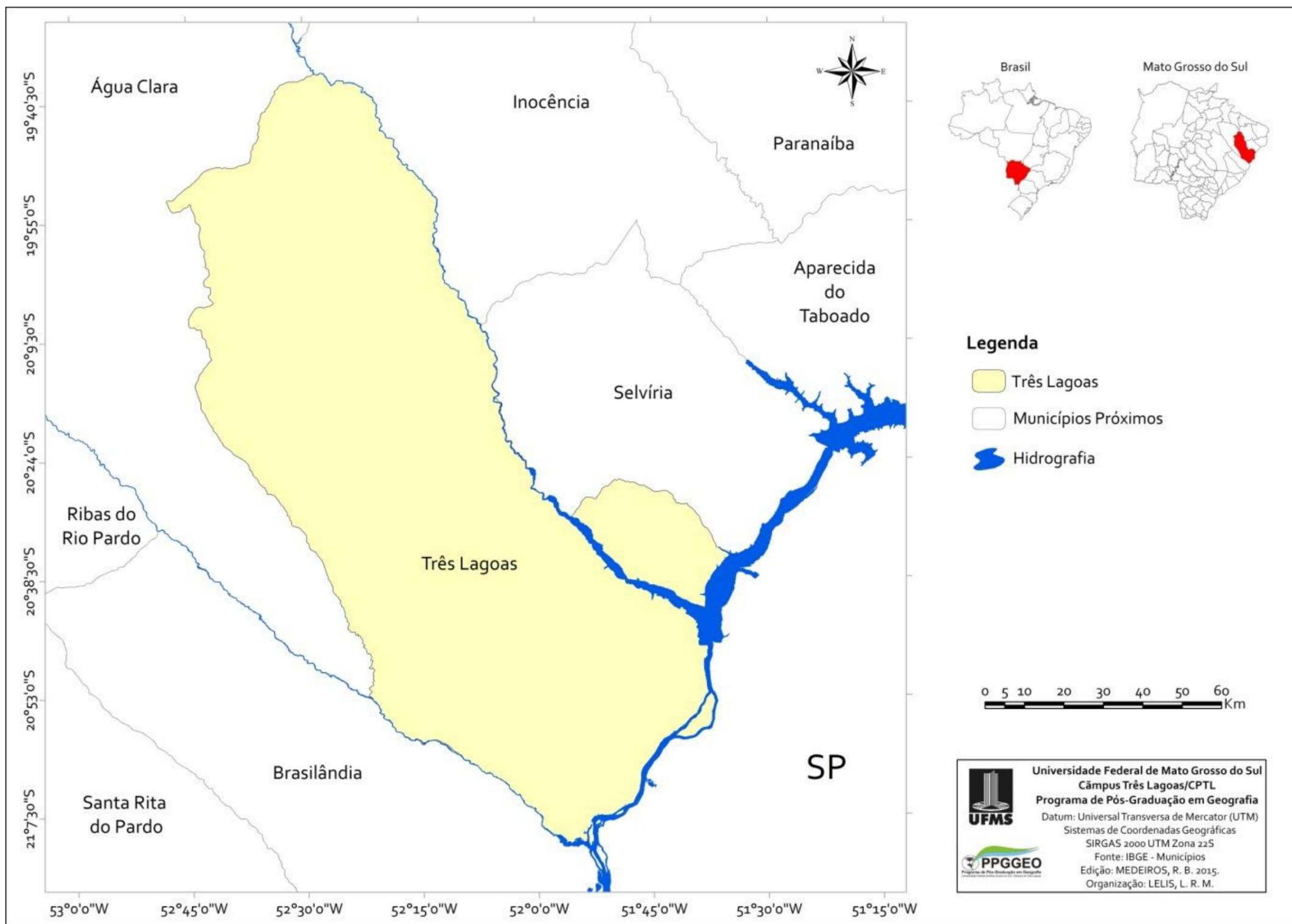
4.2 A expansão do monocultivo de eucalipto do município de Três Lagoas

Este item é destinado à análise da expansão do monocultivo de eucalipto no município de Três Lagoas. Por meio de revisão bibliográfica, analisamos a formação de Três Lagoas. Em seguida, evidenciamos os fatores viabilizadores da expansão do monocultivo de eucalipto, bem como os impactos proporcionados no município em questão.

4.2.1 Formação do município de Três Lagoas

O município Três Lagoas (Figura 4) iniciou sua formação nas primeiras décadas no século XIX, mais precisamente no ano de 1829, devido à exploração dos Bandeirantes. Entretanto, somente no ano de 1915, Três Lagoas elevou-se à categoria de município (OLIVEIRA, 2006).

Figura 04 – Três Lagoas – MS: localização geográfica.



Fonte: IBGE, 2015. Org.: LELIS, 2015.

Três Lagoas teve três momentos importantes em sua história, responsáveis pelo seu crescimento populacional e econômico: chegada dos trilhos da Ferrovia Noroeste do Brasil (início do século XX); construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá), entre as décadas de 1960 e 1970; e, a recente expansão da industrialização, ocorrida em meados da década de 1990 e incentivada pelos governos estadual e municipal, por meio de benefícios, incentivos fiscais e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A chegada dos trilhos da antiga Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), no início do século XX, foi o principal marco da formação do município de Três Lagoas.

A construção da ferrovia seguiu basicamente dois objetivos: garantir a posse e a defesa da fronteira oeste do então estado de Mato Grosso, e possibilitar o abastecimento dos frigoríficos paulistas com o gado criado em sua região leste. Foi com a NOB que se originou Três Lagoas, como um importante nó no eixo ferroviário constituído (PERPETUA, 2012, p. 41-42).

A construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá), entre as décadas de 1960 e 1970, foi outro marco importante do crescimento populacional e econômico de Três Lagoas. No período da construção da hidrelétrica, várias empresas instalaram-se no município e levaram grande quantidade de trabalhadores acompanhados de suas respectivas famílias (OLIVEIRA, 2006).

O terceiro momento importante para o crescimento populacional e econômico de Três Lagoas foi o processo de industrialização, a partir do ano de 1997. A partir desse ano, muitos empregos foram gerados no setor industrial, atraindo, novamente, grande quantidade de trabalhadores para Três Lagoas (OLIVEIRA, 2006).

Para Jurado (2008), os benefícios e incentivos fiscais foram os principais fatores para Três Lagoas tornar-se polo industrial. Assim, para o autor, a intervenção governamental foi fundamental para o crescimento do setor industrial nesse município, além de outros fatores, tais como: infraestrutura logística pelos transportes multimodais (hidroviário, ferroviário e rodoviário); grande disponibilidade energética em função do gasoduto GASBOL, que passa

pelo município; da termoelétrica da Petrobrás; e da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias; e, por fim, mão de obra de baixo custo.

Apesar do início do processo de industrialização ser de meados da década de 1990, foi o setor de celulose e papel, instalado no município em meados da década de 2000, o grande responsável pela intensificação do processo de industrialização (OLIVEIRA, 2006; PERPETUA, 2012).

[...] quer pela vultuosidade dos investimentos, quer por sua expressiva participação no crescimento econômico e nas exportações municipais, ou ainda por seus impactos reais e potenciais, as indústrias do setor de celulose e papel constituem o verdadeiro “carro-chefe” do processo (PERPETUA, 2012, p. 44).

Do ponto de vista econômico, desde o início de sua formação, a principal atividade econômica de Três Lagoas foi a pecuária. Desse modo, mesmo com a chegada dos trilhos da NOB, com a construção da Usina Jupιά e com o início do processo de industrialização, a pecuária permaneceu com importância significativa para a localidade estudada.

A predominância da pecuária em Três Lagoas, durante algumas décadas, ocorreu, principalmente, em decorrência das características físicas da região em que o município se localiza. Enquanto outras regiões do Estado de Mato Grosso do Sul – Cone-Sul e Norte – foram beneficiadas pela expansão do cultivo de soja, a partir da década de 1960, a região Leste, em função de seus aspectos edafoclimáticos impróprios para o cultivo de soja, permaneceu estagnada do ponto de vista econômico. Dessa maneira, enquanto as outras regiões do Estado foram atingidas pela modernização agrícola, a região Leste, cujo polo é Três Lagoas, permaneceu com

[...] um arranjo produtivo pouco dinâmico, centrado, basicamente, na pecuária extensiva, e, em menor proporção, também na produção de carvão vegetal e de cerâmica, que se manteve até a primeira metade da década de 1990 (PERPETUA, 2012, p. 42).

Após a expansão da monocultura de eucalipto e das indústrias ligadas a este setor, essa situação alterou-se em virtude da perda de espaço da pecuária, enquanto a monocultura do eucalipto tornou-se cada vez mais importante para a economia local. Do ponto de vista das similaridades entre as

duas atividades econômicas, ambas, na grande maioria dos casos, são desenvolvidas em grandes extensões de terra. Tal situação evidencia que a estrutura fundiária de Três Lagoas permanece concentrada até os dias de hoje.

O caráter extensivo da pecuária praticada na região de Três Lagoas foi um dos grandes responsáveis pela ocupação populacional dispersa e pela estrutura fundiária altamente concentrada dessa porção do Estado de Mato Grosso do Sul (ALMEIDA, 2010; KUDLAVICZ, 2011; PERPETUA, 2012).

O município de Três Lagoas teve três momentos importantes responsáveis pelo seu crescimento populacional e econômico. A pecuária esteve presente desde o início de sua formação e, justamente por isso, sempre foi economicamente importante. No entanto, essa situação alterou-se após o início da expansão do monocultivo de eucalipto e das indústrias ligadas a este setor econômico. A partir desse período, a pecuária teve sua importância diminuída, ao passo que o setor ligado ao eucalipto tornou-se cada vez mais importante para a economia local.

4.2.2 A expansão da monocultura de eucalipto em Três Lagoas

O Estado foi essencial para a consolidação do processo de territorialização do capital no espaço rural sul-mato-grossense, em virtude das políticas públicas elaboradas com o intuito de fortalecer os interesses do capital nacional e internacional. O início da territorialização do capital no espaço rural de Mato Grosso do Sul configurou-se, sobretudo, em função da expansão das monoculturas de cana-de-açúcar e de eucalipto. A primeira servia para abastecer as agroindústrias canavieiras, enquanto a segunda era utilizada para a produção de celulose e papel, além da perspectiva de ser utilizada pelas indústrias siderúrgicas. Posteriormente, a monocultura de soja também foi incorporada à estrutura produtiva sul-mato-grossense, passando a ocupar lugar de destaque na economia estadual (KUDLAVICZ, 2011).

Na Microrregião Geográfica de Três Lagoas¹², predominou o cultivo de eucalipto, enquanto a monocultura canavieira e a soja concentraram-se em

¹² Municípios que integram a Microrregião Geográfica de Três Lagoas: Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas.

outras áreas do Estado de Mato Grosso do Sul. A expansão do cultivo de eucalipto na Região de Três Lagoas ocorreu em duas fases.

A primeira fase, na década de 1970, foi incentivada pelo Estado brasileiro no período do Regime Militar (1964-1985), por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O II PND (1975-79) foi a segunda experiência de desenvolvimento econômico planejado no Brasil e proporcionou desdobramentos importantes em Mato Grosso do Sul (JURADO, 2008).

O II PND visava à elaboração de políticas públicas voltadas para a ocupação econômica da Região Centro-Oeste e da Amazônica. Do ponto de vista do desenvolvimento agropecuário, o II PND incentivava a implantação de empresas rurais e a disseminação da tecnologia, com o intuito de estimular a modernização da atividade agropecuária. Foi nesse período que ocorreu a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e a formação dos polos florestais (KUDLAVICZ, 2011).

Jurado (2008) salienta que o II PND se desenvolveu a partir da desconcentração industrial de áreas tradicionais para regiões do país com baixo dinamismo econômico com o intuito “[...] de atenuar as desigualdades regionais, e de promover nos limites nacionais os avanços modernizantes” (JURADO, 2008, p. 117).

Em 1975, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criou-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que “[...] se caracterizava pela integração entre pesquisa, assistência técnica e crédito rural apoiados na implantação de infra-estrutura necessária para impulsionar a modernização do campo” (KUDLAVICZ, 2011, p. 51). Com esse intuito, o POLOCENTRO selecionava áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo. O eixo entre Campo Grande e Três Lagoas foi uma das áreas selecionadas por este programa, principalmente, em função da rodovia e da ferrovia que ligam Três Lagoas a Campo Grande, facilitando o escoamento da produção (KUDLAVICZ, 2011).

A Lei N° 5.106, de 02 de setembro de 1966, foi essencial para a expansão dos plantios de eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em conta que sua política de incentivos fiscais proporcionou os primeiros plantios na Microrregião de Três Lagoas. Desde os primeiros plantios, o eixo entre Campo Grande e Três Lagoas foi apontado como área de “vocaçã

florestal”, sendo reservada para a expansão do cultivo de eucalipto e *pinus* (KUDLAVICZ, 2011).

Discordando do discurso que era proferido pelo Estado e pelos empresários do setor, que defendiam a máxima que certas regiões do Brasil, inclusive a Microrregião de Três Lagoas, possuíam “vocação florestal”, Perpetua (2012) afirma que, na verdade, a escolha de certas áreas ocorreu em função dos interesses ligados a lógica de expansão capitalista.

A política desenvolvimentista adotada pelo Governo Militar foi a grande responsável pela expansão do plantio de eucaliptos e *pinus* na Microrregião de Três Lagoas, entretanto, simultaneamente a este processo de expansão do cultivo de eucalipto, também houve avanço na ocupação das terras destinadas à pecuária. Dessa forma, além de proporcionar a expansão dos eucaliptais, a política desenvolvimentista também colaborou para a expansão da atividade pecuária (KUDLAVICZ, 2011).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também foi fundamental para a “[...] expansão dos plantios de eucalipto e *pinus* e, conseqüentemente, das indústrias de celulose e papel no Brasil” (KUDLAVICZ, 2011, p. 60). A empresa pública federal viabilizou apoio financeiro para os “[...] projetos de cultivo de árvores de uma única espécie e para instalação e ampliação das indústrias do setor florestal” (KUDLAVICZ, 2011, p. 60).

Em 1974, os técnicos do BNDES, ao realizarem estudo do setor, concluíram que havia necessidade de se estimular o crescimento da produção de celulose e papel tanto para o consumo interno como para a exportação, tendo em vista o aumento constante do consumo de papel no mundo (KUDLAVICZ, 2011, p. 60).

Para Perpetua (2012), o BNDES não foi apenas financiador, pois o banco planejou e induziu as ações desenvolvidas por esse setor. Assim, a atuação do banco foi essencial para a expansão do setor de celulose e papel no Brasil.

Ainda de acordo com Perpetua (2012), além do financiamento concedido pelo BNDES, o Estado brasileiro criou políticas públicas de incentivo a expansão do setor de celulose e papel no país. Assim, o Estado brasileiro “[...]”

foi o principal responsável pela inserção do país na cadeia produtiva mundial do papel, cujos contornos passaram a desenhar-se mais claramente a partir da década de 1970 [...]” (PERPETUA, 2012, p. 142). Antes da intervenção estatal, o setor de celulose e papel no país era extremamente desarticulado.

Na década de 1980, devido ao fim dos incentivos fiscais, as plantações de eucalipto reduziram-se drasticamente. De acordo com Kudlavicz (2011), nesse período:

[...] os empreendimentos foram abandonados pelos investidores e as plantações de eucalipto foram tomadas pelas formigas e pelo fogo. O que sobrou, ou melhor, escapou ao ataque de pragas e à ação do fogo, foi entregue à produção de carvão no início dos anos de 1990, para ser consumido nos fornos das siderúrgicas de Minas Gerais e São Paulo (KUDLAVICZ, 2011, p. 48-49).

A segunda fase de expansão do monocultivo de eucalipto em Três Lagoas é mais recente, e ocorreu no período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Por meio de recursos públicos, o governo incentivou a expansão do plantio de eucalipto para a produção de celulose e papel. Também incentivou a instalação de novas indústrias, bem como a ampliação das indústrias já existentes (KUDLAVICZ, 2011).

Segundo Perpetua (2012), o Estado brasileiro foi o responsável pela consolidação do complexo eucalipto-celulose-papel¹³ no Brasil. Para o autor, o Estado “[...] é quem atualmente assegura a sua invejável rentabilidade e competitividade, sob vários aspectos” (PERPETUA, 2012, p. 151). Além disso, o Estado foi essencial para a configuração das atuais características do complexo eucalipto-celulose-papel no Brasil.

Kudlavicz (2011) aponta que, nessa segunda fase, os investimentos do BNDES também foram importantes para o setor florestal, já que envolveram significativo montante financeiro com o intuito “[...] de fortalecer a expansão da silvicultura e, principalmente, apoiar a modernização, ampliação e instalação de novas indústrias de celulose e papel” (KUDLAVICZ, 2011, p. 69). Para que o objetivo fosse alcançado, o banco público realizou planejamento minucioso

¹³ Baseando-se em trabalhos anteriores, como Almeida (2010; 2012), Kudlavicz (2011) e Perpetua (2012), utilizaremos a expressão “complexo eucalipto-celulose-papel” no decorrer deste trabalho. A referida expressão compreende desde a matéria-prima principal, o eucalipto, até o processamento da celulose e a produção de papel.

sobre o setor, incluindo desde a análise do desenvolvimento das atividades de celulose e papel até as projeções de investimentos futuros.

Almeida (2013) aponta que o apoio financeiro concedido pelo BNDES para o desenvolvimento do complexo eucalipto-celulose-papel evidencia “[...] que a disputa pelos recursos e pelo patrimônio fundiário tem sido vencida pelos mais fortes” (ALMEIDA, 2013, p. 4).

Além do BNDES, Kudlavicz (2011) enfatiza a relevância do Fundo Constitucional para o Centro-Oeste (FCO), já que a linha de financiamento para o fomento florestal oferecida por esse fundo tem contribuído para o custeio de plantios de eucalipto.

A junção da Votorantim Celulose Papel (VCP) com a International Paper (IP) para a instalação do Complexo VCP-IP se constituiu como o arranque inicial para a instalação de indústrias de papel e celulose no município de Três Lagoas. A construção do complexo, denominado “Projeto Horizonte”, ocorreu em três anos e custou cerca de R\$3.880.000.000,00, sendo grande parte financiada pelo BNDES (PERPETUA, 2012).

Em 2009, ano que o Complexo VCP-IP entrou em operação, uma junção com a Aracruz Celulose fez com que a unidade passasse a se chamar Fibria. Nesse mesmo ano, este complexo se tornou o maior produtor de celulose do mundo, com capacidade produtiva de 1,3 milhões de toneladas de celulose por ano (PERPETUA, 2012).

Atualmente, a Fibria Celulose S/A é a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, com capacidade de produzir 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose. Além da unidade de Três Lagoas, a empresa possui fábricas localizadas nos municípios de Jacareí (SP), Aracruz (ES) e Eunápolis (BA). Em sociedade com a Cenibra, opera o único porto brasileiro especializado em embarque de celulose, o Portocel, localizado em Aracruz (ES). Possui plantios florestais nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia.

Em 2010, a Eldorado Brasil anunciou a construção de sua fábrica de celulose em Três Lagoas. A empresa, que era controlada pelo Grupo JBS e pela MCL Empreendimentos, anunciou um projeto ainda mais audacioso que o projeto elaborado para a implantação do Complexo VCP-IP. Orçado em cerca de R\$ 5.100.000.000,00, o “Projeto Eldorado” contou com R\$ 2.700.000.000,00

financiados pelo BNDES. O empreendimento foi inaugurado em 2012 com o intuito de se tornar a maior fábrica de celulose de fibra curta do mundo, superando a capacidade produtiva da Fibria. Para que tal intento fosse alcançado, suas instalações foram construídas para possuir capacidade produtiva de 1,5 milhões de toneladas de celulose por ano (PERPETUA, 2012).

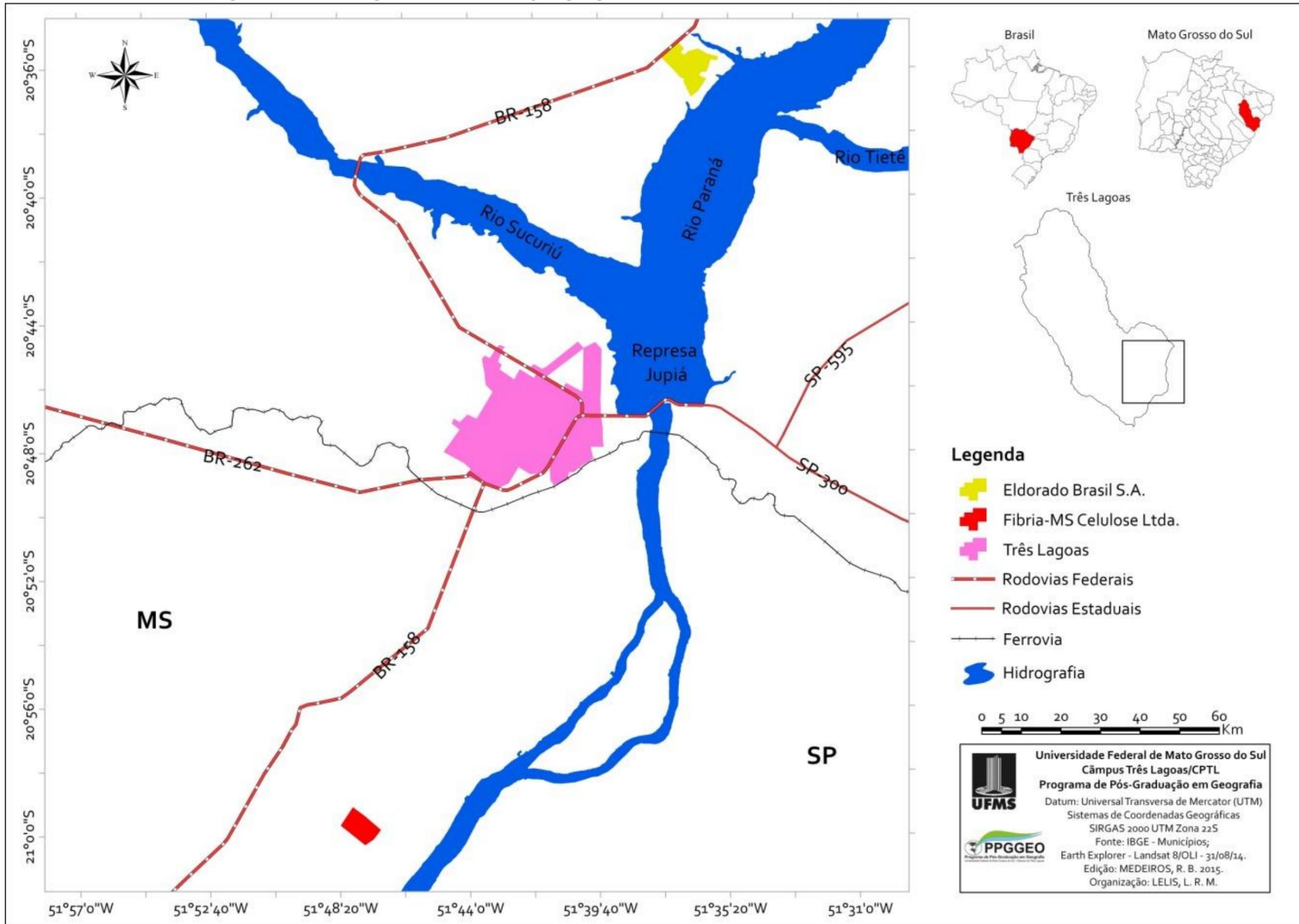
Para Perpetua (2012), a territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel na Microrregião de Três Lagoas foi responsável pela gênese da Eldorado Brasil. Segundo o autor supracitado, tal afirmação pode ser confirmada porque o surgimento dessa empresa resultou de parceria entre o Grupo JBS e o investidor Mário Celso Lopes. Sendo assim, motivados pela recente expansão do complexo eucalipto-celulose-papel na Microrregião de Três Lagoas e pelas perspectivas positivas desse setor do ponto de vista econômico, o grupo brasileiro e o investidor acabaram por firmar uma das alianças mais ousadas desse segmento.

Segundo Kudlavicz (2011), a grande disponibilidade de terras baratas e de água, somado aos incentivos governamentais, foram os principais responsáveis pela industrialização do município de Três Lagoas. O autor ressalta a importância da mão de obra barata e da fraca organização sindical como fatores contribuintes para a consolidação do processo de industrialização local. Essa combinação de fatores fez com que Três Lagoas atraísse o interesse de empresas nacionais e internacionais, fazendo com que o município despontasse como o que mais se industrializou no Estado de Mato Grosso do Sul nos últimos anos.

O município de Três Lagoas é o exemplo mais evidente deste processo de industrialização a qualquer preço. Neste sentido, procuramos evidenciar, por meio desta pesquisa, que a International Paper/IP e a FIBRIA vieram para Três Lagoas porque aqui foram dadas as melhores condições políticas e econômicas. Ou seja, aquelas condições que lhes permitem aumentar exponencialmente o seu capital, tais como: terra em abundância para a monocultura do eucalipto, clima favorável para o desenvolvimento rápido da madeira do eucalipto, grande disponibilidade de água, ampla isenção fiscal a fim de facilitar os seus lucros e baixa organização sindical e da sociedade civil (KUDLAVICZ, 2011, p. 133).

As localizações geográficas das duas unidades industriais analisadas são estratégicas. Ambas localizam-se às margens do Rio Paraná (Figura 5). Isso facilita o processo produtivo da celulose, tendo em vista a enorme quantidade de água consumida, além da questão logística, sobretudo no que diz respeito ao escoamento da produção (PERPETUA, 2012).

Figura 05 – Três Lagoas – MS: localização geográfica das unidades industriais da Fibria e da Eldorado Brasil.



Fonte: IBGE, 2015. Org.: LELIS, 2015.

Perpetua (2012) aponta que existem diversas características que proporcionaram a expansão do complexo eucalipto-celulose-papel na Microrregião de Três Lagoas. Embora os empresários ligados ao setor afirmem que os principais fatores são os de ordem natural, para o autor supracitado, os principais fatores são sociais e políticos.

Do ponto de vista dos fatores naturais, os principais são: clima tropical; relevo suavemente ondulado, que facilita o corte mecanizado; solos adequados para as florestas plantadas; relativa abundância de água superficial e subterrânea em função da proximidade com o Rio Paraná e pela presença do Aquífero Guarani. Este último fator se torna essencial em função de estudos que apontam que o processo produtivo da celulose consome quantidade elevada de água (PERPETUA, 2012). Além disso, acrescentamos a localização geográfica privilegiada, próxima do Sudeste e no centro da América do Sul, facilitando seu acesso aos países do MERCOSUL (JURADO, 2008; PERPETUA, 2012).

Para Perpetua (2012), a necessidade de reduzir custos com transportes é um dos fatores que influenciaram a transferência do setor de celulose e papel para Três Lagoas, pois o transporte constitui-se em um dos principais custos do setor. Assim, o deslocamento das unidades industriais para locais com grande disponibilidade de terras e com baixo preço, visa aproximar as fábricas de áreas propícias para a expansão da monocultura de eucalipto.

Apesar da importância dos fatores naturais, são os sociais e políticos os mais importantes para a expansão do complexo eucalipto-celulose-papel na Microrregião de Três Lagoas, dentre os quais destacamos: preexistência de base de monocultivo de eucalipto herdada da década de 1960; disponibilidade e baixo preço da terra; infraestrutura de transporte multimodal; grande disponibilidade de fontes de energia; apoio e empenho dos governos federal, estadual e municipal para a viabilização dos empreendimentos (PERPETUA, 2012).

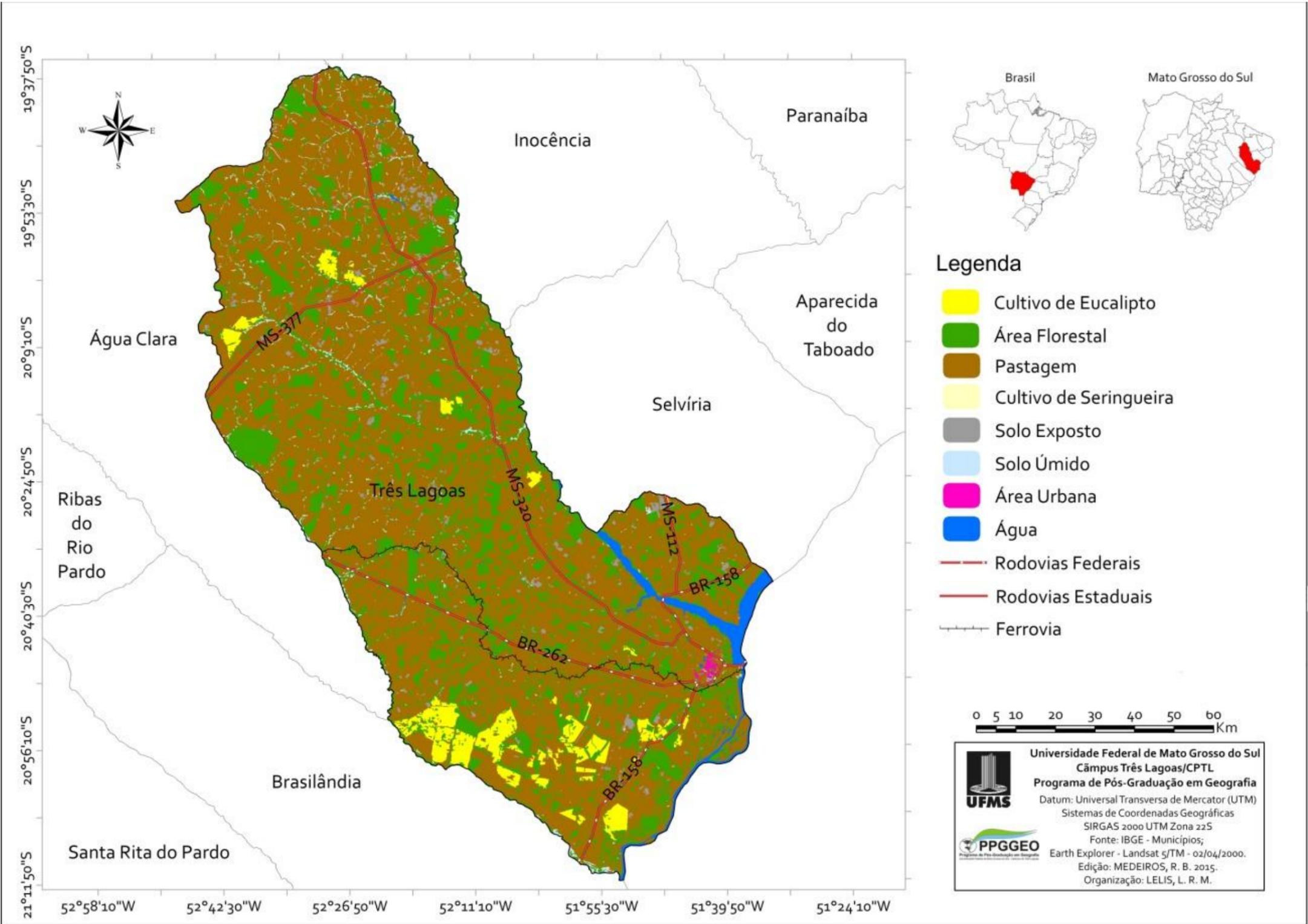
Para Almeida (2012), a inexistência de movimentos socioterritoriais que contestem o pacto fundiário entre estado-latifundiários-capitalistas, bem como o aumento da concentração de terras, é um dos principais fatores que

possibilitaram a expansão do complexo eucalipto-celulose-papel no município de Três Lagoas.

Nesse contexto, evidencia-se o Estado como principal agente da inserção de Três Lagoas na cadeia produtiva mundializada do papel, “[...] assegurando não apenas as garantias econômicas exigidas pelo grande capital (benefícios tributários e subsídios), mas também o acesso irrestrito aos recursos naturais (terra e água) presentes nessa porção do seu território” (PERPETUA, 2012, p. 177).

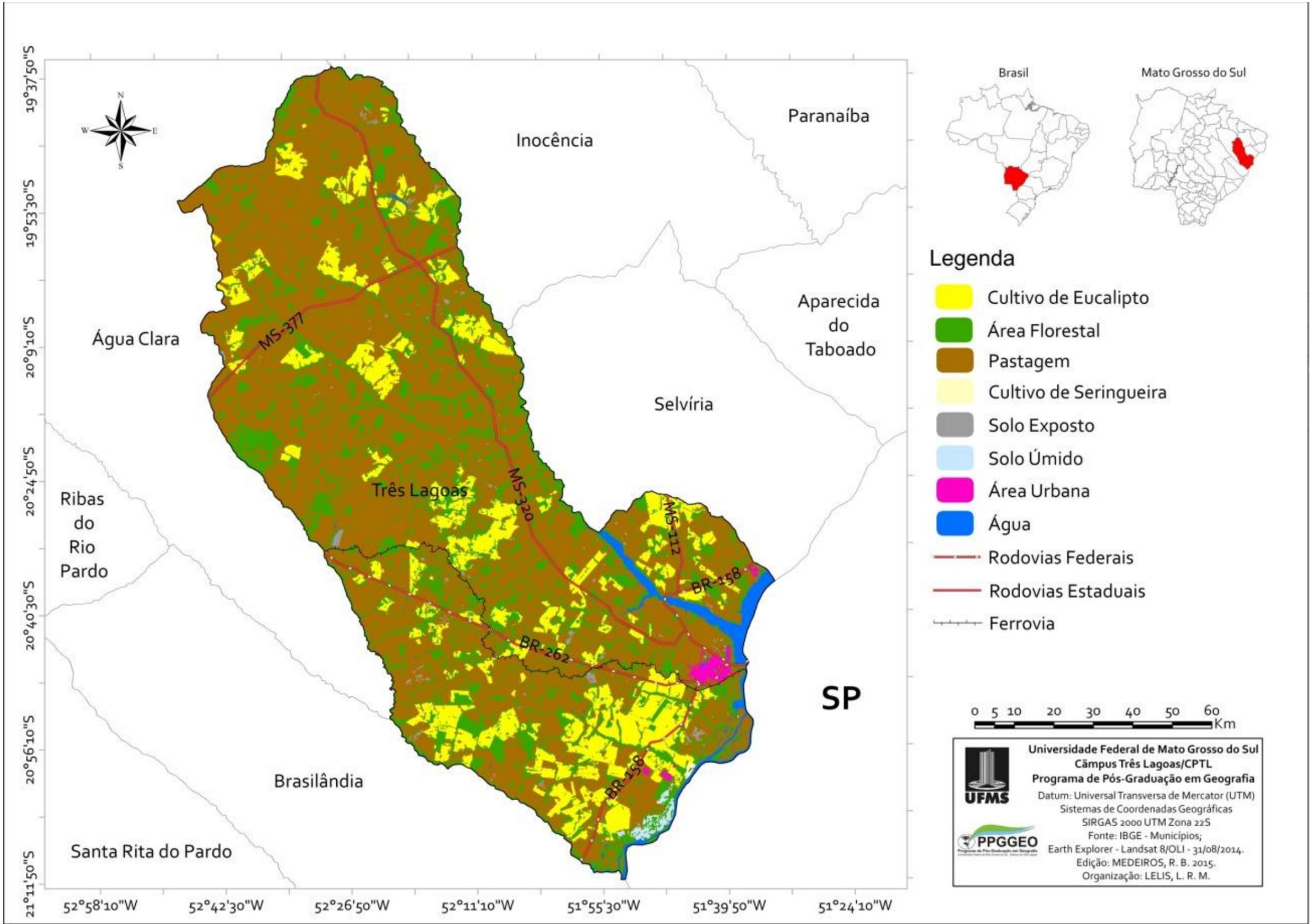
A expansão do monocultivo de eucalipto pode ser constatada nas figuras 6 e 7. A Figura 6 apresenta as áreas ocupadas pelos eucaliptais no ano de 2000. Conforme a Figura 6, em 2000, poucas áreas eram ocupadas pelos eucaliptais. No entanto, em 2013, podemos notar ampliação das áreas ocupadas pelo monocultivo de eucalipto (Figura 7).

Figura 06 – Três Lagoas – MS: uso e ocupação da terra no ano de 2000.



Fonte: IBGE, 2015. Org.: LELIS, 2015.

Figura 07 – Três Lagoas – MS: uso e ocupação da terra no ano de 2013.



Fonte: IBGE, 2015. Org.: LELIS, 2015.

A expansão dos eucaliptais também pode ser observada nos dados da Tabela 9. Nesta tabela, podemos verificar o crescimento significativo da extração da madeira em tora para a produção de celulose e papel no município de Três Lagoas. O crescimento desse setor econômico ocorreu, principalmente, em decorrência da instalação de indústrias produtoras de celulose e papel. No ano de 2000, por exemplo, não houve registro de extração de madeira para a produção de papel e celulose em Três Lagoas. A partir do ano de 2005, vislumbrando a instalação da primeira unidade industrial destinada à produção de celulose e papel, que ocorreria no ano de 2006, a extração de madeira para a produção de papel e celulose foi de 216.292 metros cúbicos. Em 2013, com a consolidação de duas grandes unidades industriais produtoras de papel e celulose, a extração de madeira para a produção de papel e celulose cresceu significativamente. Nesse ano, a extração de madeira para a produção de papel e celulose foi de 3.300.665 metros cúbicos. Comparando o ano de 2005, o primeiro ano de registro de extração de madeira para a produção de celulose e papel, com o ano de 2013, o último ano do período analisado, verificamos aumento percentual de 1.426%.

Tabela 09 – Três Lagoas – MS: quantidade extraída de madeira em tora para a produção de celulose e papel.

Tipo de silvicultura	2000	2005	2010	2013
	Quantidade (metros cúbicos)	Quantidade (metros cúbicos)	Quantidade (metros cúbicos)	Quantidade (metros cúbicos)
Madeira em tora para a produção de celulose e papel	-	216.292	1.938.487	3.300.665

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE, 2000 - 2013.

Outra evidencia da expansão significativa da silvicultura de eucalipto pode ser constatada na Tabela 10, pelos dados referentes ao valor gerado pela extração de madeira em tora para a produção de celulose e papel. No ano de 2005, o valor gerado pela extração de madeira em tora para a produção de papel ainda era incipiente se comparado com os valores gerados em 2013. Naquele ano, o valor gerado foi de R\$ 6.398.000,00. Em 2010, o montante financeiro gerado pela extração de madeira em tora para produção de celulose

e papel foi de R\$ 114.371.000,00. Já em 2013, esse valor aumentou para R\$ 181.536.000,00. Comparando 2005, o primeiro ano de registro da extração de madeira em tora para a produção de celulose e papel, com 2013, o último ano, notamos crescimento de 2.737,4%.

Tabela 10 – Três Lagoas – MS: valor gerado pela extração de madeira em tora para produção de celulose e papel.

Tipo de silvicultura	2000	2005	2010	2013
	Valor (mil reais)	Valor (mil reais)	Valor (mil reais)	Valor (mil reais)
Madeira em tora para a produção de celulose e papel	-	6.398	114.371	181.536

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - IBGE, 2000 - 2013.

Analisando o crescimento significativo da quantidade produzida e do valor gerado pela silvicultura de eucalipto, por meio dos dados referentes à produção de madeira em tora para produção de papel e celulose, notamos que o município de Três Lagoas passou por intensa reestruturação de ordem espacial, produtiva e econômica. Desse modo, o próximo subitem será dedicado à análise dos efeitos causados por essa reestruturação no município pesquisado.

4.2.3 Os efeitos da expansão do complexo eucalipto-celulose-papel em Três Lagoas

Após o início da instalação do Complexo VCP-IP (atual Fibria), em 2006, verificou-se aumento de 315% na área plantada de eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul, impulsionado, principalmente, pela Microrregião de Três Lagoas, mais especificamente pelos municípios de Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas (ALMEIDA, 2012; PERPETUA, 2012).

Na Tabela 11, podemos observar a importância quantitativa da Microrregião de Três Lagoas para a produção de madeira em tora destinada à produção de celulose e papel no Estado de Mato Grosso do Sul. Em 2006, por exemplo, 100% da madeira destinada para a produção de celulose e papel foi produzida na microrregião em questão. No ano de 2010, esse percentual também foi elevado, haja vista que a Microrregião de Três Lagoas foi

responsável por 89,5% da produção de madeira em tora para a produção de celulose e papel. Analisando o período entre 2006 e 2012, verificamos significativo acréscimo de 2.632,8% na extração de madeira em tora destinada à produção de celulose e papel na Microrregião Geográfica de Três Lagoas.

Tabela 11 – Quantidade extraída de madeira em tora para a produção de celulose e papel.

	2006	2008	2010	2012
	Quantidade (metros cúbicos)	Quantidade (metros cúbicos)	Quantidade (metros cúbicos)	Quantidade (metros cúbicos)
Mato Grosso do Sul	181.685	955.167	4.287.630	4.965.044
Microrregião de Três Lagoas	181.685	85.848	2.636.786	4.445.777

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE, 2006 - 2012.

A recente expansão do monocultivo de eucalipto fez com que, no ano de 2011, o Estado de Mato Grosso do Sul fosse o segundo estado brasileiro com maior crescimento na área cultivada de eucalipto no país, ficando atrás apenas do Estado de Tocantins (PERPETUA, 2012, p. 38).

Devido aos inúmeros investimentos ocorridos no município de Três Lagoas, em função da territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel, tal complexo foi apontado como a grande alternativa econômica para o Estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo, para a região Leste (PERPETUA, 2012).

A supervalorização do complexo eucalipto-celulose-papel pode ser observada nas reportagens e matérias jornalísticas, bem como no discurso das empresas e das lideranças regionais e municipais. Assim, a grande transformação econômica provocada por esse complexo está suscitando até a criação de uma identidade regional baseada no cultivo de eucalipto. O interesse em expandir o rótulo de “capital mundial da celulose” tem o intuito de realçar os grandes investimentos no município em função da expansão desse setor (PERPETUA, 2012).

A disseminação dessa ideologia do progresso ocorre até nas escolas. Para alcançar tal intento, o discurso proferido para as crianças e adolescentes é baseado nos benefícios proporcionados pela expansão do complexo eucalipto-celulose-papel para o município de Três Lagoas. Para isso, até

alguns conceitos são substituídos na tentativa de propagar imagem melhor do referido complexo. O conceito de monocultura de eucalipto, por exemplo, é substituído por floresta, em clara tentativa de associar o monocultivo de eucalipto à sustentabilidade ambiental. Para Almeida (2012, p. 12): “esta é uma forma de o Complexo moldar uma ‘cultura do eucalipto’ através de ações construindo ou invertendo conceitos”.

Assim, os defensores da expansão do complexo eucalipto-celulose-papel,

[...] têm pautado o seu discurso, via de regra, numa concepção que exalta o dinamismo e a pujança desses setores no País, as vantagens comparativas nacionais arroladas acima, e, especialmente, a possibilidade de alcançar, por meio deles, o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental e responsabilidade social (PERPETUA, 2012, p. 120).

A expansão de tal complexo é significativa, a ponto de alterar a nomenclatura da região, passando de “Região do Bolsão” para “Costa Leste”. De acordo com Perpetua (2012), essa mudança tem como objetivo superar a antiga nomenclatura ligada às noções de pobreza, precariedade e limitação. Dessa forma, motivada pelo novo momento econômico proporcionado, principalmente, pela expansão do complexo eucalipto-celulose-papel, a nova nomenclatura, “Costa Leste”, teria o papel de reconstruir a imagem da região.

A expansão desenfreada do monocultivo de eucalipto pode ser medida pela comparação simples entre a área ocupada pela Reforma Agrária e a ocupada pela Fibria. Em 26 anos, a Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul conquistou 686.261,71 hectares. Enquanto isso, a Fibria, entre 2007 e 2011, possuía o controle de 317.026 hectares (entre terras próprias, arrendadas e oriundas de parcerias) (ALMEIDA, 2012). Para Almeida (2012, p. 9-10): “uma das explicações para esse descompasso a favor do complexo é a presença do Estado como ordenador do território criando logísticas, disponibilizando créditos, flexibilizando a legislação ambiental”.

Adotando postura crítica em relação ao complexo eucalipto-celulose-papel, Almeida (2013) afirma que este tipo de agronegócio

[...] é a expressão de um mercado capitalista interligado que em muito extrapola o setor primário, porque articula como forma de *Império* os momentos do processo de produção, a

saber: insumos/produção/processamento e distribuição (ALMEIDA, 2013, p. 2, grifo do autor).

A expansão do cultivo de eucalipto conta com os avanços da biotecnologia. O melhoramento genético proporciona crescimento mais rápido do eucalipto, situação interessante para o modo de produção capitalista. Dessa forma, os progressos biotecnológicos aliados ao capital proporcionam as condições necessárias para a expansão dos eucaliptais no município de Três Lagoas. Entretanto, essa expansão “[...] vem acompanhada do aumento de conflitos decorrentes da disputa de terras ocupadas pelos camponeses, [...] da precarização das relações trabalhistas, da degradação ambiental” (KUDLAVICZ, 2011, p. 116).

A expansão dos eucaliptais transformou Três Lagoas e os municípios próximos em um verdadeiro “deserto verde”. Entretanto, além dos danos ambientais, também podem ser verificados impactos sociais. Nesse sentido, Kudlavicz (2011) afirma que essa:

[...] expansão vai transformando a Microrregião num deserto verde como vem sendo entendido o monocultivo do eucalipto, destruindo o modo de vida camponês construído num processo histórico de longas décadas. É preciso dizer ainda que se trata de um modo de vida de relações sociais complexas e de difícil reconstrução em outro lugar (KUDLAVICZ, 2011, p. 75).

Para fortalecerem suas imagens, as indústrias de celulose e papel investem na divulgação da ideia de que estão ajudando a natureza por meio de suas áreas de reflorestamento. Entretanto, essa tese perde consistência quando analisamos a baixa biodiversidade dessas áreas.

A eucaliptocultura é uma monocultura como as outras, e da mesma forma causa impactos e a perda da biodiversidade é um dos grandes impactos causados. As plantações são conhecidas como desertos verdes, por haver poucas variedades de plantas e animais (FIDELIS; LIMA, 2009, p. 9).

Assim, as indústrias se apoiam no discurso que estão ajudando a natureza por meio do reflorestamento, mas na verdade o interesse real de suas atividades é a reprodução do capital.

Uma coisa é o consenso a respeito da importância de se preservar florestas para assegurar a biodiversidade e o equilíbrio ambiental na natureza. Outra é defender o monocultivo de árvore como floresta e os empresários do setor como benfeitores da natureza, ocultando assim o interesse principal que é equiparar a natureza a uma mercadoria que tem rendido muitos dividendos financeiros a um seleto grupo de burgueses (KUDLAVICZ, 2011, p. 167).

De acordo com Almeida (2012), é necessário considerar que tanto a monocultura de eucalipto quanto as unidades industriais ligadas ao complexo eucalipto-celulose-papel proporcionam impactos socioambientais significantes. Enquanto a expansão da monocultura altera a biodiversidade, a paisagem, a dinâmica das comunidades rurais, as unidades industriais poluem o ar, a água e o solo.

Kludavicz (2011) salienta que a expansão do monocultivo de eucalipto provoca graves problemas socioambientais, como, por exemplo, “[...] a perda da biodiversidade, a degradação dos solos, a poluição e o esgotamento dos recursos hídricos, além da diminuição de empregos, menor produção de alimentos e o empobrecimento das populações locais” (KLUDAVICZ, 2011, p. 109).

A expansão da monocultura de eucalipto e das indústrias ligadas ao setor não provocou impactos significativos apenas no campo, haja vista que a dinâmica urbana foi afetada de forma significativa. A notícia que a instalação das fábricas de celulose e papel criaria milhares de postos de trabalho se espalhou rapidamente. Dessa forma, entre os anos de 2006 e 2009, principalmente, Três Lagoas atraiu o interesse de milhares de pessoas vindas de toda a parte do Brasil. A falta de planejamento e infraestrutura evidenciou que o município não estava preparado para receber esse contingente populacional elevado. Tal situação fez com que o caos se estabelecesse no município, principalmente nos locais de prestação de serviços públicos (bancos, lotéricas, hospitais, postos de saúde etc.) (KUDLAVICZ, 2011).

Figura 08 – Três Lagoas – MS: filas na área central da cidade.



Fonte: (A) Rádio Caçula, 2013. (B) Perfil News, 2014. (C) TL Notícias, 2014. (D) Perfil News, 2014.

A intensificação do volume de veículos na área central e o princípio de caos no trânsito também evidenciam a mudança ocorrida em Três Lagoas em decorrência da expansão do complexo eucalipto-celulose-papel.

A elevação dos valores dos produtos e serviços ocorre em vários setores, tais como: alimentação, imobiliário, construção civil, prestação de serviços, dentre outros. Isso faz com que o custo de vida, a partir do ano de 2006, se tornasse elevado para Três Lagoas.

O aumento nos preços dos imóveis seja para comprar ou para alugar, também é perceptível. Os valores dos aluguéis se comparam aos da capital, Campo Grande e, em alguns casos, até os superam. Motivado pela territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel, o mercado imobiliário de Três Lagoas nunca esteve tão aquecido (KLUDAVICZ, 2011).

Satisfeitos com essa expansão do mercado imobiliário estão os proprietários de terras urbanas. Ao se percorrer as vias urbanas de Três Lagoas, principalmente, nas áreas mais afastadas do centro da cidade, podemos observar a grande quantidade de terras urbanas destinadas à

especulação. Esses locais não são de recente formação, pelo contrário, algumas áreas estão esperando sua valorização há vários anos.

O aumento do índice de criminalidade e o conseqüente aumento da insegurança entre os cidadãos treslagoenses é outra evidência do crescimento desordenado da cidade (KLUDAVICZ, 2011).

Neste contexto, a degradação da qualidade de vida é evidente e a responsabilidade não é dos migrantes, mas dos governantes que priorizam a expansão do complexo eucalipto-celulose-papel sem oferecer condições mínimas de infraestrutura para a população treslagoense.

A expansão do eucalipto e das indústrias ligadas a este setor proporcionaram desdobramentos significativos para Três Lagoas. O incremento na economia local normalmente é apontado pelos defensores do setor como uma vantagem dessa expansão. No entanto, as desvantagens são mais significativas, tendo em vista que a expansão do setor econômico em questão tem provocado uma série de desdobramentos socioambientais tanto no campo como na cidade.

5 ESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E TRÊS LAGOAS

Neste capítulo, analisaremos a estrutura agropecuária dos municípios de Dracena e Três Lagoas, por meio da análise da estrutura fundiária e do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários. Também relacionaremos a expansão das monoculturas de cana-de-açúcar e de eucalipto com a diminuição do efetivo animal, da produção de origem animal, de lavouras temporárias e permanentes e, no caso específico do município de Três Lagoas, de outros tipos de silvicultura. Para a consecução de tal intento, realizamos o levantamento dos dados de fontes secundárias junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados obtidos junto ao IBGE fazem parte dos acervos do Censo Agropecuário, da Pesquisa Pecuária Municipal, da Produção Agrícola Municipal e da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. O recorte temporal para a obtenção e análise dos dados de fontes secundárias compreendeu o período entre os anos de 1990 e 2013.

5.1 Estrutura fundiária

Neste subitem, analisamos a estrutura fundiária dos municípios de Dracena e Três Lagoas, no ano de 2006, com base nos dados disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE. Para tanto, utilizamos os dados referentes ao número de estabelecimentos agropecuários e à área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários.

Em Dracena, os estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares são a grande maioria, respondendo por 90,4% do total, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares representam apenas 9,6% do total (Tabela 12).

Tabela 12 – Dracena – SP: número de estabelecimentos agropecuários.

Grupos de área	Nº de estabelecimentos	%
Até 100 ha	593	90,4
Mais de 100 ha	63	9,6
Total	656	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Apesar de ser, numericamente, a grande maioria, os estabelecimentos de até 100 hectares ocupam apenas 25,2% da área. Os estabelecimentos com mais de 100 hectares, por sua vez, mesmo sendo minoritários do ponto de vista numérico, ocupam 74,8% da área total (Tabela 13).

Tabela 13 – Dracena – SP: área dos estabelecimentos agropecuários.

Grupos de área	Área dos estabelecimentos	%
Até 100 ha	8.968	25,2
Mais de 100 ha	26.619	74,8
Total	35.587	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Em Três Lagoas a situação é diferente, pois, como informado anteriormente, o município possui concentração fundiária exorbitante. Os estabelecimentos de até 100 hectares representam apenas 33,4%, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares são 66,6% do total (Tabela 14).

Tabela 14 – Três Lagoas – MS: número de estabelecimentos agropecuários.

Grupos de área	Nº de estabelecimentos	%
Até 100 ha	373	33,4
Mais de 100 ha	743	66,6
Total	1.116	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

No que diz respeito à área, os estabelecimentos de até 100 hectares controlam apenas 1,2% das terras, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares ocupam 98,8%, reforçando o caráter concentrado da estrutura fundiária de Três Lagoas (Tabela 15).

Tabela 15 – Três Lagoas – MS: área dos estabelecimentos agropecuários.

Grupos de área	Área dos estabelecimentos	%
Até 100 ha	11.511	1,2
Mais de 100 ha	933.499	98,8
Total	945.010	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Nos dois municípios a estrutura fundiária é concentrada, no entanto, em Três Lagoas, a concentração de terras é maior, apresentando números expressivos. Em Dracena, os estabelecimentos de até 100 hectares são

numericamente superiores em relação aos estabelecimentos com mais de 100 hectares, mas os estabelecimentos com mais de 100 hectares controlam a maior parte das terras. Em Três Lagoas, a estrutura fundiária é extremamente concentrada, tendo em vista que os estabelecimentos com mais de 100 hectares são, numericamente, a maioria, bem como concentram significativamente a maior parte das terras.

5.2 Pessoal ocupado

Neste subitem, analisamos os dados referentes ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com base nos dados dos Censos Agropecuários do IBGE dos anos de 1995 e 2006.

Em 1995, 87,6% do pessoal ocupado no campo, em Dracena, encontravam-se nos estabelecimentos de até 100 hectares. No ano de 2006, essa quantidade reduziu para 83,3%. Todavia, apesar da redução, o pessoal ocupado nos pequenos estabelecimentos ainda representa a maior parte dos trabalhadores do campo em Dracena (Tabela 16).

Tabela 16 – Dracena – SP: pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.

Grupos de área	1995	%	2006	%
Até 100 ha	2.538	87,6	1.292	83,3
Mais de 100 ha	359	12,4	241	16,8
Total	2.897	100	1.433	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 1995 – 2006.

Em Três Lagoas, no ano de 1995, o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares representava 19% do total. Enquanto isso, nos estabelecimentos com mais de 100 hectares, estavam 81% do pessoal ocupado. Em 2006, o pessoal ocupado nos estabelecimentos de até 100 hectares representavam 19,7% do total, evidenciando pequeno crescimento representativo durante o período analisado (Tabela 17).

Tabela 17 – Três Lagoas – MS: pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.

Grupos de área	1995	%	2006	%
Até 100 ha	990	19,0	737	19,7
Mais de 100 ha	4.218	81,0	3.006	80,3
Total	5.208	100	3.743	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 1995 – 2006.

No município de Dracena, a maioria do pessoal ocupado estava nos estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares. Em Três Lagoas, a maior parte estava nos estabelecimentos com mais de 100 hectares. Tal situação revela que a exorbitante concentração fundiária de Três Lagoas reflete no número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários do município.

5.3 Efetivo animal

Este subitem tem o objetivo de analisar a dinâmica do efetivo animal dos municípios de Dracena e Três Lagoas durante o período entre 1990 e 2013. Para tanto, utilizamos os dados disponíveis na Pesquisa Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O efetivo dos rebanhos do município de Dracena apresentou redução significativa nos últimos anos (Tabela 18). No período analisado, o número de bovinos, equinos, galináceos e suínos sofreu considerável diminuição. O efetivo de ovinos foi o único que apresentou crescimento.

No período analisado, o efetivo bovino teve seu auge no ano de 2000. Nesse ano, o efetivo bovino era de 57.243 cabeças. No ano de 2013, o efetivo bovino reduziu-se para 32.200 cabeças, decrescendo em 43,7%. Conforme relatado anteriormente, no início da década de 2000 ocorreu a segunda e atual fase de expansão do cultivo de cana-de-açúcar em Dracena.

Em 1990, o efetivo de equinos em Dracena era de 1.500 cabeças. No ano de 2013, a quantidade reduziu para 950 cabeças, configurando decréscimo de 36,6%.

O pico do efetivo de galináceos ocorreu em 1995, com 126.000 cabeças. Em 2013, reduziu para 42.000 animais, evidenciando baixa de 66,6%. Esses

dados evidenciam que o efetivo de galináceos apresentou o maior decréscimo percentual entre os rebanhos do município analisado.

O efetivo de ovinos foi o único que cresceu durante o período analisado em Dracena. No ano de 1990 eram 1.500 cabeças, enquanto em 2013, o número de ovinos aumentou para 2.344, apresentando crescimento de 56,3%.

O efetivo de suínos era de 3.600 cabeças em 1990. Em 2005, registrou o menor número de cabeças do período analisado, que foi de 1.800 cabeças. No ano de 2013 essa quantidade subiu para 1.910 cabeças. Comparando o efetivo de suínos de 1990 com o de 2013, notamos a redução do número de cabeças em 46,9%.

Tabela 18 – Dracena – SP: efetivo dos principais rebanhos.

Tipo de rebanho	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Bovino	40.698	55.487	57.243	51.256	40.121	32.200
Equino	1.500	1.480	1.280	810	1.010	950
Galináceos	104.400	126.000	125.000	103.000	63.800	42.000
Ovino	1.500	1.350	1.100	1.150	2.130	2.344
Suíno	3.600	2.210	2.050	1.800	1.890	1.910

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

Em Três Lagoas a situação não é diferente, haja vista que os efetivos de bovinos, caprinos, equinos, galináceos e suínos também diminuíram. Assim como em Dracena, o efetivo de ovinos foi o único que apresentou crescimento durante o período analisado (Tabela 19).

No período analisado, o maior número de bovinos foi registrado em 2005. Nesse ano, Três Lagoas possuía 938.008 cabeças. Enquanto isso, o ano de 2013 registrou a menor quantidade de bovinos, com um total de 617.368 cabeças, configurando decréscimo de 34,2%. A pecuária possui importância econômica histórica para Três Lagoas, pois foi uma das atividades responsáveis pelo início de sua formação, além de se configurar como a principal atividade econômica do município por décadas.

O ano de 1990 apresentou o maior número de caprinos, com 3.800 cabeças. Em 2013, o número de caprinos reduziu-se para 893 cabeças, representando baixa de 76,5%.

O efetivo de equinos passou por oscilações durante o período analisado. Em 1990, o efetivo era de 8.300 cabeças. Em 2005, essa quantidade aumentou para 12.159. No entanto, em 2013, o efetivo de equinos reduziu-se para 9.364 cabeças. Comparando 2005, ano de maior produção, com 2013, último ano do período analisado, notamos redução de 23%.

O ano de 1995 foi o de maior quantidade de galináceos do período analisado, com 56.485 cabeças. No ano de 2013, o efetivo de galináceos diminuiu para 39.658 cabeças, configurando decréscimo de 29,8%.

O efetivo de ovinos foi o único que cresceu durante o período analisado. No ano de 1990, Três Lagoas possuía 4.750 cabeças. Em 2013, essa quantidade aumentou para 14.583, configurando crescimento de 207%.

O maior número de suínos, no período analisado, foi em 1990, com 12.950 cabeças. Em 2013, essa quantidade diminuiu para 5.532 cabeças, evidenciando decréscimo de 57,3%.

Tabela 19 – Três Lagoas – MS: efetivo dos principais rebanhos.

Tipo de rebanho	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Bovino	686.400	884.673	911.087	938.008	753.337	617.368
Caprino	3.800	4.568	700	789	902	893
Equino	8.300	9.900	11.617	12.159	11.290	9.364
Galináceos	55.900	56.485	40.506	41.015	45.859	39.658
Ovino	4.750	5.722	12.490	13.964	16.045	14.583
Suíno	12.950	9.940	5.219	6.275	6.992	5.532

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

Nos dois municípios estudados houve redução do efetivo animal. Em Dracena a redução ocorreu, principalmente a partir da década de 2000. Tal situação revela a estreita relação entre a expansão dos canaviais e a diminuição do efetivo animal, pois no início da década de 2000 a lavoura canieira se expandiu no município. Em Três Lagoas a situação é parecida,

sobretudo quando analisamos o rebanho bovino. O ano de 2006 marcou o início da expansão dos eucaliptais e, por consequência, foi a partir desse ano que o efetivo bovino diminuiu consideravelmente.

5.4 Produção de origem animal

Neste subitem, analisaremos a dinâmica da produção de origem animal dos municípios analisados nesta pesquisa. Para a consecução deste objetivo, utilizamos os dados disponíveis na Pesquisa Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os anos de 1990 e 2013 houve diminuição significativa na produção de origem animal do município de Dracena, conforme podemos constatar na Tabela 20.

Em 1995, ano de maior produção de leite no período analisado, a produção foi de 6.520.000 litros. Já em 2013, depois da consolidação dos canaviais, a produção leiteira diminuiu para 4.840.000 litros de leite, configurando redução percentual de 25,8%. No entanto, ressaltamos o aumento da produção leiteira entre os anos de 2010 e 2013. Em 2010, a produção leiteira foi de 3.100.000 milhões de litros. Dessa forma, o crescimento da produção leiteira entre 2010 e 2013 foi de 56,1%. No município de Dracena, a produção leiteira está fortemente vinculada ao campesinato, como veremos no decorrer desta pesquisa.

A produção de ovos de galinha, fortemente vinculada às unidades camponesas, também sofreu decréscimo durante o período analisado. Enquanto em 1990, a produção de ovos de galinha foi de 1.437.000 dúzias, em 2013 essa produção diminuiu para 510.000 dúzias, evidenciando decréscimo de 64,5%.

O mel de abelha também teve sua produção reduzida durante o período analisado. No ano de 1990, a produção de mel foi de 2.000 quilogramas (kg). Em 2013, apenas 545 quilogramas de mel foram produzidos em Dracena. Tal situação revela diminuição de 72,8% na produção de mel durante os anos de 1990 e 2013.

Assim como as demais produções de origem animal, a produção de casulos do bicho-da-seda também reduziu. Em 1995, ano de maior produção, a

quantidade produzida de casulos do bicho-da-seda foi de 57.573 quilogramas. Já em 2005, último ano do período analisado que registrou produção de casulo do bicho-da-seda, a produção foi de apenas 4.847 quilogramas. Depois de grandes produções, principalmente nos anos de 1990 e 1995, a produção de casulos de bicho-da-seda não encontrou mais registros em Dracena após o ano de 2010.

Tabela 20 – Dracena – SP: principais produções de origem animal.

Tipo de produção	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Leite (mil litros)	4.861	6.520	4.831	3.900	3.100	4.840
Ovos de galinha (mil dúzias)	1.437	1.415	1.350	1.230	600	510
Mel de abelha (kg)	2.000	3.600	1.800	1.100	710	545
Casulos do bicho-da-seda (kg)	46.746	57.573	24.192	4.847	-	-

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

A produção de origem animal do município de Três Lagoas também diminuiu durante o período analisado, com exceção da produção de mel de abelha, que tem crescido consideravelmente nos últimos anos (Tabela 21).

Comparando-se com produções de leite de períodos mais distantes, como da década de 1990, a produção leiteira mais recente, ou seja, do ano de 2013, é maior. No entanto se comparada com a maior produção de leite do período, que ocorreu no ano de 2010, a produção de 2013 foi menor. Entre 2010 e 2013, a redução foi de 18,7%. Como a produção leiteira possui relação estreita com as atividades agropecuárias praticadas em pequena escala, o aumento da produção de leite, a partir da década de 2000, ocorreu, principalmente, em virtude da criação de assentamentos rurais nessa década em Três Lagoas.

A produção de ovos de galinha sofreu pequeno decréscimo durante o período analisado. Enquanto em 1990 eram 86 mil dúzias de ovos, em 2013 essa quantidade reduziu para 75 mil dúzias, evidenciando redução de 14%. No entanto, cabe salientar que a maior produção do período analisado ocorreu no ano de 2010.

A produção de mel de abelha cresceu nos últimos anos em Três Lagoas. Enquanto a produção de mel foi de apenas 3.000 quilogramas em 1990, no ano de 2013 essa produção saltou para 76.000 quilogramas, representando acréscimo de 2.433,3%.

Durante o trabalho de campo para realização de entrevistas com representantes do setor agropecuário do município, foi relatado que a apicultura praticada em Três Lagoas está fortemente vinculada aos camponeses. Segundo relatos, a produção de mel de abelha entre os camponeses está crescendo cada vez mais e, dessa forma, tem se configurado como importante fonte de renda para eles.

A produção de casulos do bicho-da-seda já foi significativa em Três Lagoas. Em 1990, por exemplo, a produção foi de 30.388 quilogramas. No entanto, sua redução ocorreu de forma rápida, já que em 1995 sua produção havia reduzido para apenas 5.776 quilogramas e, em 2013, não existia mais registro de produção de casulos do bicho-da-seda no município analisado.

Tabela 21 – Três Lagoas – MS: principais produções de origem animal.

Tipo de produção	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Leite (mil litros)	7.600	9.469	11.120	12.403	12.455	10.123
Ovos de galinha (mil dúzias)	86	76	84	81	87	75
Mel de abelha (kg)	3.000	5.080	5.187	12.308	22.380	76.000
Casulos do bicho-da-seda (kg)	30.388	5.776	-	1.623	-	-

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

As principais produções de origem animal reduziram nos dois municípios estudados durante o período analisado, com exceção da produção de mel de abelha, em Três Lagoas. A produção de origem animal passou por altos e baixos durante o período analisado no município de Dracena, entretanto, a produção de leite cresceu entre 2010 e 2013, o que pode ser um indício de fortalecimento das atividades agropecuárias desenvolvidas em pequena escala nos últimos anos. Três Lagoas vive o mesmo dilema. Entre altos e baixos, a produção de origem animal se desenvolve no município. Destaque para a

produção leiteira, que cresceu a partir da década de 2000, e para o crescimento significativo da produção de mel de abelha nos últimos anos.

5.5 Lavouras temporárias

Neste subitem se desenvolverá a análise da dinâmica das principais lavouras temporárias dos municípios de Dracena e Três Lagoas entre os anos de 1990 e 2013. Para tanto, utilizamos os dados de fontes secundárias disponíveis na Produção Agrícola Municipal do IBGE.

A Tabela 22 registra os dados referentes às principais lavouras temporárias do município de Dracena. Durante o período analisado, notaremos que todas as lavouras temporárias registraram produções maiores no passado.

O algodão registrou sua maior produção no ano de 1990, com 3.135 toneladas. Posteriormente, essa quantidade foi reduzindo e, atualmente não há registros de produção de algodão no município.

O amendoim teve sua maior produção registrada em 2000. Nesse ano, sua produção era de 1.205 toneladas. Sua menor produção ocorreu no ano de 2010. No referido ano, sua produção foi de apenas 60 toneladas, entretanto, vale ressaltar, que entre 2010 e 2013 sua produção aumentou consideravelmente, passando de 60 para 1.791 toneladas. Isso faz com que o amendoim figure como uma exceção, haja vista que foi a única cultura que contrariou a tendência de redução.

A maior produção de feijão foi registrada no ano de 2005, com 1.710 toneladas. Em 2013, essa quantidade reduziu drasticamente para apenas 168 toneladas, evidenciando decréscimo de 90,2%.

No ano de 1995 foi registrada a maior produção de mandioca. No referido ano, foram produzidas 9.000 toneladas dessa raiz. Já em 2013, sua produção foi reduzida para 997 toneladas, configurando redução de 88,9%.

Assim como a mandioca, o milho também teve sua maior produção registrada no ano de 1995. Nesse ano, foram produzidas 6.000 toneladas desse grão. Enquanto isso, em 2013 sua produção diminuiu para 2.037, representando decréscimo de 66%.

Tabela 22 – Dracena – SP: produção das principais lavouras temporárias.

Tipo de lavoura	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade (toneladas)					
Algodão	3.135	2.500	472	380	-	-
Amendoim	225	-	1.205	726	60	1.791
Feijão	576	328	655	1.710	240	168
Mandioca	440	9.000	240	2.747	1.440	997
Milho	2.160	6.000	4.320	4.320	2.568	2.037

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

A produção de alimentos em Três Lagoas encontra-se extremamente debilitada. Isso porque, segundo dados disponibilizados pelo IBGE, o município possui pequena variedade de lavouras. Diversas lavouras temporárias não possuem registro de produção durante o período analisado.

No que diz respeito ao abacaxi, sua maior produção ocorreu em 2005. Nesse ano, foram produzidos 840.000 frutos. Em 2013, sua produção foi de 60.000 frutos, representando decréscimo de 92,8%.

O algodão registrou produção nos anos de 1990 e 1995. Posteriormente, a partir da década de 2000, não houve mais registro de produção dessa lavoura em Três Lagoas.

A maior produção de feijão ocorreu em 1990, com 191 toneladas. Após alguns anos sem registro, a produção de feijão foi registrada em 2013. Nesse ano, foram produzidas 2 toneladas de feijão, evidenciando baixa de 98,9%.

Três Lagoas teve expressão na produção de mandioca. No ano de 1990, foram produzidas 18.000 toneladas da referida raiz, no entanto, em 2013, sua produção foi de apenas 150 toneladas. Comparando a produção de 1990 com a produção de 2013, verificamos redução de 99,2%.

A maior produção de milho ocorreu em 1995, com 1.680 toneladas. Em 2013, a produção reduziu para 776 toneladas, representando decréscimo de 53,8%. Contudo, vale salientar que, a partir de 2005, a produção de milho aumentou em Três Lagoas.

Tabela 23 – Três Lagoas – MS: produção das principais lavouras temporárias.

Tipo de lavoura	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade (toneladas)					
Abacaxi (mil frutos)	-	-	170	840	400	60
Algodão	108	105	-	-	-	-
Feijão	191	8	-	-	-	2
Mandioca	18.000	2.250	900	1.500	750	150
Milho	900	1.680	1.114	34	150	776

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

A situação da produção das principais lavouras temporárias dos municípios de Dracena e Três Lagoas não é nada animadora, pelo contrário, é muito preocupante. Com exceção do amendoim em Dracena, todas as demais lavouras temporárias reduziram nas localidades analisadas. Em Três Lagoas a situação é ainda pior, tendo em vista que além da redução em quantidade, algumas culturas deixaram de possuir registro de produção no IBGE.

5.6 Lavouras permanentes

Neste subitem se analisará a dinâmica da produção das principais lavouras permanentes dos municípios de Dracena e Três Lagoas. Para isso, novamente utilizamos os dados de fontes secundárias disponíveis na Produção Agrícola Municipal do IBGE.

Na Tabela 24, registram-se os dados referentes às produções das principais lavouras permanentes do município de Dracena durante o período analisado.

A maior produção de banana foi registrada em 2005, com 1.625 toneladas. Já no ano de 2013, a quantidade produzida foi reduzida para apenas 160 toneladas, configurando um decréscimo percentual de 90,1%.

O café registrou sua maior produção no ano de 1990. No referido ano foram produzidas 1.300 toneladas desse grão. Em 2013, a produção de café foi de 900 toneladas. Comparando a produção dos anos de 1990 e 2013, podemos notar redução de 30,8%. Apesar de informado no decorrer deste

trabalho, é importante salientar que o café possui importância econômica histórica para o município de Dracena, haja vista que a expansão da cafeicultura para o Oeste do Estado de São Paulo foi fundamental para sua formação, bem como para seu crescimento econômico. Desde a criação de Dracena, em 1945, até a década de 1980, o café foi a principal atividade econômica da localidade em questão.

A laranja teve sua maior produção registrada no ano de 1995. Nesse ano a quantidade produzida foi de 5.625 toneladas. Essa quantidade produzida de laranja é a maior registrada durante o período analisado entre as lavouras permanentes. No entanto, nos últimos anos do período analisado não houve registro de produção desse tipo de fruta.

A maior produção de manga ocorreu em 2000, com 4.473 toneladas. Já em 2013, a produção foi reduzida para 2.500, evidenciando decréscimo de 44,1%. Apesar da redução, podemos notar que a manga é a lavoura permanente que possui a maior produção dos últimos anos do período analisado no município de Dracena.

Durante o período analisado, o maracujá foi responsável por uma das maiores produções das lavouras permanentes registradas em Dracena. Essa produção significativa ocorreu no ano de 1995. Nesse ano, foram produzidas 4.200 toneladas de maracujá. Entretanto, nos últimos anos sua produção foi reduzida significativamente. Em 2013, a produção de maracujá foi de apenas 72 toneladas. Comparando a produção do ano de 1995 com a do ano de 2013, podemos observar que houve um decréscimo percentual de 98,3%.

No que se refere à uva, podemos notar que a maior produção deste tipo de fruta foi registrada em 2000. No referido ano, sua produção foi de 598 toneladas. Em 2013, a produção registrada de uva foi de 220 toneladas, configurando redução de 63,2%.

Tabela 24 – Dracena – SP: produção das principais lavouras permanentes.

Tipo de lavoura	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade (toneladas)					
Banana	-	-	15	1.625	96	160
Café (em grão)	1.300	320	1.200	444	1.202	900
Laranja	3.750	5.625	423	-	-	-
Manga	60	240	4.473	2.592	1.116	2.500
Maracujá	-	4.200	642	405	210	72
Uva	14	196	598	180	270	220

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

Assim como verificado com as lavouras temporárias, as lavouras permanentes existentes no município de Dracena também apresentaram redução da quantidade produzida no período analisado. No município de Três Lagoas a situação não é diferente, conforme podemos notar na Tabela 25.

As lavouras permanentes de Três Lagoas, assim como verificado com as lavouras temporárias desse município, apresentaram poucos registros de produção durante o período analisado.

O primeiro ano de registro de produção de banana foi 2000, com 131 toneladas. Em 2010, a produção de banana registrou 1.031 toneladas. Entretanto, em 2013, a quantidade reduziu para 376 toneladas.

O coco-da-baía também registrou sua primeira produção, durante o período analisado, no ano 2000, com 360 mil frutos. Em 2010, sua produção aumentou para 1.620.000 frutos. No entanto, em 2013, a produção reduziu para 80.000 frutos.

A laranja apresentou crescimento de sua produção a partir do ano de 2010. Nesse ano, foram produzidas 1.200 toneladas. Em 2013, a produção aumentou para 1.632 toneladas, evidenciando crescimento de 36%.

O mamão, por sua vez, apresentou seu único registro de produção no município de Três Lagoas em 1995. Nesse ano, foram produzidas 225 toneladas desse tipo de fruta.

Tabela 25 – Três Lagoas – MS: produção das principais lavouras permanentes.

Tipo de lavoura	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade (toneladas)					
Banana	-	-	131	-	1.031	376
Coco-da-baía (mil frutos)	-	-	360	1.000	1.620	80
Laranja	-	-	-	-	1.200	1.632
Mamão	-	225	-	-	-	-

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE, 1990 - 2013.

Nesse contexto, constatamos que a situação das lavouras permanentes do município de Três Lagoas é preocupante, pois apesar do aumento da produção de laranja, houve redução da produção das demais lavouras permanentes.

A produção das lavouras permanentes dos dois municípios estudados segue a tendência de redução. No município de Dracena, apesar da redução da quantidade produzida, as principais lavouras temporárias continuam sendo cultivadas. Já em Três Lagoas, com exceção da banana, do coco-da-baía e da laranja, todas as demais lavouras temporárias analisadas pelo IBGE não registraram produção no ano de 2013.

5.7 Principais silviculturas desenvolvidas no município de Três Lagoas

Neste subitem, evidenciaremos que a expansão desenfreada do complexo eucalipto-celulose-papel também tem provocado a diminuição de outras silviculturas desenvolvidas no município de Três Lagoas (Tabela 26). Somente Três Lagoas será analisada neste subitem, tendo em conta que Dracena não registrou produção significativa, em qualquer tipo de produto da silvicultura, durante o período analisado.

O aumento da extração de madeira destinada à produção celulose e papel tem culminado na redução de outras silviculturas existentes no município, como a produção de carvão vegetal e de lenha.

A produção de carvão vegetal, por exemplo, reduziu significativamente nos últimos anos. Em 2005 sua produção foi de 60.066 toneladas. No ano de

2013, sua produção reduziu para 5.000 toneladas, configurando redução de 91,7%.

A lenha também apresentou redução significativa durante o período analisado. Em 1990, ano de maior produção, foram produzidos 227.610 metros cúbicos de lenha. Já em 2013, não houve produção de lenha, segundo o IBGE.

A produção de madeira em toras cresceu vertiginosamente nos últimos anos conforme os dados da Tabela 26. Em 1990, Três Lagoas possuía produção de apenas 2.389 metros cúbicos de madeira em toras. No ano de 2013, essa produção aumentou para 3.350.655 metros cúbicos. Assim, comparando os anos de 1990 e 2013, notamos crescimento de 140.153,4%.

Tabela 26 – Três Lagoas – MS: produção das principais silviculturas.

Tipo de Silvicultura	1990	1995	2000	2005	2010	2013
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Carvão Vegetal (toneladas)	17.848	30.075	8.325	60.066	1.100	5.000
Lenha (metros cúbicos)	227.610	9.318	121.473	2.000	6.000	-
Madeira em tora (metros cúbicos)	2.389	1.758	1.660	327.833	1.943.087	3.350.655
Madeira em tora para papel e celulose (metros cúbicos)	-	-	-	216.292	1.938.487	3.300.655
Madeira em tora para outras finalidades (metros cúbicos)	2.389	1.758	1.660	111.541	4.600	50.000

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE, 1990 - 2013.

O crescimento da produção de madeira em tora possui estreita relação com a instalação das unidades industriais destinadas à produção de celulose e papel. Observando a Tabela 26, averiguamos que a extração de madeira em

tora para produção de celulose e papel¹⁴ responde por parcela significativa da produção total de madeira em tora do município de Três Lagoas. Enquanto isso, a produção de madeira em tora para outras finalidades tem sido pouco representativa. Em 2005, por exemplo, a extração de madeira em tora destinada à produção de celulose e papel representava 66% da produção total de madeira em tora da localidade pesquisada. Já em 2013, essa representatividade aumentou para 98,5%. Tal situação evidencia que a silvicultura ligada ao complexo eucalipto-celulose-papel tem se tornado cada vez mais importante para a silvicultura desenvolvida no município de Três Lagoas.

¹⁴ Os dados referentes à extração de madeira em tora para produção de celulose e papel já foram apresentados e analisados nesta pesquisa. No entanto, apresentamos novamente estes dados na Tabela 15 com o intuito de reforçar a importância do complexo eucalipto-celulose-papel para a silvicultura praticada em Três Lagoas.

6 A EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS E A SITUAÇÃO ATUAL DOS CAMPONESES DE DRACENA E TRÊS LAGOAS: AVALIAÇÃO DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS DO SETOR AGROPECUÁRIO E DOS CAMPONESES

Neste capítulo, analisaremos as informações obtidas durante o trabalho de campo, articulando-as com os referenciais teóricos. Inicialmente, analisaremos as entrevistas realizadas com representantes do setor agropecuário dos municípios de Dracena e Três Lagoas. Em seguida, analisaremos os resultados obtidos nos questionários aplicados junto aos camponeses.

6.1 O ponto de vista dos representantes do setor agropecuário do município de Dracena

Na visão do Sr. A. F., vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena (STRD), a expansão da cana-de-açúcar tem contribuído para dificultar o desenvolvimento da agricultura camponesa. Segundo o vice-presidente do STRD:

A expansão da cana está fazendo com que diminua todos os outros tipos de atividades agropecuárias. Está cada vez mais difícil para continuar produzindo no campo. O governo só prioriza os fazendeiros, os que têm muita terra. Eles produzem com apoio, pois o governo assegura os preços para eles. Aí fica fácil. Com garantias qualquer um produz (A. F., 18/07/2014).

Ainda de acordo com o Sr. A. F., muitos camponeses próximos de canaviais tiveram problemas com a lavoura em decorrência da pulverização de agrotóxicos pelos aviões.

Segundo o Sr. A. F., existe certo apoio dos governos federal, estadual e municipal para os camponeses de Dracena, no entanto, eles estão com a idade cada vez mais avançada e a dificuldade de sucessão é um problema. Conforme o Sr. A. F., a idade avançada atrapalha no rendimento do trabalho diário, pois muitos já estão debilitados fisicamente. Além disso:

A idade avançada é um problema, porque com idade avançada, muitas vezes, eles têm receio de ir atrás dos

incentivos governamentais. Eles têm desconfiança, medo de arriscar, de investir, pois já sofreram muito no passado. Já sofreram muito com os juros dos empréstimos bancários. Eles têm medo de participar de qualquer coisa relacionada ao governo. Até para participar das políticas públicas é complicado. Eles demoram a entender como funciona. Isso acaba prejudicando a produção deles (A. F., 18/07/2014).

Segundo essa linha de raciocínio, o Sr. A. F. aponta que o incentivo governamental existe, no entanto, em grande parte dos casos não existe a procura por esses incentivos por parte dos camponeses.

A respeito das ações desenvolvidas pelo STRD para apoiar os camponeses de Dracena, o Sr. A. F. afirma que o sindicato orienta, conscientiza e pede a participação dos camponeses nas atividades do Sindicato. Além disso, o STRD organiza as tradicionais feiras livres de quarta-feira e de domingo. Segundo o Sr. A. F., o Sindicato também ajuda os camponeses nas questões burocráticas, como a emissão da documentação necessária das propriedades referentes ao Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Segundo a Sra. G. O. S. G., presidente da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), de um modo geral, a expansão da cana-de-açúcar não tem se configurado como obstáculo para os camponeses. Para a entrevistada, a cana não está influenciando quem está interessado em produzir.

Para a Sra. G. O. S. G., a falta de mão de obra e os problemas climáticos podem ser considerados como obstáculos maiores do que a expansão da cultura canavieira.

Mais do que a cana, eu vejo que a falta de mão de obra e os problemas climáticos são mais prejudiciais. A maioria dos associados utiliza o trabalho de base familiar, mas quando precisam de ajuda na época da colheita, não encontram trabalhadores. Quando acham trabalhadores, eles são muito caros. Muitos não têm condição de pagar. É uma situação difícil, porque prejudica o andamento das atividades. [...] Aí também tem o problema do clima, porque nossa região está difícil, está muito quente e seca. Não é sempre que chove. Esse ano foi ruim de chuva. Quem não tem dinheiro não consegue investir em irrigação e a grande maioria não tem dinheiro. Aí fica dependendo de chover ou não. Se não chover, perde a produção. Sempre acontece isso com o pessoal (G. O. S. G., 21/07/2014).

Conforme a presidente da APRD, os camponeses de Dracena têm o apoio efetivo dos governos federal, estadual e municipal. Para a entrevistada, as políticas públicas funcionam, apesar da burocracia excessiva. Ainda de acordo com a Sra. G. O. S. G., as políticas públicas do governo federal tem ajudado mais os camponeses na comercialização do que as políticas públicas estaduais. Segundo a entrevistada, as políticas públicas estaduais desenvolvidas para a comercialização da produção são extremamente burocráticas e muitas vezes se tornam inviáveis para os camponeses. Nesse contexto, para a presidente da APRD, a burocracia é um dos principais empecilhos que comprometem um desenvolvimento mais eficaz das políticas públicas que poderiam ajudar o campesinato.

Segundo a Sra. G. O. S. G., a Prefeitura Municipal de Dracena tem ajudado o desenvolvimento das atividades da APRD. Nesse sentido, a entrevistada salientou que o município compra 100% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a APRD. Além disso, a referida associação utiliza os tratores da prefeitura por meio de convênios. A prefeitura também fornece funcionários para alguns setores da associação, além de disponibilizar recursos financeiros para custear atividades da APRD. Do ponto de vista da infraestrutura do campo, a presidente da APRD aponta que a prefeitura está procurando manter as estradas rurais em condições boas de uso, além de arrumar as pontes que estão com problemas estruturais.

No que se refere às ações desenvolvidas pela APRD para os camponeses de Dracena, a presidente afirma que a associação em questão promove reuniões e confraternizações com o intuito de aproximar os associados. Além disso, a entrevistada informou:

Também promovemos cursos em conjunto com outros órgãos e entidades. Temos um bom apoio técnico, com um agrônomo e um veterinário. Também realizamos serviços burocráticos para os associados, como a emissão de notas fiscais e a elaboração de projetos, visando recursos do governo (G. O. S. G., 21/07/2014).

De acordo com a Sra. G. O. S. G., a estrutura produtiva dos camponeses está baseada, principalmente, na pecuária leiteira e no setor

hortifrutigranjeiro. Ainda de acordo com a entrevistada, os associados da APRD produzem cerca de 120 mil litros de leite por mês.

O Sr. L. A. P., diretor técnico da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Regional de Dracena, entende que até o momento a expansão da cana-de-açúcar não pode ser considerada como obstáculo para o desenvolvimento do campesinato,

Pelo que venho observando, a cana está ocupando os médios e grandes estabelecimentos rurais. Tem pequeno estabelecimento sendo arrendado para a cana, mas é muito pouco, é só um ou outro. E outra, a maioria desses pequenos estabelecimentos arrendados para a cana não estavam inseridos dentro do processo produtivo (L. A. P., 22/07/2014).

A respeito do apoio dos governos federal e estadual, o Sr. L. A. P. salientou que atualmente existem várias políticas públicas federais e estaduais destinadas aos camponeses. Do ponto de vista do apoio municipal, o diretor técnico afirmou que o município disponibiliza técnicos e maquinários para beneficiar os camponeses.

No que se refere às ações da CATI Regional de Dracena para apoiar os camponeses, o Sr. L. A. P. apontou que a CATI desenvolve e executa os projetos do Governo do Estado de São Paulo para o campo, como, por exemplo, o Programa de Microbacias e o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Além disso, a CATI de Dracena também possui programas de créditos para os camponeses, como, por exemplo, o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), o Programa Pró-Trator e o Programa Pró-Implemento.

Corroborando com a informação fornecida pela presidente da APRD, o diretor técnico da CATI de Dracena também apontou que a estrutura produtiva dos camponeses de Dracena está baseada na produção de leite e no setor hortifrutigranjeiro.

A Sra. E. B, presidente da Associação J. Marques dos Trabalhadores de Jaciporã, afirmou que a partir da expansão da cana-de-açúcar em Dracena as dificuldades aumentaram para os camponeses de sua associação. Isso porque, a grande maioria dos associados é arrendatário.

A cana tem atrapalhado a maioria dos nossos associados, porque boa parte deles é arrendatário. Os proprietários rurais preferem arrendar para a cana, por causa do preço que as usinas pagam. Isso prejudica, porque está cada vez mais difícil encontrar terras e as que o pessoal encontra estão cara demais. Aí fica difícil (E. B., 22/07/2014).

Além do problema mencionado anteriormente, a presidente da J. Marques também apontou que os agrotóxicos pulverizados pelos aviões nos canaviais têm provocado inúmeros problemas para os camponeses com lavouras próximas aos canaviais. Segundo a entrevistada, alguns membros da associação perderam parte da lavoura em decorrência dos agrotóxicos.

Muita gente da associação e de fora, que a gente escuta falar, já perdeu a lavoura por causa dos agrotóxicos. Os aviões passam e jogam agrotóxico no ar. Dependendo do vento, o veneno acaba indo para as lavouras que estão perto dos canaviais. Isso já aconteceu com muita gente. Já aconteceu de perder lavouras inteiras. O prejuízo é grande (E. B., 22/07/2014).

Para a Sra. E. B., atualmente as condições oferecidas pelos governos federal, estadual e municipal são boas. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ajudam os camponeses. No que se refere ao apoio municipal, a entrevistada destacou ainda que a partir do ano de 2014 a associação passou a receber recursos financeiros da prefeitura. Além disso, a prefeitura também disponibilizou dois estagiários para atuarem nas atividades desenvolvidas pela J. Marques.

A respeito das ações desenvolvidas pela associação para apoiar os camponeses, a presidente informou que a associação promove várias ações e atividades e cursos, como o de produtos orgânicos e o de panificação.

A gente promove cursos, como o de produtos orgânicos e o de panificação. Fazemos todo o serviço burocrático para os associados. Estamos construindo um barracão com verba do Programa de Microbacias II. Nossa ideia é fazer a preparação dos produtos lá no barracão. Deixar eles prontos para serem vendidos. Porque a gente quer acabar com os intermediários. Porque se a gente conseguir vender direto, vamos conseguir ganhar mais em cima dos produtos (E. B., 22/07/2014).

Assim como os demais entrevistados, a Sra. E. B. informou que a estrutura produtiva dos camponeses associados da J. Marques também está pautada na pecuária leiteira e no setor hortifrutigranjeiro.

Para a presidente da J. Marques, a atual situação dos camponesato dracense melhorou, principalmente, em função das políticas públicas. No entanto, a entrevistada afirmou que ainda é necessário um apoio maior dos governos federal e estadual.

Segundo a Sra. E. B., os membros da associação atuam de forma diferente, pois buscam incentivar o interesse de seus filhos pelo trabalho rural. Nesse sentido, para a entrevistada, a atuação do governo é fundamental, haja vista que ao oferecer melhores condições, maior poderá ser o número de pessoas interessadas pelo trabalho rural no futuro.

A gente tenta fazer um trabalho diferente. Um trabalho de conscientização. A gente incentiva nossos filhos a se interessarem pelo trabalho rural. Eu acho que isso tá dando resultado, porque já têm jovens trabalhando com a gente e também tem pessoas que estavam trabalhando na cidade que agora estão trabalhando com a gente, que voltaram para a zona rural e estão produzindo. Eles estão contentes. Tá bom pra eles. A maioria fala que está melhor que trabalhar na cidade (E. B., 22/07/2014).

Para a Sra. E. B., o governo deveria apoiar mais os camponeses, sobretudo, em decorrência da importância para a produção de alimentos no Brasil. Assim, para a entrevistada, o governo deveria incentivar mais aqueles que produzem alimentos e não somente aqueles que produzem cana-de-açúcar e outros tipos de monoculturas.

A partir das entrevistas realizadas com representantes do setor agropecuário do município de Dracena, observamos que dois entrevistados (vice-presidente do STRD e presidente da J. Marques) afirmaram que a expansão da cana-de-açúcar tem atrapalhado o desenvolvimento do camponesato em Dracena, enquanto os outros dois entrevistados (presidente da APRD e diretor técnico da CATI Regional de Dracena) citaram que a expansão da lavoura canvieira não tem se configurado como um obstáculo, tendo em vista que existem outros fatores mais significativos.

No que diz respeito as políticas públicas, os entrevistados afirmaram que elas são fundamentais para o desenvolvimento do campesinato atualmente. Apesar de reconhecerem o aumento do número de políticas públicas nos últimos anos, parte dos entrevistados afirmaram que mais políticas voltadas aos camponeses deveriam ser criadas.

De acordo com as presidentes das associações APRD e J. Marques, a burocracia é um dos fatores que prejudica o desenvolvimento eficaz de algumas políticas públicas, como, por exemplo, o PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social). Segundo as entrevistadas, o modelo de programa do PPAIS prejudica os camponeses e muitos não conseguem participar do programa, pois a entrega dos produtos não pode ser realizada por meio das associações. Desse modo, a participação nesse programa tem que ser individualizada, o que se torna inviável para a grande maioria dos camponeses. Além da burocracia, as presidentes das associações relataram que o baixo valor financeiro dos programas e o número reduzido de cotas são outros fatores que impedem o desenvolvimento mais eficaz de algumas políticas públicas.

Outros problemas mencionados pelos entrevistados, que dificultam o desenvolvimento do campesinato em Dracena, foram: idade avançada dos camponeses; condições climáticas instáveis da região em que Dracena está localizada; agrotóxicos pulverizados nos canaviais; e, falta de mão de obra em época de colheita.

6.2 A visão dos representantes do setor agropecuário do município de Três Lagoas

Para a Sra. J. N. S., Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas (STRTL), a expansão dos eucaliptais configura-se como obstáculo para o desenvolvimento do campesinato local, principalmente em decorrência de seus desdobramentos socioambientais, bem como pelo aumento do preço da terra.

A expansão do eucalipto atrapalha demais a gente. O eucalipto traz muitas coisas ruins. Eu acho que deixa o solo mais pobre, porque você vê lá onde tá plantado o eucalipto não nasce mais nada, por causa dos venenos que eles passam. Também falam

que o eucalipto seca os rios que estão perto deles. Os lagos também. Tem gente que diz, eu não posso afirmar nada, mas muita gente diz que sim, que a água diminuiu. [...] Outro problema é que as terras estão mais caras. O preço das terras em Três Lagoas aumentou demais. Isso atrapalha a compra da terra pelo crédito fundiário. Também atrapalha o arrendamento e a desapropriação para a Reforma Agrária (J. N. S., 31/07/2014).

No entanto, a entrevistada salientou que, apesar das dificuldades geradas pela expansão do monocultivo de eucalipto, atualmente o número de camponeses é maior do que no passado. Segundo a entrevistada, esse aumento da quantidade de camponeses passou a ocorrer a partir do ano de 2001, em função da criação de assentamentos da Reforma Agrária em Três Lagoas. Antes disso, Três Lagoas possuía uma quantidade pouco significativa de camponeses.

Do ponto de vista do apoio do Governo Federal, a Sra. J. N. S. relatou a existência de várias políticas públicas interessantes, porém a burocracia¹⁵ impede a participação de boa parte dos camponeses. A entrevistada afirmou que o Governo Estadual contribuí com alguns programas para os camponeses. Entretanto, reclamou da falta de assistência técnica do órgão estadual. A respeito do apoio da Prefeitura, a Sra. J. N. S. informou a inexistência de uma secretaria de agricultura é um dos principais problemas.

Aqui em Três Lagoas não tem secretaria de agricultura. O que tem aqui é o Departamento de Agronegócio, que é um dos departamentos da Secretaria de Meio Ambiente. Isso atrapalha, porque o próprio nome já mostra o foco deles. A gente tem algumas parcerias com o pessoal da prefeitura, mas poderia ser mais se a prefeitura estivesse mais preparada para lidar com a gente (J. N. S., 31/07/2014).

A respeito das atividades desenvolvidas pelo STRTL para apoiar os camponeses, a Sra. J. N. S. citou várias atividades desenvolvidas, como reuniões, palestras e cursos, em parceria com outras instituições e órgãos governamentais. De acordo com a entrevistada, o STRTL também busca viabilizar o acesso à terra, à infraestrutura e à inserção dos camponeses em políticas públicas.

¹⁵ A burocracia relatada pelos entrevistados de Dracena e de Três Lagoas relaciona-se aos critérios que os camponeses precisam atender para participarem das políticas públicas.

A Presidente do STRTL informou que o setor hortifrutigranjeiro, a pecuária de leite e a apicultura respondem pela maior parte da produção dos camponeses do município de Três Lagoas. Segundo a entrevistada, a apicultura cresceu significativamente entre os camponeses nos últimos anos. Tal situação pôde ser constatada quando observamos os dados referentes a produção animal de Três Lagoas.

Sobre a condição econômica dos camponeses, a Sra. J. N. S. nos relatou que atualmente a situação é muito difícil. De acordo com a presidente do STRTL, a burocracia para participar das políticas públicas e a falta de assistência técnica são um dos principais fatores que dificultam a produção camponesa treslagoense. No entanto, a entrevistada vislumbra momentos melhores, haja vista que grande parte dos camponeses começaram a se estruturar recentemente no município.

Para o Sr. J. X. D. J., Gestor de Desenvolvimento Rural da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), a expansão do monocultivo de eucalipto não se configura como uma dificuldade para o desenvolvimento do campesinato. Segundo o entrevistado, o impacto foi maior nos médios e grandes estabelecimentos rurais.

Os mais afetados foram aquele que trabalhavam nas fazendas de gado. Elas empregavam muita gente. Agora com o eucalipto, a grande maioria dos peões perderam o emprego. A criação de gado precisa de mais gente na fazenda. O eucalipto não precisa de muita gente. Tem trabalhador que mora na cidade e vai todo dia para a zona rural trabalhar nas plantações de eucalipto. Por isso, eu acho que o pessoal mais afetado foi aquele que estava trabalhando nas fazendas. Esses daí perderam o emprego e a moradia (J. X. D. J., 31/07/2014).

O Gestor da AGRAER considerou que o apoio dos governos federal, estadual e municipal para os camponeses de Três Lagoas atualmente é satisfatório, sobretudo em função das políticas públicas atuais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No que se refere às ações desenvolvidas pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso do Sul (AGRAER) em Três Lagoas, o Sr. J. X. D. J. citou a realização de assistência técnica para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

nos assentamentos rurais por meio da chamada pública. Nesse trabalho, a AGRAER realiza uma série de atividades nas comunidades, como reuniões e palestras. Para os agricultores tradicionais, a AGRAER também promove palestras e reuniões, além de prestar a assistência técnica e desenvolver os programas estaduais, como o Programa Leite Forte, do Governo de Mato Grosso do Sul, que visa o fortalecimento da pecuária leiteira praticada do estado.

Para o Gestor da AGRAER, a estrutura produtiva dos camponeses de Três Lagoas está baseada, principalmente, no setor hortifrutigranjeiro e na pecuária leiteira.

No que diz respeito à situação econômica dos camponeses de Três Lagoas, o Sr. J. X. D. J. relatou que as condições são melhores para aqueles que participam de associações e cooperativas.

Para os que participam de associações ou cooperativa, eu acredito que as coisas estão melhor. Mas aí tem aqueles que resistem e não participam. Esses daí, com certeza, *tão* insatisfeitos. Mas a gente tem percebido que está aumentando o número de pessoas procurando participar de associações e cooperativas. O pessoal está “abrindo” mais a cabeça e vendo que essa é a solução para quem quer produzir no campo (J. X. D. J., 31/07/2014).

Assim como foi apontado pela Presidente do STRTL, o Gestor da AGRAER também afirmou que o número de camponeses cresceu nos últimos anos em Três Lagoas. Dessa forma, esses camponeses estão passando por um momento de estruturação, adequação e organização. Passado esse período, o entrevistado acredita na tendência de melhora, sobretudo, para os participantes de associações e cooperativas.

O Sr. M. L. E., Engenheiro Agrônomo no Departamento de Agronegócio da Prefeitura de Três Lagoas, também não acredita que a expansão dos eucaliptais tem se configurado como um obstáculo para o desenvolvimento do campesinato local. Este entrevistado também compartilha do ponto de vista do Gestor da AGRAER ao afirmar que os estabelecimentos rurais mais afetados são os médios e grandes.

Ainda de acordo com o Engenheiro Agrônomo da Prefeitura de Três Lagoas, o apoio dos governos federal, estadual e municipal para os

camponeses cresceu nos últimos anos no município, principalmente porque o número de camponeses também cresceu na última década. Para o entrevistado, é cada vez maior o número de políticas públicas destinadas às atividades agropecuárias de pequena escala.

O Sr. M. L. E. relatou que a prefeitura procura fazer o possível para viabilizar as atividades desenvolvidas pelos camponeses.

A prefeitura fornece os tratores por um preço abaixo do praticado o mercado. Também procuramos deixar as estradas rurais em bom estado, porque a gente sabe que isso facilita o deslocamento deles. A gente também ajuda no desenvolvimento do projeto PAIS¹⁶. Para ajudar na assistência técnica, a prefeitura tem dois agrônomos e dois técnicos agrícolas (M. L. E., 01/08/2014).

Assim como os demais entrevistados, o Engenheiro Agrônomo da Prefeitura de Três Lagoas também apontou a pecuária leiteira e o setor hortifrutigranjeiro como responsáveis pela maior parte da produção camponesa.

Para o Sr. M. L. E., de um modo geral, a situação econômica dos camponeses de Três Lagoas ainda não é a ideal, mas está melhorando.

A situação está melhorando porque eles estão se conscientizando da importância de participar de associações e cooperativas. Eles já estão se conscientizando que só assim eles poderão participar das políticas públicas. Antes tinha muita gente que resistia, que tinha desconfiança, mas os que já estão participando estão falando que é bom, e isso acaba incentivando os desconfiados (M. L. E., 01/08/2014).

Segundo o entrevistado, é cada vez maior o número de camponeses participando de políticas públicas, como o PAA e o PNAE. Nesse sentido, o entrevistado acredita que, em decorrência das políticas públicas, a tendência é de melhora na situação dos camponeses.

A partir das entrevistas realizadas com representantes do setor agropecuário do município de Três Lagoas, verificamos que a Presidente do STRTL considerou a expansão dos eucaliptais como obstáculo para o desenvolvimento do campesinato local. Enquanto dois entrevistados (Gestor da

¹⁶ Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

AGRAER e o Engenheiro Agrônomo da Prefeitura de Três Lagoas) acreditam que a expansão do monocultivo não afeta os camponeses.

A respeito da estrutura produtiva, os entrevistados relataram a produção leiteira e o setor hortifrutigranjeiro como responsáveis por grande parte da produção dos camponeses de Três Lagoas. No entanto, salientaram o crescimento da apicultura dentro das unidades camponesas.

Conforme apurado durante as entrevistas, a produção camponesa nunca foi significativa no município de Três Lagoas. Entretanto, a partir do ano de 2001, com a criação de assentamentos rurais da Reforma Agrária, essa situação alterou-se. A partir desse período, o número de camponeses cresceu significativamente na localidade estudada. Sendo assim, em decorrência desse processo recente, grande parte dos camponeses ainda estão em fase de estruturação, adequação e organização. Destarte, a situação momentânea dos camponeses é complicada do ponto de vista econômico, mas, na visão dos representantes do setor agropecuário de Três Lagoas, tende a melhorar nos próximos anos.

A criação dos assentamentos da Reforma Agrária, em Três Lagoas, evidencia que, ao mesmo tempo em que o capital territorializa-se, ocorre o aumento da luta pela terra. Destarte, os assentamentos representam a territorialização da luta camponesa pela terra. Depois de assentados, os camponeses iniciam o processo de luta para permanecer na terra.

Analisando as entrevistas, também verificamos a importância das políticas públicas para o desenvolvimento do campesinato do município de Três Lagoas. Os três entrevistados ressaltaram que, apesar de as políticas públicas existirem há vários anos, poucos camponeses conseguiam acessá-las em função, principalmente, da falta de conhecimento. No entanto, nos últimos anos, em virtude da ampla divulgação, é cada vez maior o número de camponeses que participam das políticas públicas. Nesse sentido, para os entrevistados, a melhoria das condições socioeconômicas dos camponeses de Três Lagoas, nos próximos anos, possui relação estreita com as políticas públicas.

Tanto em Dracena como em Três Lagoas, a situação dos camponeses não é das melhores. Todavia, em Três Lagoas a situação parece mais grave. Essa diferença possui estreita relação com a estrutura fundiária, haja vista que

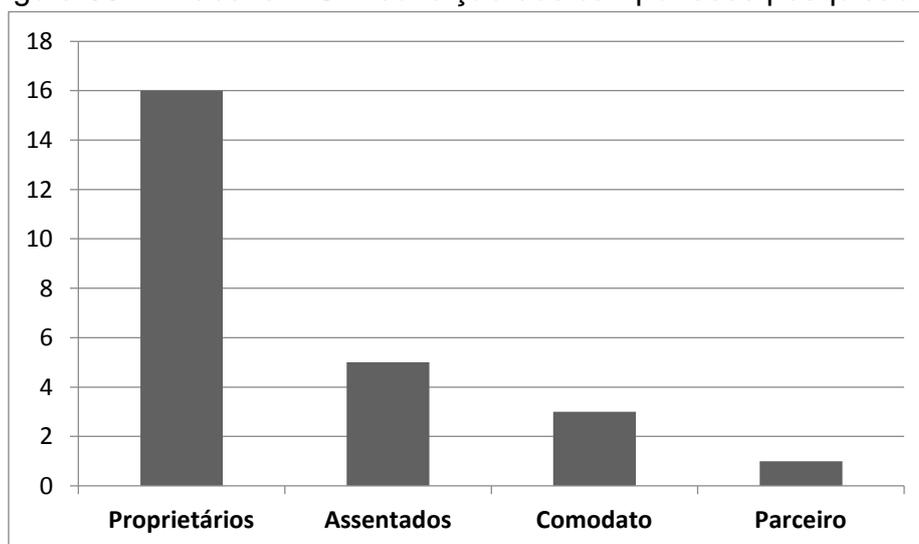
Dracena caracteriza-se pela existência de muitos pequenos estabelecimentos rurais desde o início de sua formação. Em Três Lagoas, a situação é diferente, pois o município caracteriza-se pela estrutura fundiária altamente concentrada. Apenas recentemente, o número de pequenos estabelecimentos aumentou em função, principalmente, da criação de assentamentos rurais. Dessa forma, fica evidente que o contexto histórico faz com que os camponeses de Dracena possuam nível organizacional maior do que os de Três Lagoas.

As entrevistas realizadas com os representantes municipais do setor agropecuária dos municípios de Dracena e Três Lagoas forneceram subsídios interessantes para se compreender a situação dos camponeses das localidades pesquisadas. Entretanto, somente no próximo item, poderemos emitir nossa opinião com embasamento mais consistente, pois realizaremos a análise do questionário aplicado junto aos camponeses dos municípios analisados.

6.3 Os camponeses dos municípios de Dracena e Três Lagoas: características socioeconômicas, avaliação e perspectivas futuras

Dos 25 camponeses pesquisados de Dracena, 16 são proprietários, cinco são assentados, três são comodatários e um desenvolve suas atividades agrícolas por meio de parceria (Figura 9).

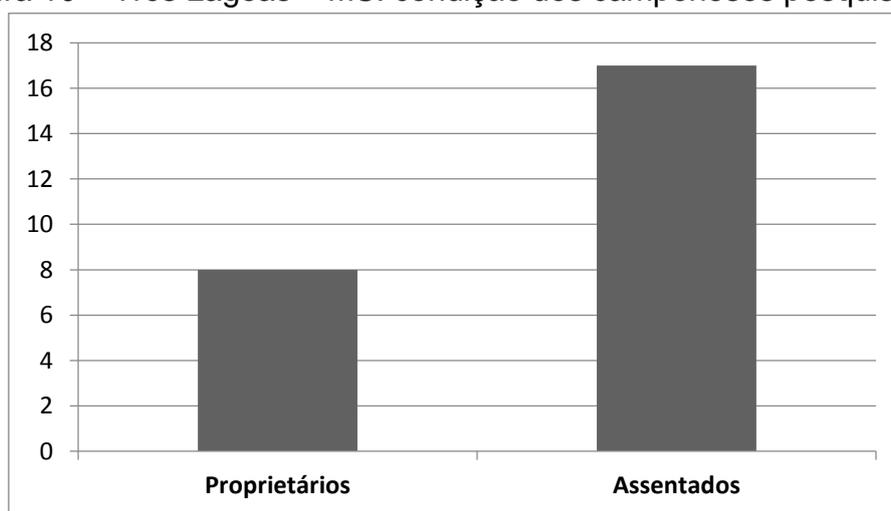
Figura 09 – Dracena – SP: condição dos camponeses pesquisados.



Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

Os camponeses pesquisados de Três Lagoas vivem realidade diferente dos camponeses analisados de Dracena. Isso porque enquanto em Dracena a maioria é proprietário, em Três Lagoas, apenas 8 são proprietários. O restante dos camponeses desenvolvem suas atividades em assentamentos da Reforma Agrária (Figura 10).

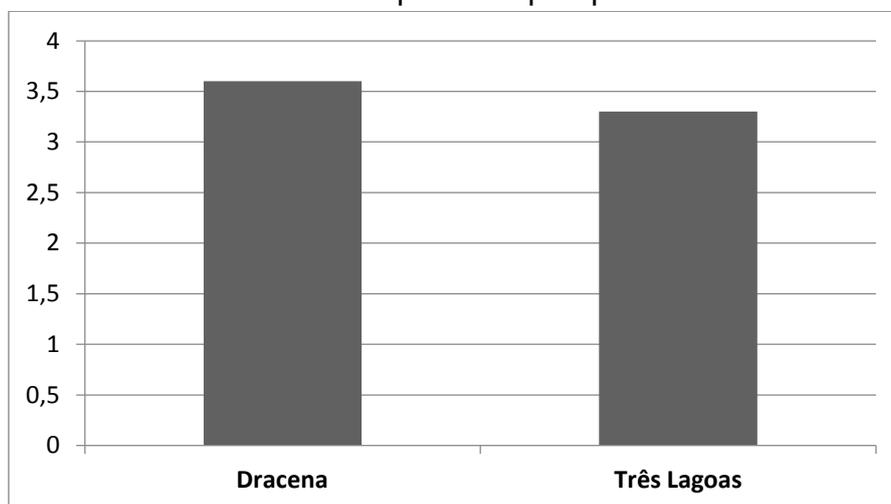
Figura 10 – Três Lagoas – MS: condição dos camponeses pesquisados.



Fonte: Trabalho de campo, abr./2015.

Nas 25 unidades camponesas pesquisadas de Dracena moram 89 pessoas, revelando média de 3,6 moradores por unidade. Em Três Lagoas, 82 pessoas vivem nas 25 unidades pesquisadas, evidenciando média de 3,3 moradores por unidade camponesa (Figura 11).

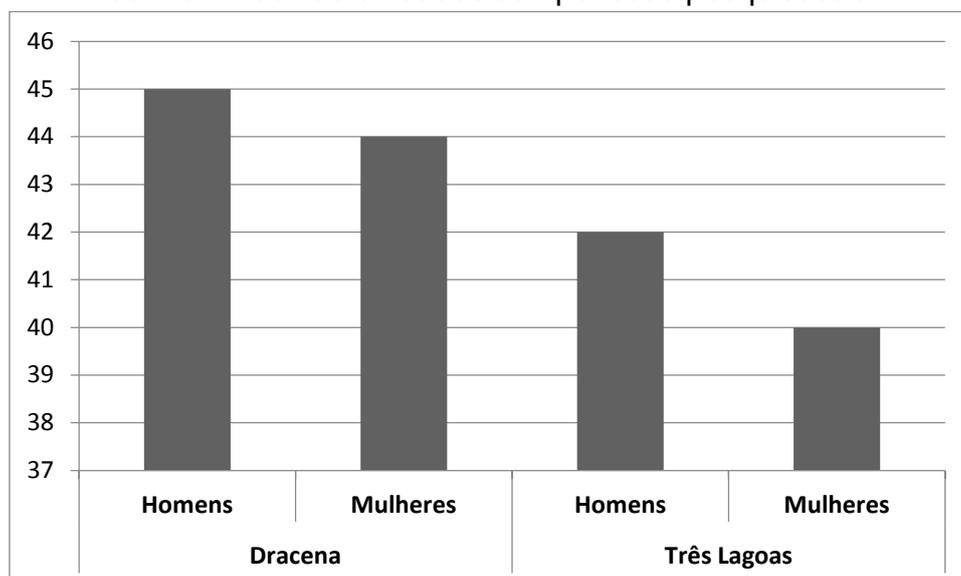
Figura 11 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: quantidade de moradores nas unidades camponesas pesquisadas.



Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

Do total de 89 moradores das unidades camponesas pesquisadas em Dracena, 45 são homens e 44 são mulheres. Em Três Lagoas, do total de 82 pessoas, 42 são homens e 40 são mulheres (Figura 12). Assim como verificado em Dracena, em Três Lagoas, o número de homens também foi ligeiramente superior que o número de mulheres, contudo, evidencia certo equilíbrio entre gêneros nas unidades camponesas analisadas.

Figura 12 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: quantidade de homens e de mulheres nas unidades camponesas pesquisadas.



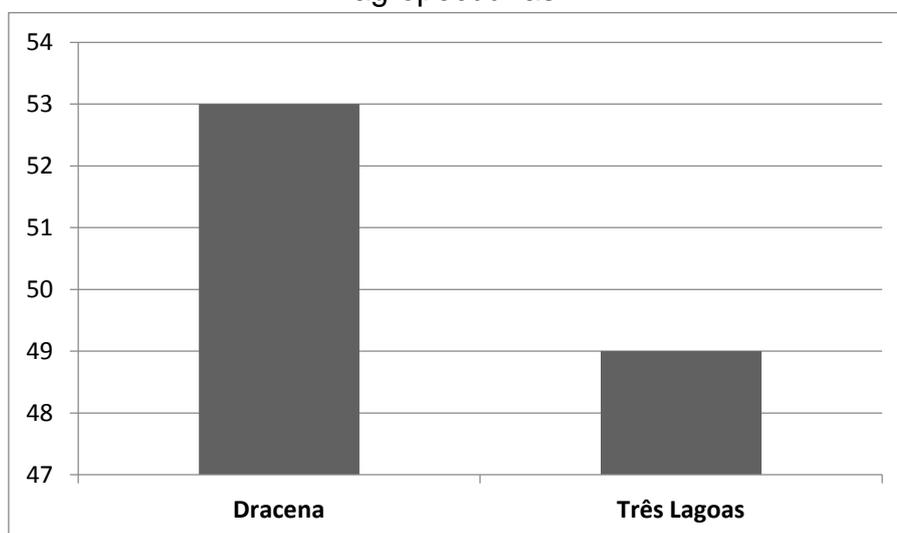
Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

A idade média dos moradores das unidades camponesas analisadas de Dracena, dedicados ao trabalho agropecuário, ficou em 53 anos. A idade média foi reduzida em virtude dos camponeses do Assentamento Nova Canaã, pois eles apresentaram idade média de 37,3 anos, enquanto a idade média dos camponeses dos bairros tradicionais ficou em 60,1 anos. Tal situação evidencia que a dificuldade de sucessão ocorre, principalmente, entre os camponeses dos bairros tradicionais. No Assentamento Nova Canaã, foi notória a maior participação dos jovens nas atividades agropecuárias. Além disso, o número de pessoas que se dedicam ao trabalho agropecuário também foi maior no assentamento.

Em Três Lagoas, a idade média dos habitantes das unidades produtivas pesquisadas, que se dedicam ao trabalho agropecuário, foi de 49 anos. A idade

média dos trabalhadores agropecuários das unidades camponesas pesquisadas de Três Lagoas encontra-se mais reduzida que a idade média dos habitantes das unidades pesquisadas de Dracena. Assim como verificado em Dracena, a idade média dos que se dedicam ao trabalho agropecuário nos assentamentos foi menor que a verificada nos estabelecimentos camponeses tradicionais e o número de pessoas que se dedicam ao trabalho agropecuário também foi maior nos assentamentos (Figura 13).

Figura 13 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: idade média dos moradores das unidades camponesas de produção que se dedicam às atividades agropecuárias.



Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

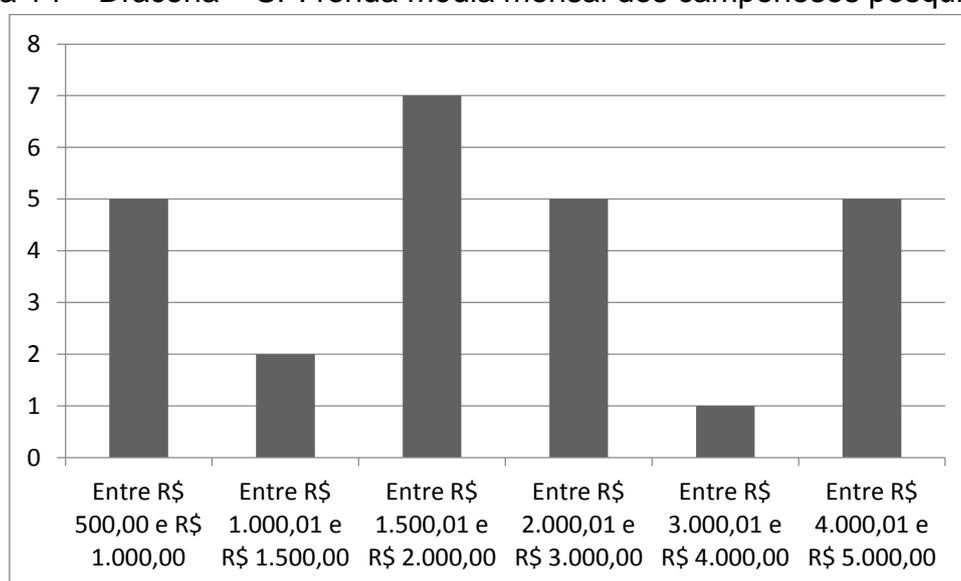
No que se refere à produção, tanto em Dracena como em Três Lagoas, se destacaram o setor hortifrutigranjeiro e a pecuária leiteira, seguindo as informações obtidas nas entrevistas realizadas com representantes do setor agropecuário dos municípios analisados. Mesmo após a crise do café da década de 1980, averiguamos que alguns camponeses de Dracena ainda possuem plantações de café, tendo em vista que dos 25 camponeses pesquisados, 8 ainda cultivam o café.

Em Três Lagoas, notamos, a partir das entrevistas com representantes municipais do setor agropecuário, que a produção da apicultura está crescendo entre os camponeses. Essa informação também foi confirmada em conversa com o Sr. C. R. K., presidente da Cooperativa Regional de Apicultura de Mel

de Mato Grosso do Sul (COOPERAMS). Segundo o presidente da COOPERAMS, a maior parte dos cooperados são camponeses.

No que diz respeito à renda média familiar dos camponeses de Dracena, cinco camponeses afirmaram que possuem renda de até R\$ 1.000,00, dois camponeses responderam entre R\$ 1.000,01 e R\$ 1.500,00 reais, 7 afirmaram entre R\$ 1.500,01 e R\$ 2.000,00, cinco camponeses afirmaram entre R\$ 2.000,01 e R\$ 3.000,00, um camponês afirmou ter renda entre R\$ 3.000,01 e R\$ 4.000,00 e cinco camponeses disseram ter renda entre R\$ 4.000,01 e R\$ 5.000,00¹⁷ (Figura 14).

Figura 14 – Dracena – SP: renda média mensal dos camponeses pesquisados.

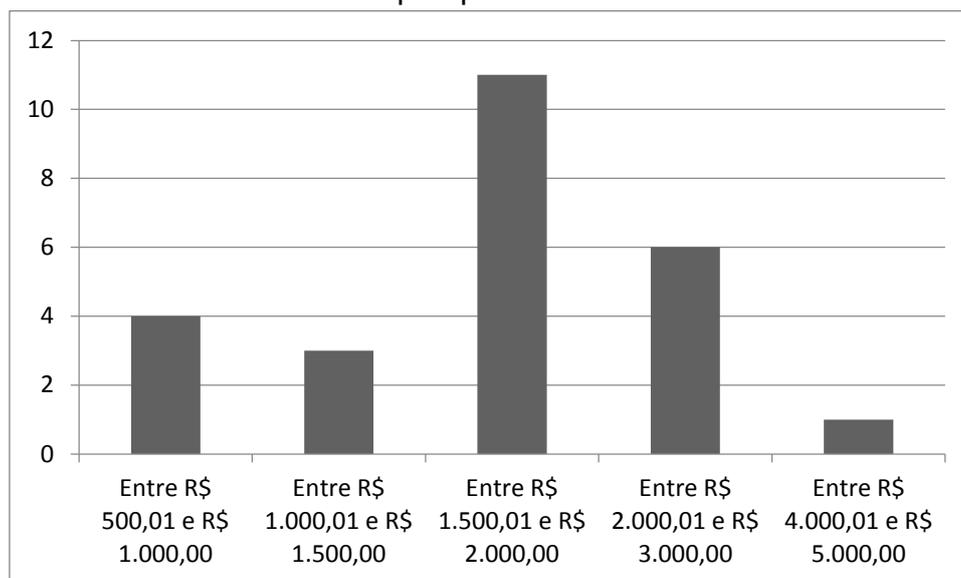


Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

Em Três Lagoas, quatro camponeses afirmaram possuir renda entre R\$ 500,01 e R\$ 1.000,00; três relataram que suas rendas mensais variam entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00; 11 entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.000,00; 6 afirmaram entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00; e, um camponês informou possuir renda entre R\$ 4.000,01 e R\$ 5.000,00 (Figura 15).

¹⁷ Cotação do Dólar em 15/04/2015: R\$ 3,0343.

Figura 15 – Três Lagoas – MS: renda média mensal dos camponeses pesquisados.



Fonte: Trabalho de campo, abr./2015.

Como verificado, em Três Lagoas, apenas um camponês pesquisado afirmou possuir renda acima de R\$ 3.000,01. Já em Dracena, a situação é diferente, tendo em vista que 6 camponeses pesquisados afirmaram possuir renda média mensal familiar acima dos R\$ 3.000,01. Essa situação evidencia, pelos dados, a desigualdade existente entre a renda familiar¹⁸ dos camponeses de Dracena e Três Lagoas.

Um dos motivos que pode explicar essa situação é o tempo na propriedade, pois enquanto os camponeses de Dracena estão, em média, há 19,2 anos¹⁹ na unidade produtiva, em Três Lagoas, os camponeses estão, em média, há 11,6 anos. Outro motivo, também relacionado ao tempo na terra, pode ser o fato da maior parte dos camponeses pesquisados de Dracena serem tradicionais, enquanto, em Três Lagoas, a maior parte dos camponeses analisados são de assentamentos da Reforma Agrária.

As famílias do Assentamento 20 de Março (Três Lagoas), por exemplo, estão assentadas há cerca de 6 anos, mas somente no início do ano de 2015, a rede de energia elétrica começou a ser instalada. Segundo os camponeses

¹⁸ Entendemos que o campesinato não possui o lucro como objetivo principal, todavia, acreditamos que quanto maior a renda familiar, menor é a possibilidade de expropriação camponesa.

¹⁹ A média de Dracena foi reduzida em virtude dos camponeses do Assentamento Nova Canaã, pois estão assentados há apenas dois anos.

analisados, esse foi um dos principais fatores que limitava o desenvolvimento das atividades no assentamento. Na sequência desta pesquisa, observaremos que esse é um problema que atualmente atrapalha as atividades dos moradores do Assentamento Nova Canaã, de Dracena, pois eles estão assentados há dois anos e ainda não possuem água encanada, energia elétrica e moradia.

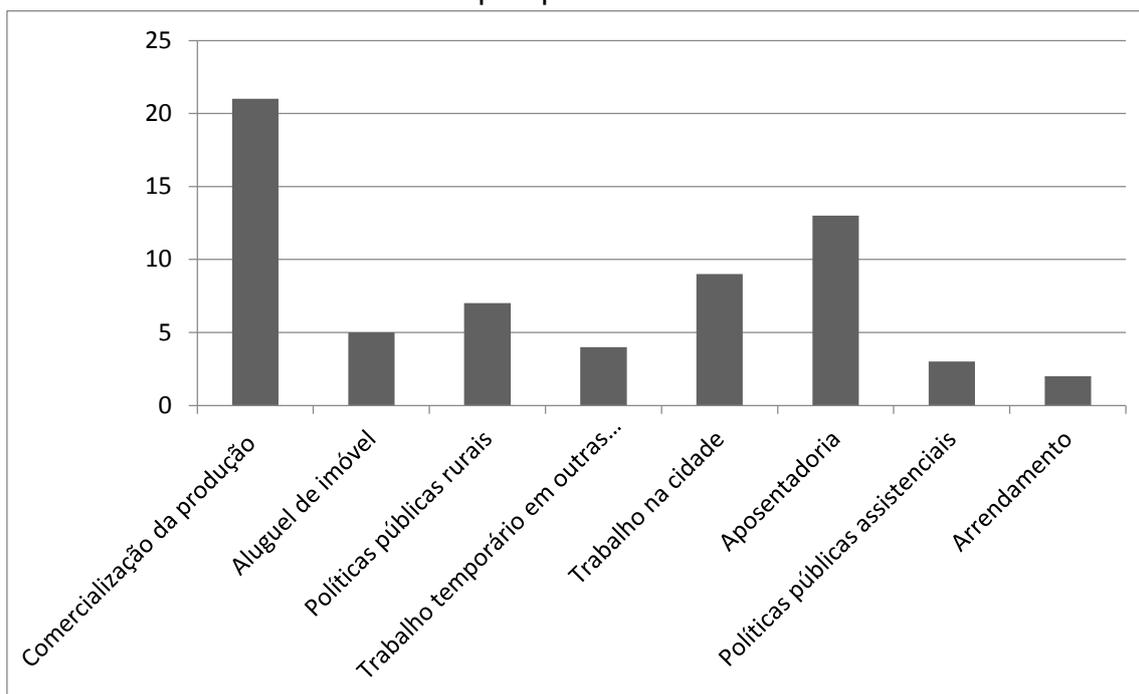
Apesar dos camponeses tradicionais possuírem renda média mensal superior aos camponeses assentados, notamos que o número médio de pessoas nos assentamentos é maior que nas propriedades camponesas tradicionais. Além disso, a idade média dos que se dedicam ao trabalho agropecuário é menor nos assentamentos. Acreditamos que tais características reflitam nas perspectivas futuras, pois enquanto os assentados mostraram-se otimistas, os camponeses tradicionais aparentaram certo desânimo.

Observamos que a diferença na renda média mensal também ocorre entre as famílias dos assentamentos mais antigos e dos mais recentes, pois enquanto as famílias do Assentamento Pontal do Faia (Três Lagoas) – o mais antigo entre os assentamentos pesquisados – apresentaram a maior renda média mensal, as famílias do Assentamento Nova Canaã (Dracena) – o mais recente entre os analisados – apresentaram a menor renda média mensal.

A respeito das fontes de renda utilizadas pelos membros da família para obter renda (Figura 16), a comercialização da produção foi citada por 21 camponeses pesquisados²⁰. A aposentadoria aparece na sequência, sendo citada por 13 camponeses. O trabalho na cidade foi citado por 9 camponeses. A participação em políticas públicas rurais incrementa a renda de 7 pesquisados. O aluguel de imóveis foi citado por cinco camponeses. O trabalho temporário em outras propriedades rurais foi citado por quatro pesquisados. A participação em políticas públicas assistenciais foi citada por três entrevistados. Por fim, dois camponeses pesquisados afirmaram que o arrendamento de parte da propriedade também é fonte de renda para eles.

²⁰ Os camponeses de Dracena e de Três Lagoas que não comercializam parte da produção afirmaram que os produtos são consumidos apenas pela família. O excedente é doado para os vizinhos e/ou familiares que vivem na cidade.

Figura 16 – Dracena – SP: principais fontes de renda dos camponeses pesquisados.

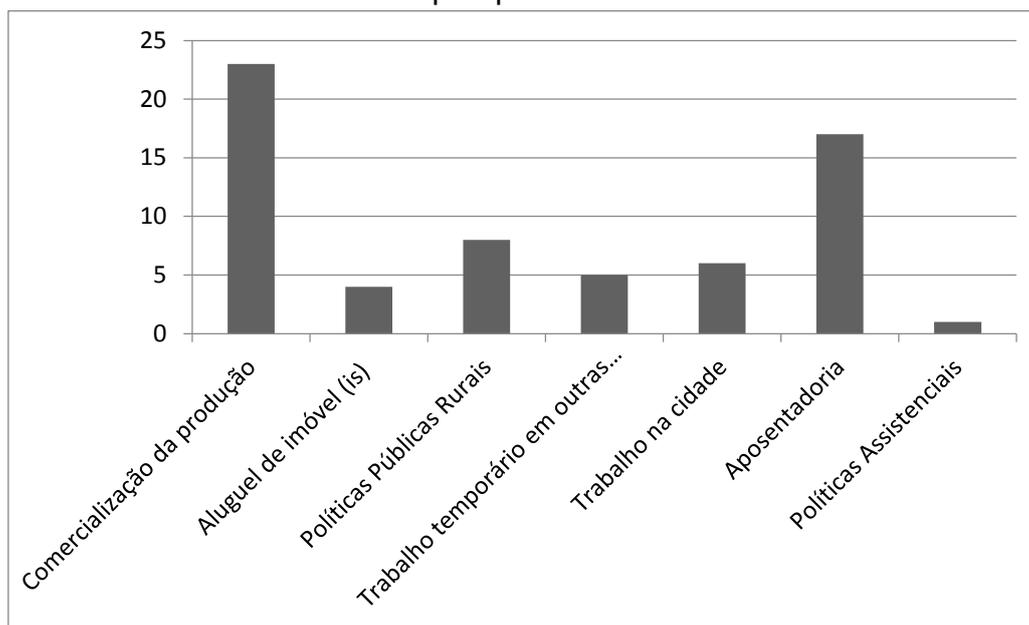


Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

Entre os camponeses que afirmaram possuir renda oriunda da aposentadoria, do trabalho na cidade e do aluguel de imóveis, 9 relataram que essas fontes de renda contribuem para o desenvolvimento das atividades agropecuárias da unidade produtiva camponesa. Essas fontes de renda não agrícolas, muitas vezes, contribuem para a aquisição de adubos e fertilizantes, para o pagamento da prestação de serviços e de melhoria da infraestrutura, entre outras necessidades.

Em Três Lagoas, 23 camponeses pesquisados afirmaram que a comercialização da produção é uma das formas para a obtenção de renda. A aposentadoria também se mostrou de extrema importância, tendo em vista que 17 pesquisados informaram que ela faz parte da renda familiar. As políticas públicas rurais também se apresentaram de forma significativa, pois 8 camponeses pesquisados informaram que estão inseridos em alguma política. O trabalho na cidade foi citado por 6 camponeses e o trabalho temporário foi citado em cinco oportunidades. O aluguel de imóveis foi citado por quatro pesquisados, enquanto a participação em políticas públicas assistenciais foi citada por apenas um camponês (Figura 17).

Figura 17 – Três Lagoas – SP: principais fontes de renda dos camponeses pesquisados.



Fonte: Trabalho de campo, abr./2015.

A combinação de diferentes fontes de renda dos camponeses de Dracena e Três Lagoas é um reflexo da dinâmica atual do campo brasileiro. Essa combinação faz parte das estratégias camponesas para permanecer na terra, resistindo às adversidades impostas pelo capital. Em Três Lagoas, por exemplo, 17 camponeses pesquisados relataram que parte da renda obtida com aposentadoria, trabalho na cidade e aluguel de imóveis é utilizada para o desenvolvimento das atividades da unidade de produção camponesa.

Dos 25 camponeses pesquisados de Dracena, 10 (40%) participam de alguma associação e/ou cooperativa, sendo 8 integrantes da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), um integrante da APRD e da Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina (CAMDA) e um que participa apenas da CAMDA. Nenhum dos moradores do Assentamento Nova Canaã participa de alguma associação e/ou cooperativa, pois a associação dos camponeses do assentamento ainda está em fase de criação. Esse é um dos fatores que inviabilizou, até o presente momento, a participação dos assentados em políticas públicas rurais, como o PAA e o PNAE. A inserção dos assentados em políticas públicas, aliás, é um dos principais motivos da criação da associação. Ao longo da aplicação dos questionários, todos os assentados relataram que ainda não estão inseridos em políticas públicas, mas que estão

viabilizando a criação da associação do assentamento com o intuito de participar das políticas.

As famílias do Nova Canaã estão há apenas dois anos assentadas. Tal situação gera inúmeras dificuldades para o desenvolvimento das atividades dos assentados no lote. No dia da realização do trabalho de campo, por exemplo, os assentados reuniram-se, com representantes do INCRA, para assinar o primeiro contrato de crédito (Figura 18).

Figura 18 – Dracena – SP: reunião para assinatura do primeiro contrato de crédito das famílias do Assentamento Nova Canaã.



Autor: PARRA, 2015.

Em Três Lagoas, dos 25 camponeses pesquisados, 20 (80%) participam de associações ou cooperativas, sendo que 7 participam da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento 20 de Março, 7 integram a Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Assentamento Pontal do Faia e 6 são membros do Centro Rural de Arapuá. A participação maciça dos camponeses pesquisados de Três Lagoas se deve ao fato das exigências para a participação em políticas públicas, como o PAA e o PNAE, bem como em programas, como o Mesa Brasil, do Serviço Social do Comércio (SESC), e

os desenvolvidos pela Fibria e pela Eldorado Brasil, que fazem parte dos projetos sociais desenvolvidos por essas empresas.

O Centro Rural de Arapuá, por exemplo, conseguiu verba para construção de um laticínio, por meio do programa Rede de Desenvolvimento Sustentável (ReDes), do Instituto Votorantim, da Fibria e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No entanto, uma das exigências era a criação de uma cooperativa independente do Centro Rural de Arapuá. Além da cooperativa de leite, também foi criada a Cooperativa Regional de Apicultura de Mel de Mato Grosso do Sul (COOPERAMS), que também recebeu apoio financeiro das mesmas instituições para a construção do entreposto da Associação Treslagoense de Apicultores (ATLA) (Figura 19), denominado “Casa do Mel”, localizado no Distrito de Arapuá.

Figura 19 – Três Lagoas – MS: entreposto da ATLA no Distrito de Arapuá.



Fonte: COOPERAMS, 2014.

Outro caso semelhante ocorreu no Assentamento Pontal do Faia, que já tinha uma associação, mas teve que criar outra para os assentados interessados em participar do programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), incentivado, no assentamento, pela Eldorado Brasil, SEBRAE e Fundação Banco do Brasil.

Figura 20 – Três Lagoas – MS: horta do programa PAIS no Assentamento Pontal do Faia.



Autor: CARVALHO, 2015.

A atuação constante de empresas, como a Fibria e a Eldorado Brasil, por meio de projetos, muitas vezes, supre a ausência do poder público entre os camponeses. Assim, muitos pesquisados, mesmo cientes dos prejuízos socioambientais gerados por essas empresas, as defendem. O apoio prestado pelas empresas “conquistam” os camponeses, já que este apoio, por parte do poder público, é deficitário. Fonseca (2014), em sua pesquisa no Assentamento São Joaquim, de Selvíria, também notou essa relação.

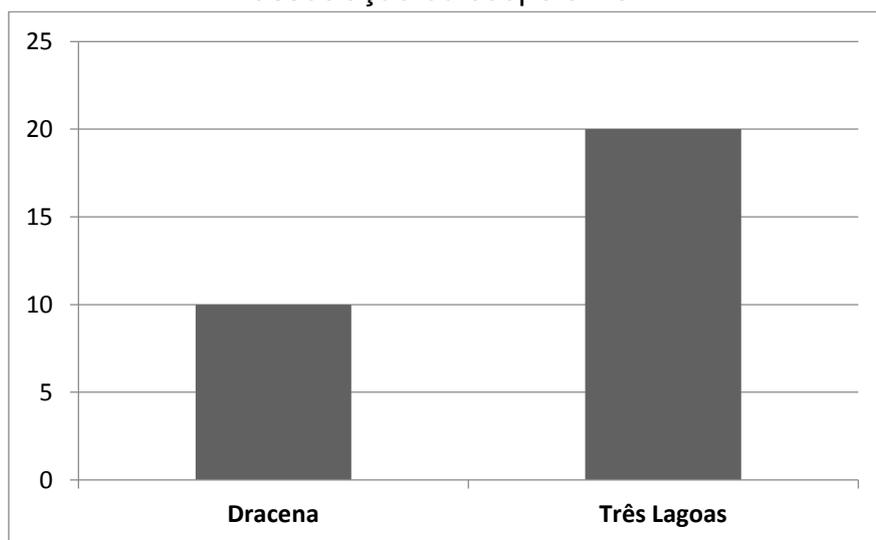
Paradoxalmente, a relação com o monocultivo de eucalipto se mostra contraditória, pois mesmo sendo as próprias empresas de celulose e papel as responsáveis por muitas das dificuldades de produção no assentamento, por outro lado, os assentados entendem como benéfico o trabalho nas plantações de eucalipto e os projetos que as empresas de celulose e papel desenvolvem no assentamento. Os projetos das empresas são para o plantio de lavouras, de hortas, a produção de mel, além de reformas e doações de equipamentos, a construção da escola no assentamento, etc. Os assentados criam uma relação de dependência com as empresas de celulose e papel, visto que impactam diretamente o assentamento, também levam benefícios. Diante disso, os assentados se sentem inseguros e ameaçados na condição de críticos de uma empresa que pode beneficiá-los com o

trabalho, ou com um projeto que os ajudem a gerar renda, caso haja uma situação de dificuldade para a família. Foi o que questionou um assentado durante a entrevista: “como vamos cuspir no prato em que comemos?” (FONSECA, 2014, p. 136).

Neste contexto, alguns camponeses entrevistados defenderam veementemente as agroindústrias produtoras de celulose e papel, entretanto, a camponesa treslagoense N. C. M. M. afirmou:

A Fibria tem uns projetos aqui. Ela faz um trabalho social aqui. Diz que é *pra* ajuda a gente, mas não é isso. Eu sei que é pra “*tapa buraco*”, mas eu não me calo. Eu sei que ela ajuda nos projetos que tem aqui no assentamento, mas eu não tenho medo não. Eu falo mesmo! Eles vêm aqui, fala que *tão ajudano*, mas não é bem assim. Eu sei que a Fibria tem que ter essa parte. Ela não faz isso porque é “boazinha”. Ela faz porque tem que fazer (N. C. M. M., 09/04/2015).

Figura 21 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: camponeses membros de associação ou cooperativa.



Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

No que diz respeito à participação em políticas públicas, 7 (28%) camponeses pesquisados de Dracena afirmaram que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nenhum dos pesquisados informou que participa do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), o que vai ao encontro dos depoimentos das presidentes da APRD e da J. Marques sobre a dificuldade encontrada pelos camponeses para participar desta política em decorrência

dos trâmites burocráticos. A respeito das políticas públicas rurais, o camponês dracense V.C. M. afirmou:

É importante *pra* gente. Sem elas ficaria mais difícil. É uma garantia boa, porque a gente produz e já tem certeza que aquilo será comprado. Já tem onde entregar. Aí ajuda bem, porque é uma fonte de renda certa. Tem muito atravessador que atrapalha. Eles *paga* o preço que eles *quer*. Aí entregar lá é melhor, porque o preço não é tão ruim, é melhor que o preço que os atravessadores *paga* (V. C. M., 19/03/2015).

Em Três Lagoas, 8 (32%) camponeses afirmaram que participam de políticas públicas, como o PAA e o PNAE. Além dessas políticas, quatro camponeses afirmaram que participam do Programa Mesa Brasil do Serviço Social do Comércio (SESC). No que se refere à importância das políticas públicas rurais, o camponês treslagoense J. P. afirmou:

É a melhor coisa que aconteceu até agora, porque a gente não perde mais nada. Antes a gente produzia e às vezes perdia porque não conseguia vender. Era um problema. Agora a gente tem onde entregar, já está tudo certo. Isso ajuda muito *pra* gente continuar trabalhando aqui (J. P., 10/04/2015).

A respeito da importância do PAA para o desenvolvimento das atividades agropecuárias praticadas em pequena escala, Veloso (2011) aponta:

Instituído como programa social, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se firmado como importante instrumento de apoio à comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares no país. Esse programa tem gerado renda, incentivado e apoiado os agricultores a produzirem gêneros alimentícios de acordo com os hábitos alimentares locais e regionais, por meio do estabelecimento de preços superiores ao praticados no mercado e estimulado as formas coletivas de organização (VELOSO, 2011, p. 47).

Nem todos os camponeses pesquisados de Dracena conseguem identificar a influência negativa da expansão dos canaviais em suas atividades desenvolvidas, pelo contrário, 9 (36%) camponeses afirmaram não considerar a expansão da cana-de-açúcar como obstáculo. Enquanto isso, 16 (64%) camponeses pesquisados identificaram que, após a expansão da lavoura canavieira, aumentaram as dificuldades para continuar produzindo no campo e os problemas relacionados ao meio ambiente.

Os camponeses pesquisados afetados pela expansão da cana-de-açúcar no município alegaram diversos motivos, tais como: destruição de lavouras em decorrência dos agrotóxicos pulverizados nos canaviais; deterioração de estradas rurais, em virtude da circulação de caminhões que transportam cana-de-açúcar; diminuição do número de trabalhadores rurais; desequilíbrio biológico; e, aumento do número de pragas e doenças.

A destruição de lavouras em virtude de agrotóxicos ocorreu com alguns dos pesquisados e, segundo relatos, proporcionou prejuízos financeiros. Mesmo os que não tiveram suas lavouras afetadas afirmaram que já ouviram relatos de camponeses vizinhos de canaviais que tiveram suas lavouras danificadas pelos agrotóxicos. Os depoimentos abaixo contemplam inúmeros problemas gerados pela expansão dos canaviais em Dracena, na visão dos camponeses:

Os *pé* de manga e de laranja *tão* sendo prejudicados. A laranja não *tá* segurando no pé. Quando ela cresce um pouco ela cai. O pé não *tá* tendo força para segurar a laranja. O chão *tá* forrado de laranja. Eu nunca vi isso. Pelo que os outros falam, é por causa do veneno da cana (P. E. B., 19/03/2015).

A cana atrapalha muito. Os *lago* e os “*córgo*” aqui perto não têm mais *peixe*. Eu acho que é por causa do veneno usado na cana. O pessoal tudo também acha. Só não temos como provar. A gente não tem estudo. Não dá pra provar, mas a gente percebe que isso tem a ver sim (L. A. S., 19/03/2015).

Tem o problema *cos* venenos da cana, porque os *pé* de manga *começo* a *morre*. É só olhar aqui. Olha os *pé* de manga. *Tão* tudo seco. Não dá mais manga. Diz que é por causa do veneno da cana, tem gente que diz que é por causa disso, eu não posso afirmar, não tenho como provar (J. F., 26/03/2015).

Eu acho que a cana *tá* *atrapaiano* as *otra* lavoura, porque todo mundo só *tá* *plantano* cana. Aí também tem o veneno que acaba *cas* lavoura. Isso é muito ruim pra quem tem lavoura perto da cana. Eu não tenho, mas já ouvi muita gente *reclamano* que perdeu a lavoura (J. A. R., 26/03/2015).

Pra mim atrapalha muito. A gente *tá* cercado pela cana. Acaba com as estradas. Também tem o veneno que é o maior problema *pra* mim. *Tá* *atrapalhan*o a minha produção. Porque eu *tô* trabalhando com bicho-da-seda. Eu alimento eles com amora e o veneno que os aviões *joga tão* chegando *nas* amora. Elas *tão* *ficano* *envenenada*. Aí eu alimento os bichos com elas e os bichos *tão* *morreno*. Já fui reclamar com o pessoal da

usina, mas não acontece nada. Continua a mesma coisa. Eles *fala* que não tem nada a ver, mas é claro que tem (S. C. F., 02/04/2015).

A cana atrapalha sim! Tudo que a gente planta morre por causa dos *veneno*. Nada dá certo. A gente *tá* cercado pela cana aqui no assentamento, sempre tem avião *jogano* veneno. O veneno vem pelo ar. [...] As estradas também sempre *tá ruim*. Isso atrapalha bastante, porque a gente *tá* no meio dos canaviais e depende dessas estradas (T. M. A., 02/04/2015).

A deterioração das estradas rurais em função do tráfego de caminhões que fazem o transporte da produção canavieira também foi um ponto em comum entre os produtores prejudicados pela expansão da cana-de-açúcar em Dracena. De acordo com esses camponeses pesquisados, as reformas das estradas são rapidamente superadas, principalmente no período de colheita.

Alguns pesquisados também relataram que, a partir da expansão da cana-de-açúcar, o número de trabalhadores rurais disponíveis diminuiu. Além da escassez de trabalhadores rurais, existe outro problema: o valor elevado da mão de obra dos que estão disponíveis. Segundo os camponeses, o custo elevado da mão de obra inviabiliza a contratação de trabalhadores na época da colheita, período em que boa parte das unidades produtivas camponesas precisa aumentar o número de trabalhadores para suprir as necessidades.

A cana hoje dificulta, porque entrou muito maquinário, aí diminuiu a mão de obra. Eu mesmo já *trabaiei* no corte de cana. Era ruim *trabaia* lá, mas era o que tinha na época, era onde eu tirava o sustento da minha família. O pessoal *trabaia* na usina, não quer mais trabalhar por dia. A gente não consegue *paga* o que eles *pede*. É caro *pra* gente. Não tem gente *pra trabalha*, mas quando tem, é caro. Tem menos gente *pra trabalha* na roça hoje (J. A. R., 26/03/2015).

Mesmo sem o amparo de estudos científicos, alguns camponeses apontaram um possível desequilíbrio ecológico em Dracena devido à expansão dos canaviais. Amparados nos conhecimentos próprios adquiridos ao longo de muitos anos no campo, alguns camponeses também apontaram que, após a expansão da cana-de-açúcar, houve aumento do número e da variedade de pragas e doenças. A respeito do aumento de pragas, o camponês P. E. B. relatou:

Aumento as pragas. Antes não tinha tantas. Depois que *começo* a cana, de uns 10 anos *pra cá*, começou a ter praga que não tinha antes. Todo mundo fala que é por causa da cana. *Pra* mim teve um desequilíbrio na natureza. Você vê animais que não tinha aqui antes. Eles *tão* sem alimento no lugar deles, porque tudo virou cana. Aí eles têm que ficar vindo perto na cidade. Até na cidade dá pra ver um monte de bicho (P. E. B., 19/03/2015).

Cientes dos problemas gerados pela expansão da cana-de-açúcar, os camponeses que a consideram como obstáculo são contra a referida monocultura, evidenciando a resistência camponesa em relação à territorialização do capital no campo, conforme relato do Sr. J. A.:

A cana acaba com tudo, destrói tudo. *Pra* mim ela acaba com a terra, deixa a terra pobre. Eu não tenho muita terra, mas se eu tivesse, não arrendaria *pra* cana de jeito nenhum. Eu prefiro não ganhar dinheiro do que ganhar dinheiro com cana. Cana é uma coisa que você nunca vai ver aqui (J. A., 19/03/2015).

Em Três Lagoas, a situação foi similar à verificada em Dracena, tendo em conta que dos 25 camponeses pesquisados, 17 (68%) entendem que a expansão dos eucaliptais se configura como obstáculo para o desenvolvimento das atividades camponesas.

Os camponeses pesquisados que acreditam que a expansão do monocultivo tem dificultado o desenvolvimento de suas atividades no campo relataram alguns motivos comuns aos citados pelos camponeses pesquisados de Dracena, como é o caso da destruição de lavouras em decorrência dos agrotóxicos pulverizados nos eucaliptais, da diminuição do número de trabalhadores rurais, do desequilíbrio biológico e do aumento da quantidade e variedade de pragas e doenças. Além destes fatores, em Três Lagoas, os camponeses também citaram o receio em relação à grande quantidade de água consumida durante o processo de crescimento do eucalipto. Os moradores do Assentamento Pontal do Faia também reclamaram do mau cheiro gerado pela agroindústria da Eldorado Brasil, distante cerca de um quilômetro da entrada do Assentamento. Segundo os moradores, o mau cheiro é constante e incomoda muito. Nos relatos camponeses abaixo estão os diversos impactos causados pela expansão do monocultivo de eucalipto:

Onde tem eucalipto, seca. Ele suga muita água. Também tem o veneno. *Pra* mim é o maior medo. O veneno é jogado no ar e pode ir *pras* *plantação* que *tão* perto. Eu também acho que mudou o ecossistema. *As ema* e *os tucano* *tão* vindo come aqui. Eu não ligo, não. Eu gosto deles aqui, mas dá dó. Eles têm que *vim* aqui, porque eles não têm mais onde *come* por aí. Virou tudo eucalipto. *Nos eucalipto* não tem alimentos *pra* eles (N. C. M. M., 09/04/2015).

Eu acho que *tá* atrapalhando sim! Vejo pela falta de água. Todo mundo fala que o eucalipto usa muita água. Aí se você planta muito eucalipto é lógico que a água vai *diminui*. Um monte de rio pequeno e açude que tem aqui perto *tá ficano* sem água. Eu acho que tem a *vê*, porque antes desse monte de eucalipto, *eles sempre tinha* água (P. R. F., 09/04/2015).

Antes do eucalipto tinha mão de obra, agora não tem mais. De vez em quando a gente precisa, mas está difícil de *acha* e quando *acha* é muito caro. A gente não tem condição de *paga*. A gente ganha pouco, se tirar pra pagar alguém, a gente vai *acaba perdeno*. Vai *trabalha pra* não ganha nada (E. S. F., 09/04/2015).

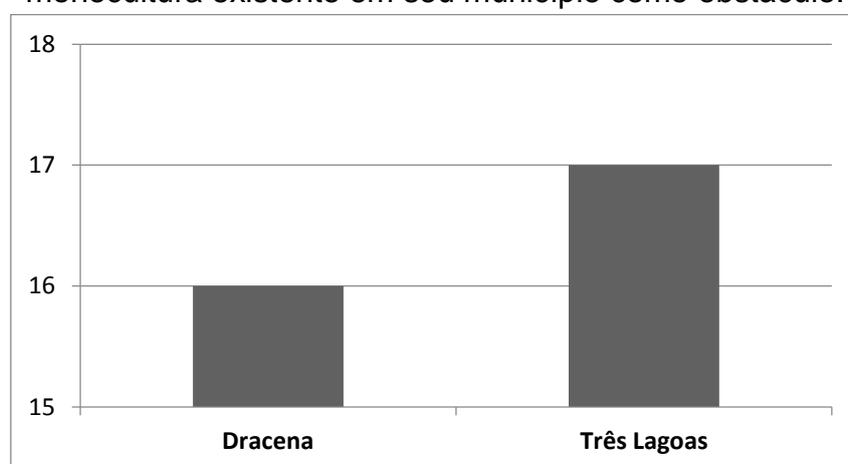
O eucalipto atrapalha muito! Ele puxa muita água. Só *tão plantano* eucalipto. O resto *tá* tudo *diminuino*. O gado, *as otra roça*, *tão* tudo acabando. Você só *vê* eucalipto aqui. Mas, e depois? O povo vai comer o que? O eucalipto não *dá pra come* (risos) (D. S. S., 09/04/2015).

As coisa tão ficano mais difícil depois do eucalipto. Antes era outra coisa. Era melhor. Até *as fazenda* de gado era melhor, porque lá *morava* mais gente. Antes tinha gente *nas fazenda*. Agora é só eucalipto. Eu vi um monte de sede ser derrubada. *Eles passava* a máquina e derrubava tudo. Era cada casão bonito. Dava até dó. Eles tiraram tudo *as benfeitoria* da fazenda. Não sei se isso compensa. E depois pra fazer isso tudo de novo? [...] Aí tem um monte de gente que perdeu emprego e teve que ir *pra* cidade. Diminuiu muita gente na zona rural. [...] Também tem o problema da água. Os açude *tá secano*. *Dá pra* perceber isso. Tem *os veneno tamém*. Tem um monte de coisa ruim *pra* natureza. É o que eu acho (R. B., 09/04/2015).

No último relato, fica evidente que a expansão dos eucaliptais alterou a dinâmica do campo, em Três Lagoas. Essa alteração fica clara, principalmente no Distrito de Arapuá, comunidade rural tradicional de Três Lagoas. Além das reclamações mencionadas, os camponeses pesquisados relataram que, após a expansão do monocultivo de eucalipto, houve enfraquecimento da dinâmica do distrito, conforme pode ser notado no depoimento do camponês P. R. F.:

[...] também tem o problema aqui do Arapuá. Muita gente foi embora. Quando era a época *das fazenda* de gado, era diferente. Tinha mais gente aqui. Você *ia lá no* patrimônio, no final de semana, e estava lotado. Sempre *tava* cheio. Hoje *tá* fechando tudo lá. Tinha dois mercado, duas padaria, um monte de coisa. Fechou tudo. O último mercadinho que tinha vai *para* esse mês. Agora só vai fica os *buteco*, porque os *donos* são *aposentado*, vive mais da aposentadoria, porque senão, eles *ia* embora também, porque não dá mais pra *vive* de comércio lá no patrimônio (P. R. F., 09/04/2015).

Figura 22 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: camponeses que consideram a monocultura existente em seu município como obstáculo.



Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

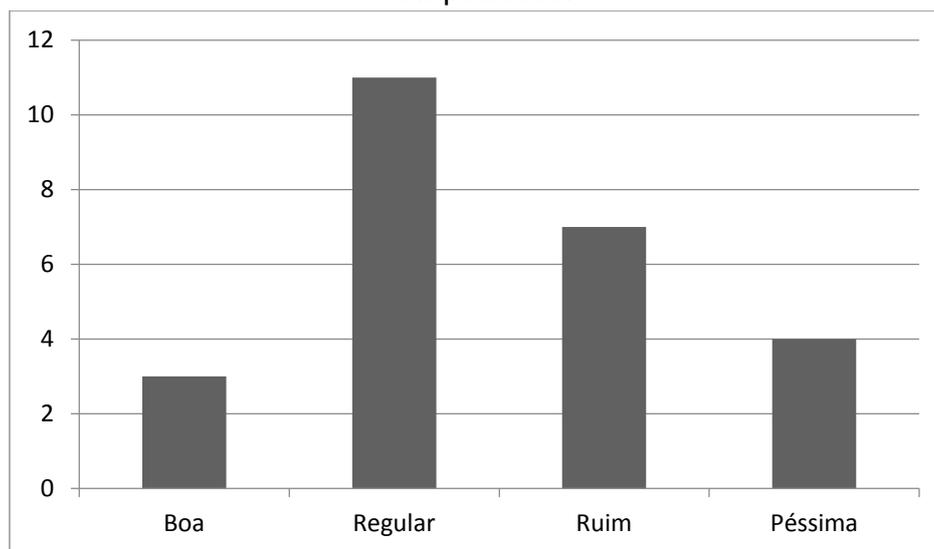
Os camponeses pesquisados de Dracena e Três Lagoas que relataram acreditar que a expansão da monocultura se configura como obstáculo para o desenvolvimento do campesinato parecem possuir visão política mais ampliada. De acordo com os questionários, esses camponeses são aqueles mais ativos nas atividades desenvolvidas pela associação ou cooperativa em que participam.

A maioria dos camponeses pesquisados (11) de Dracena avaliou como regular suas atuais condições socioeconômicas. Ainda houveram 7 pesquisados que avaliaram como ruim, quatro pesquisados que classificaram a situação econômica atual como péssima e três pesquisados consideraram como boa. Nenhum camponês pesquisado avaliou sua atual situação socioeconômica como ótima (Figura 23).

Eu acho que *tá* regular, mais ou menos, né?! Não posso falar que *tá* bom, porque não *tá*, mas também não *tá* ruim. A gente

tá conseguindo vive. A gente tem nossas coisa. Não passa fome. Se você for compara com uns anos atrás, uns 10, 15 anos atrás, as coisas era pior. Era mais difícil. De uns tempo pra cá tem mais ajuda do governo, eu acho. Tem os programa lá que a gente entrega, que é uma boa. Mas pode melhora. Eu acho que tem que melhora ainda mais. Tem que valoriza mais a gente (J. M. P., 13/03/2015).

Figura 23 – Dracena – SP: avaliação dos pesquisados sobre a situação dos camponeses.

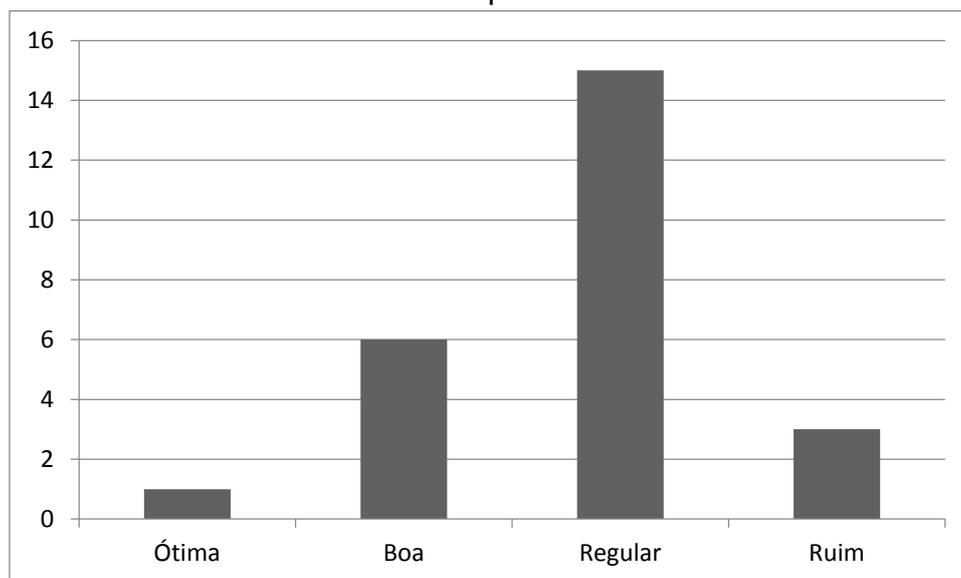


Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

Dos 25 camponeses pesquisados de Três Lagoas, um camponês avaliou como ótima a situação atual dos camponeses do município, 6 camponeses avaliaram como boa, 15 informaram que consideram a situação atual como regular e três camponeses consideram como ruim. Nenhum dos camponeses pesquisados classificou a situação atual como péssima (Figura 24). O único camponês pesquisado que classificou a situação atual como ótima, fez o seguinte relato:

Pra mim tá ótimo! Eu não posso reclama. Sempre trabalhei muito pra consegui minhas coisa. Hoje eu tenho minha terra, umas cabeça de gado, que não é muito, mas dá pro gasto. A gente vive bem. Eu não ganhei nada de ninguém. Fui atrás. Trabalhei. Às vezes, as pessoa fica esperando “cai do céu”. Se não for atrás, não tem jeito. Hoje tá faltando vontade em muita gente. Eu sempre falo isso pro pessoal (O. T. S., 09/04/2015).

Figura 24 – Três Lagoas – MS: avaliação dos pesquisados sobre a situação dos camponeses.



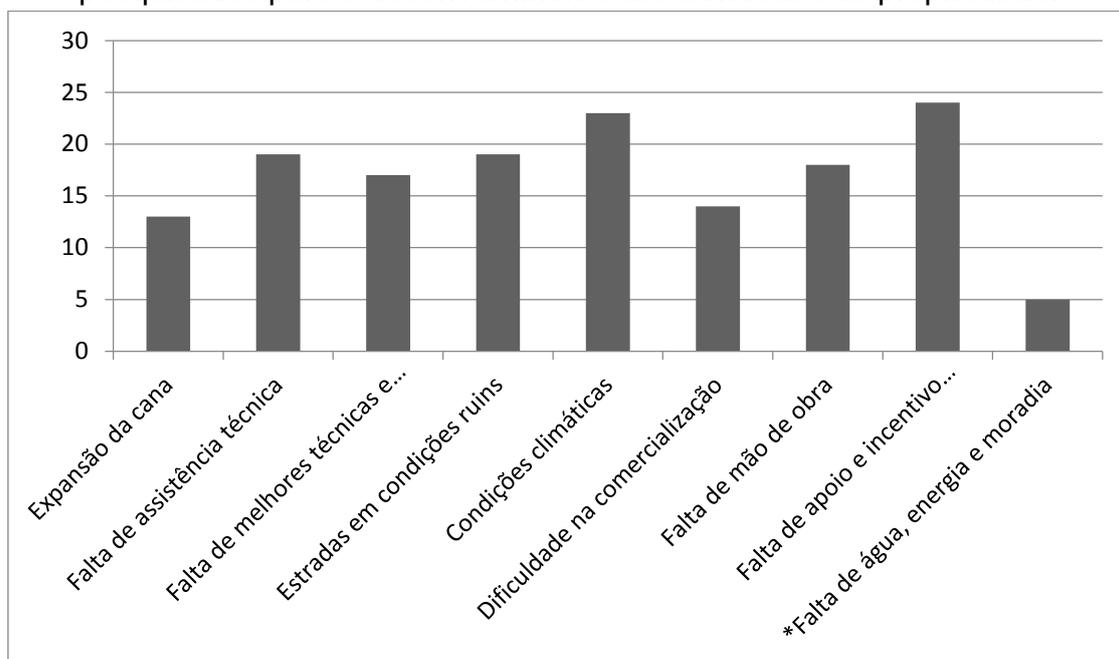
Fonte: Trabalho de campo, abr./2015.

A respeito das maiores dificuldades para o desenvolvimento de suas atividades produtivas no campo (Figura 25), os camponeses pesquisados de Dracena citaram que os maiores obstáculos são: falta de apoio e incentivo governamental (24), condições climáticas (23), estradas em condições ruins e falta de assistência técnica (19), falta de mão de obra (18), falta de melhores técnicas e equipamentos (17), dificuldade na comercialização (14) e expansão da cana-de-açúcar (13). A falta de água encanada, energia elétrica e moradia foram citadas pelos cinco camponeses pesquisados do Assentamento Nova Canaã. Ainda houve dificuldades citadas apenas uma vez, como: alto custo para produzir, demora para receber o pagamento das políticas públicas, burocracia das políticas públicas e idade avançada. O depoimento do camponês dracense C. M. S., por exemplo, elucida uma série de dificuldades que os camponeses enfrentam para o desenvolvimento de suas atividades em Dracena:

Eu acho que falta um monte de coisa que você *falo* aí. Falta apoio do governo, porque o governo só dá apoio *pros fazendeiro*. O governo só olha *pra* eles, mas eles já têm muito dinheiro. A gente que não tem dinheiro, também não tem apoio. Aí fica difícil *pra* gente. Hoje tá difícil *pra* quem *tá* querendo *produzi* e não tem dinheiro. Fica difícil. Na maioria *das vez* a gente toma prejuízo, mas mesmo assim a gente insiste. [...] Agrônomo, Veterinário, não passa aqui não. A gente não tem

nada disso. Nunca teve. Mas seria bom se tivesse uma ajuda. É sempre bom. [...] Agora *as venda tá* melhor, porque a gente entrega lá na Fapidra²¹, mas antes era mais difícil. O valor que eles *paga* é pouco, tem uma cota, poderia ser melhor, mas a gente não pode reclamar, porque já foi pior sem isso (C. M. S., 13/03/2015).

Figura 25 – Dracena – SP: principais dificuldades encontradas pelos pesquisados para o desenvolvimento das atividades da propriedade.



*Camponeses do Assentamento Nova Canaã.

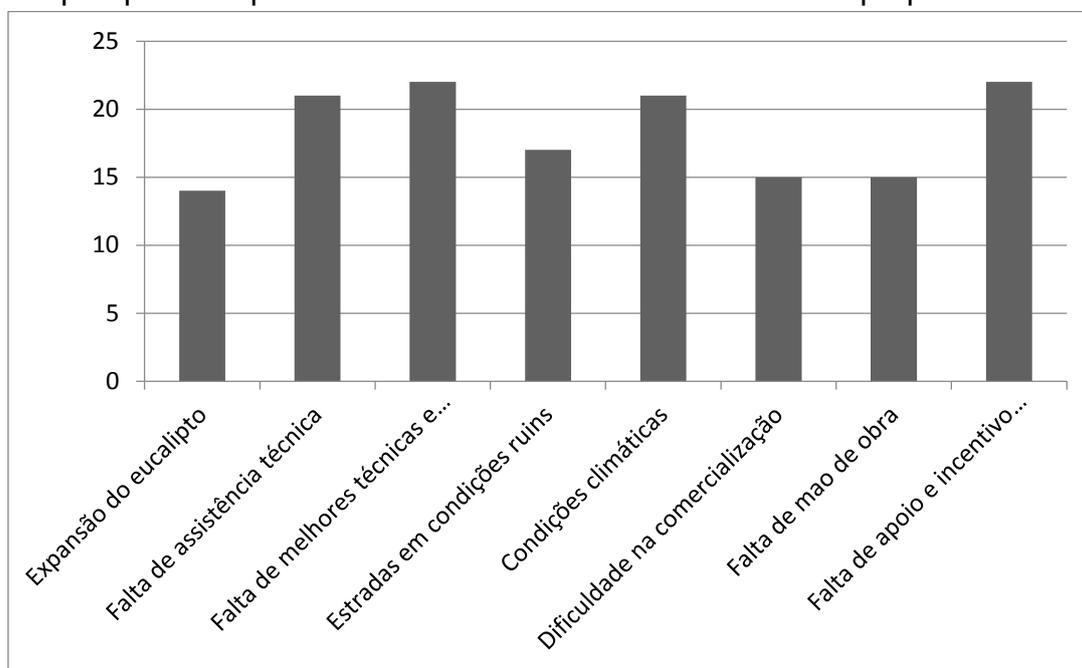
Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

Em Três Lagoas, as principais dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias (Figura 26), segundo os camponeses pesquisados, foram: falta de melhores técnicas e equipamentos (22), falta de apoio e incentivo governamental (22), condições climáticas (21), falta de assistência técnica (21), estradas em condições ruins (17), falta de mão de obra (15), dificuldade na comercialização (15) e expansão dos eucaliptais (14). Outros problemas também foram citados, porém em apenas uma oportunidade, como é o caso da falta de espaço para os assentados na feira livre Três Lagoas e a burocracia para participar das políticas públicas rurais. A respeito do clima e de outras dificuldades, o camponês treslagoense V. R. afirmou:

²¹ Local onde funciona a APRD e onde são entregues os produtos do PAA e do PNAE.

Nossa região é muito quente e seca. Agora tá bom de chuva, tá chovendo bem, mas até uns dias atrás tava ruim. Ano passado mesmo foi péssimo. Quem tem dinheiro faz irrigação, a gente que não tem fica *dependeno* da chuva. Ano passado mesmo a gente perdeu o feijão que a gente *planto*. Sempre acontece de perde. Esse ano tá *pareceno* que vai se melhor. Tá chovendo mais. *Vamo vê se vai* continua assim. [...] A gente não tem assistência aqui, não. Só de vez em quando. É difícil *vê eles passano* por aqui. [...] Apoio do governo falta muito. A gente tem pouco apoio. Tinha que *te* mais. Eles só *apoia* quem planta eucalipto, eu acho, porque todo mundo só *tá quereno planta* eucalipto, mas o governo tinha que ajudar mais a gente *tamém* (V. R., 09/04/2015).

Figura 26 – Três Lagoas – MS: principais dificuldades encontradas pelos pesquisados para o desenvolvimento das atividades da propriedade.



Fonte: Trabalho de campo, abr./2015.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento de suas atividades no campo, apenas dois (8%) dos 25 camponeses pesquisados de Dracena afirmaram a intenção de migrar para a cidade. Enquanto isso, os outros 23 (92%) pesquisados pretendem continuar no campo desenvolvendo suas atividades agropecuárias. Joviano (2009), em sua pesquisa de mestrado, também notou a resistência camponesa frente à territorialização do capital em um bairro rural de Dracena:

Ainda sobre a territorialização da cana, verifica-se que, no bairro do Prado, onde desde o período da colonização do

município predominam as pequenas unidades de produção, o setor sucroalcooleiro não conseguiu entrar, não havendo no bairro propriedades com arrendamento para plantio de cana-de-açúcar, evidenciando que onde há preponderância do modo de vida camponês, a resistência em relação à territorialização do capital é maior (JOVIANO, 2009, p. 161).

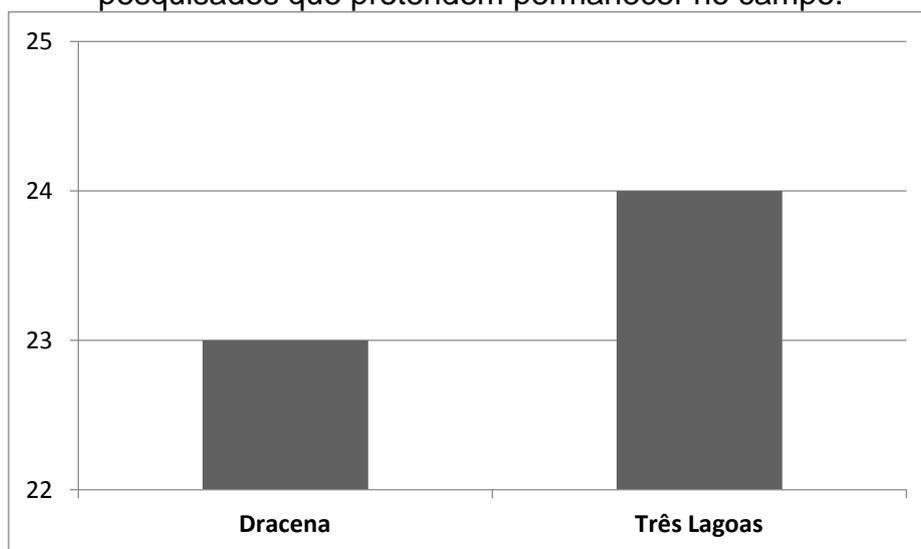
Em Três Lagoas, dos 25 camponeses pesquisados, 24 (96%) pretendem permanecer no campo. Apenas um camponês (4%) afirmou o interesse de migrar para a cidade (Figura 27). A respeito da resistência camponesa em Três Lagoas, Kudlavicz (2011) afirma:

Apesar da estrutura fundiária da Microrregião de Três Lagoas ser uma das mais concentradas no MS, é nesta região que os camponeses, teimosamente, resistem e insistem em se reproduzir socialmente em meio a toda sorte de adversidades. E ainda respondem por uma percentagem significativa da produção animal e vegetal, apesar da dinâmica da estrutura fundiária e de produção estar baseada, nas últimas três décadas, no monocultura do eucalipto e das pastagens para pecuária (KUDLAVICZ, 2011, p. 75).

Destarte, mesmo com o contexto desfavorável para o desenvolvimento do campesinato, o camponês treslagoense L. S. foi enfático ao relatar o intuito de permanecer no campo:

Eu sempre morei na roça e daqui eu não saio. Sempre tive uma vida difícil, com muita dificuldade, mas eu sempre tive o que comer. Nunca me faltou nada. Na roça é assim. Não passa fome. Na cidade é outra história. Eu não gosto da cidade. Lá tudo tem que comprar. Aqui a gente planta, colhe... Tá tudo pertinho da gente. Aqui a gente tem fartura. Fome aqui a gente não passa não. A gente planta de tudo um pouco. A gente também tem galinha, porco... Aqui na roça a gente vive bem! (L. S., 10/04/2015).

Figura 27 – Dracena – SP e Três Lagoas – MS: número de camponeses pesquisados que pretendem permanecer no campo.



Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

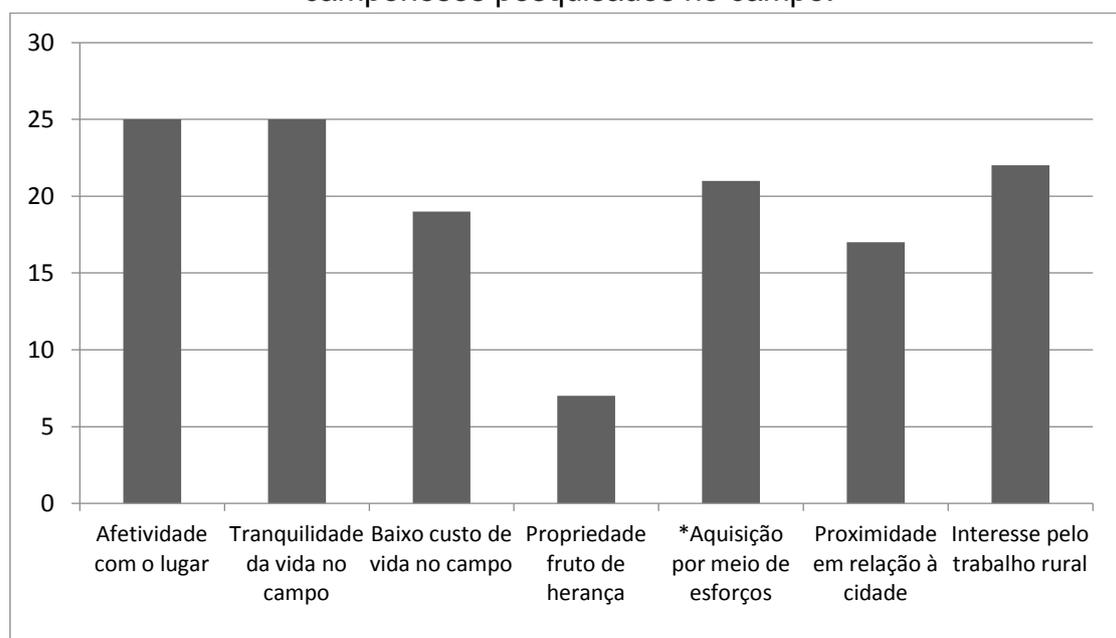
Apesar da importância da combinação de diferentes fontes de renda para a permanência dos camponeses no campo, averiguamos que os principais fatores viabilizadores dessa permanência não são de ordem econômica, pelo contrário, são relacionados ao modo de vida camponês, pois os fatores mais citados foram: afetividade com o lugar e tranquilidade da vida no campo (25), interesse pelo trabalho rural (22), propriedade adquirida por meio de muitos esforços (20)²², baixo custo de vida no campo (19), proximidade em relação à cidade (17) e propriedade fruto de herança (7). A afetividade com o lugar, os esforços para a aquisição da propriedade, a tranquilidade da vida no campo e o interesse pelo trabalho rural podem ser notadas no depoimento do camponês dracense A. A.:

Eu gosto de *mora* na roça. Eu nasci na roça, fui criado na roça e daqui eu não saio por nada. Eu tenho filhos na cidade, eles *me chama* direto *pra ir pra lá*, mas eu não vou, meu lugar é aqui. [...] Tive que *trabalha* muito *pra compra* isso aqui. Foi muitos anos no *café*, *trabalhano* de empregado. Foi sofrido. Eu e a *muié trabalhamo* bastante pros outros. [...] Aqui é *sussegado*, a gente não tem problema. A gente vive tranquilo aqui. Na cidade é outra coisa, lá tem coisa que não tem aqui. É perigoso. Aqui a gente dorme com a janela aberta, lá não tem como *faze* isso. Tem que *vive* fechado lá. Isso é ruim. Não

²² Os camponeses assentados ainda não são proprietários de fato da terra, no entanto, lutaram para conseguir aquele pedaço de terra, que, portanto, foi conseguido por meio de muitos esforços.

gosto de *vive* preso igual o povo da cidade não [...] Eu gosto de *trabalha* na roça. Eu fiz isso minha vida toda. Se eu for pra cidade, vou fazer o que lá? Eu só sei *trabalha* na roça *memo*. Tudo o que eu tenho, eu consegui na roça, *trabalhano* muito. Aqui eu fico ocupado o dia *intero*. Sempre tem coisa pra *faze* (A. A., 13/03/2015).

Figura 28 – Dracena – SP: fatores que influenciam na permanência dos camponeses pesquisados no campo.



*Inclui os assentados que ainda não são proprietários de fato da terra.

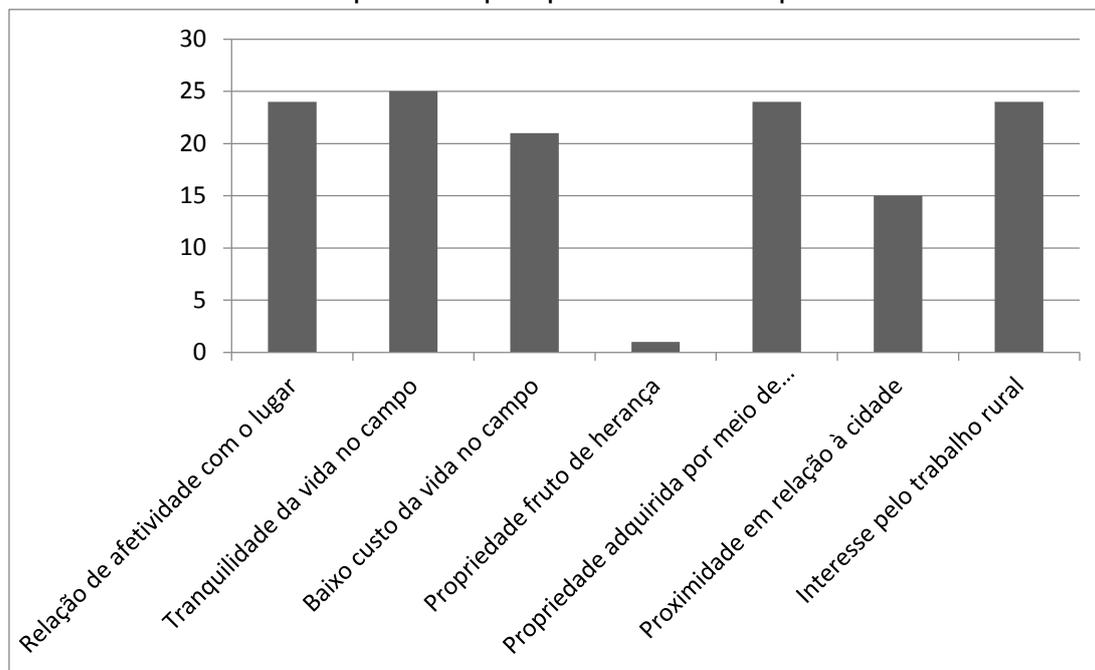
Fonte: Trabalho de campo, mar./abr./2015.

Os fatores mais citados pelos camponeses de Três Lagoas, no que diz respeito à sua permanência no campo, também não são relacionados ao âmbito econômico (Figura 29). Assim, os principais motivos foram: tranquilidade da vida no campo (25), relação de afetividade com o lugar (24), propriedade adquirida por meio de muitos esforços (24), interesse pelo trabalho rural (24), baixo custo da vida no campo (21), proximidade em relação à cidade (15). A qualidade da alimentação e a propriedade fruto de herança foram citadas apenas uma vez. Diversos fatores relacionados à permanência no campo podem ser observados no depoimento do camponês treslagoense J. P.:

Eu já morei na cidade muitos anos. Aí depois vim aqui *pro* assentamento. Foi muito difícil *pra tá* aqui. Foi uma batalha. *Passamo* muito sufoco no acampamento. Chuva, sol, muita *puera*, mas eu não me arrependo. Hoje eu vejo que valeu a pena. É muito bom *tá* aqui. Aqui a gente tem qualidade de vida, de comida... A gente tem uma convivência boa no

assentamento, sempre tem reunião. Toda terça tem terço também. O pessoal sempre tá junto [...] Eu não troco aqui por nada. [...] Eu gosto de *trabalha* na roça. É melhor que *trabalha* na cidade. Aqui a gente tem mais liberdade *pra trabalha* do nosso jeito (J. P., 10/04/2015).

Figura 29 – Três Lagoas – MS: fatores que influenciam na permanência dos camponeses pesquisados no campo.



* Inclui os assentados que ainda não são proprietários de fato da terra.

Fonte: Trabalho de campo, abr./2015.

Nos dois municípios pesquisados, os principais fatores viabilizadores da permanência dos camponeses no campo não são de ordem econômica, pelo contrário, são fatores ligados ao modo de vida camponês, pautado na tríade terra, trabalho e família (WOORTMANN, 1990; ALMEIDA, 2006). Essa situação reforça a tese que as terras utilizadas pelos camponeses e pelos capitalistas possuem interesses e resultados distintos, pois enquanto a terra utilizada pelos camponeses é terra de trabalho e de reprodução familiar, a terra utilizada pelos capitalistas é terra de negócio, de exploração do trabalho alheio e do meio ambiente (MARTINS, 1980).

Tanto em Dracena como em Três Lagoas, a proximidade em relação a cidade foi citada por boa parte dos camponeses pesquisados. Os camponeses de Dracena estão mais perto da cidade, pois a distância média das unidades camponesas pesquisadas de Dracena até o centro da cidade foi de 9,2

quilômetros. Enquanto isso, a distância média das unidades camponesas analisadas em Três Lagoas foi de 40,7 quilômetros. Apesar da distância média de Três Lagoas ser maior em relação à de Dracena, poucos camponeses de Três Lagoas elencaram a distância como obstáculo para o desenvolvimento de suas atividades agropecuárias. O maior problema, segundo os camponeses pesquisados, é a má conservação das estradas, sobretudo, as de terra²³.

A partir da análise do questionário aplicado junto aos camponeses dos municípios pesquisados, constatamos a existência de uma série de dificuldades para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. Todavia, a grande maioria dos camponeses dos dois municípios analisados afirmaram que não pretendem deixar o campo em função de diversos fatores, conforme apontamos no decorrer deste item, evidenciando a resistência camponesa perante às adversidades resultantes da territorialização do capital no campo.

²³ Em Dracena, 19 camponeses relataram que as condições ruins das estradas é um dos principais problemas para o desenvolvimento das atividades da propriedade, enquanto em Três Lagoas, 17 camponeses citaram este item.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1950, o Estado incentivou o processo de territorialização do capital no campo com o intuito de proporcionar a modernização da agricultura. Esta modernização seria realizada com o propósito de aumentar a produção e a produtividade agrícola e, conseqüentemente, contribuir para a internacionalização da economia brasileira. Deste modo, a territorialização do capital e a modernização da agricultura proporcionaram as condições necessárias para a expansão das atividades agrícolas desenvolvidas em grande escala no Brasil, como são os casos das monoculturas de cana-de-açúcar, em Dracena, e de eucalipto, em Três Lagoas.

A expansão do monocultivo de eucalipto em Três Lagoas tem-se apresentado de forma mais intensa que a cana-de-açúcar em Dracena. A grandiosidade dos investimentos no complexo eucalipto-celulose-papel proporcionou para Três Lagoas o rótulo de “capital mundial da celulose”. Atualmente, Três Lagoas abriga duas das maiores unidades agroindustriais produtoras de celulose e papel do mundo. Em Dracena, a expansão da lavoura canieira também é significativa, porém com números e investimentos menores que os verificados em Três Lagoas. Todavia, nos últimos anos, os dois municípios sofreram uma série de impactos socioambientais similares gerados pela expansão das referidas monoculturas.

Do ponto de vista social, a expansão das monoculturas de cana-de-açúcar e de eucalipto amplia a concentração de terra e de renda no campo, desarticula comunidades rurais e dificulta o desenvolvimento do campesinato.

A ampliação da concentração de terra e renda no campo, aliás, é uma das principais características da territorialização do capital, pois a reprodução ampliada do capital ocorre integralmente, abrindo possibilidades para que os capitalistas/proprietários de terras acumulem cada vez mais terra e capital, contribuindo, conseqüentemente, para a ampliação das desigualdades socioeconômicas no campo (OLIVEIRA, 1996b).

Em entrevistas com os camponeses dos dois municípios pesquisados, foi possível perceber que, após a expansão da monocultura, houve enfraquecimento da dinâmica das comunidades rurais. Os camponeses que

relataram essa situação foram enfáticos ao afirmarem que a desarticulação das comunidades rurais possui estreita relação com a expansão da monocultura em seu município.

A expansão da monocultura atrapalha o desenvolvimento do campesinato em vários aspectos, conforme pôde ser notado nos depoimentos dos camponeses. A deterioração das estradas, em função do tráfego de caminhões das usinas, a diminuição da mão de obra disponível no campo e os impactos ambientais foram os mais citados pelos pesquisados.

No que se refere aos impactos ambientais, a expansão da monocultura provoca homogeneização da paisagem, redução da biodiversidade e poluição do solo, do ar e dos recursos hídricos, em decorrência da utilização de agrotóxicos.

A homogeneização da paisagem e a redução da biodiversidade são características das áreas onde as monoculturas predominam, pois a vegetação natural é retirada e substituída pela monocultura, impactando a paisagem e os seres vivos. Sem a vegetação natural, os seres vivos tendem a migrar em busca dos alimentos necessários para sua sobrevivência. Esse é um dos fatores que torna cada vez mais comum a presença de animais silvestres nas cidades.

A poluição do ar, do solo e dos recursos hídricos, devido à utilização demasiada de agrotóxicos, também foi um problema relatado por muitos pesquisados. Diversos camponeses relataram que perderam ou que conhecem alguém que perdeu parte da lavoura devido aos agrotóxicos pulverizados pelos aviões. Além dos problemas mencionados, em Três Lagoas, a grande quantidade de água consumida durante o processo de crescimento dos eucaliptais também foi um dos problemas ambientais mais citados pelos camponeses.

Muitos camponeses analisados mostraram-se preocupados com os problemas ambientais gerados pela expansão da monocultura em seu município. Esses camponeses acreditam que a monocultura provoca vários problemas para o meio ambiente. Assim, tanto em Dracena como em Três Lagoas, os camponeses temem pelo futuro dos recursos naturais.

Além dos problemas mencionados, a expansão da cana-de-açúcar, em Dracena, e do eucalipto, em Três Lagoas, alterou significativamente a estrutura

agropecuária dos dois municípios. Como informado no decorrer deste trabalho, o ano de 2001 marcou o início da expansão do setor sucroalcooleiro em Dracena. No município de Três Lagoas, a expansão dos eucaliptais ocorreu a partir do ano de 2006. Em ambas as localidades, a partir do ano inicial do processo expansionista foram verificadas a redução do efetivo animal, da produção de origem animal, das lavouras temporárias e permanentes e, no caso específico do município de Três Lagoas, de outros tipos de silvicultura. Esse contexto se torna preocupante, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos nos dois municípios.

Mesmo com diferentes contextos, seja do ponto de vista econômico, histórico ou social, os municípios de Dracena e Três Lagoas apresentam semelhanças no que diz respeito à expansão desenfreada de uma monocultura. Nesse sentido, a reprodução socioeconômica dos camponeses e de seus dependentes, no campo, torna-se cada vez mais complicada, em decorrência dos interesses capitalistas.

Apesar das dificuldades existentes nos dois municípios, em Três Lagoas a situação é mais complicada que em Dracena. Como informado no decorrer do trabalho, em Dracena a produção camponesa esteve presente desde o início da formação do município. Já em Três Lagoas, a produção camponesa nunca foi uma característica do município, entretanto, o número de camponeses têm crescido nos últimos anos em decorrência, sobretudo, da criação de assentamentos rurais da Reforma Agrária. Tal situação faz com que grande parte dos camponeses de Três Lagoas estejam, atualmente, em processo de estruturação, adequação e organização. Um exemplo desse momento é o Assentamento 20 de Março, que existe desde o ano de 2009, mas que teve sua rede de energia elétrica instalada somente no início de 2015.

Em decorrência do aumento recente do número de camponeses, o próprio município ainda parece não estar adequado para lidar com o campesinato, haja vista que o órgão da Prefeitura de Três Lagoas voltado para atender o setor agropecuário é o Departamento de Agronegócio, que é um dos departamentos da Secretaria de Meio Ambiente, Agronegócio, Ciência e Tecnologia. Assim, fica evidente qual é o foco e a prioridade das ações municipais no que se refere ao setor agropecuário.

A posição da Prefeitura de Três Lagoas, em que o foco é o agronegócio, pôde ser facilmente notada durante os trabalhos de campo. Dificilmente os camponeses pesquisados relataram apoio da prefeitura. Normalmente, o apoio ocorre por parte das grandes agroindústrias produtoras de celulose e papel, por meio de projetos desenvolvidos junto aos camponeses. Tal situação fez com que alguns camponeses pesquisados defendessem as agroindústrias e a expansão do eucalipto, já que a ação do poder público é deficitária.

O Assentamento Nova Canaã, de Dracena, também é exemplo do processo de estruturação, adequação e organização, pois as famílias estão assentadas há apenas dois anos e ainda não tem água encanada, energia elétrica e moradia. Assim, a falta de infraestrutura devido ao pouco tempo no lote reflete nas diferenças existentes entre a situação socioeconômica deles e a dos camponeses tradicionais.

Acreditamos que essas diferenças ocorrem em virtude de diversos fatores como, por exemplo, o tempo na propriedade. Enquanto os camponeses tradicionais estão há vários anos na propriedade, os assentados, geralmente, estão há pouco tempo no lote. Percebemos, a partir dos trabalhos de campo, que a desigualdade socioeconômica ocorre também entre os assentamentos mais antigos e os mais recentes. O Assentamento do Pontal do Faia, por exemplo, é, aparentemente, o mais organizado entre os visitados e o que as famílias apresentaram a maior renda média mensal. Ele também é o assentamento mais antigo entre os pesquisados, pois famílias estão, em média, há cerca de 13 anos assentadas. Na contramão dessa situação está o Assentamento Nova Canaã, de Dracena, que é o mais recente entre os assentamentos visitados e o que possui menos infraestrutura e organização. Além disso, a renda média mensal das famílias do Nova Canaã foi a menor entre os assentamentos pesquisados.

Apesar da desigualdade socioeconômica existente entre os camponeses tradicionais e os assentados, vale salientar que, nos assentamentos, o número médio de moradores por unidade produtiva é maior. Além disso, a idade média dos que se dedicam ao trabalho agropecuário nos assentamentos é menor. Acreditamos que estas características refletem as perspectivas futuras, pois enquanto os assentados mostraram-se positivos e animados com relação ao

futuro das atividades da unidade produtiva, os camponeses tradicionais apresentaram-se mais cautelosos e desanimados.

Mesmo com inúmeras dificuldades para continuar produzindo, a maioria dos camponeses pesquisados pretende ficar no campo, em virtude de diversos fatores relacionados ao modo de vida camponês, dentre os quais se destacam: relação de afetividade com o lugar, tranquilidade da vida no campo, propriedade adquirida por meio de muitos esforços e interesse pelo trabalho rural. Tal situação evidencia a resistência camponesa perante às adversidades impostas pela territorialização do capital no campo.

Neste contexto expansionista, tanto em Dracena como em Três Lagoas, a situação dos camponeses não é a ideal, pelo contrário, encontra-se cada vez mais desfavorável. Acreditamos que a melhoria das condições para os camponeses passa por uma mudança de visão dos governos federal, estaduais e municipais, para que aconteça a verdadeira valorização dos camponeses, responsáveis pela maior parte dos alimentos produzidos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. A territorialização do agronegócio do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à reforma agrária. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010.

_____. Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul. **Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012. p. 1-19. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1291_1.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária. **Anais XIV Encuentro de Geógrafos da América Latina**. Lima, 2013. p. 1-11. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Rosemeire-Aparecida-de-Almeida.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ANDRADE, M. C. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: LECH, 1979.

_____. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Unesp, 1994.

AVELINO JÚNIOR, F. J. **A questão da terra em Mato Grosso do Sul: Posse/uso e conflitos**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). 2004. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BEDUN, M. R. **Os desafios da agricultura familiar camponesa frente à territorialização do agronegócio: perspectivas para o município de Tupi Paulista e seu entorno regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2012. 138 f. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CALAÇA, M. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no cerrado. **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia, v. 1, n. 9, fev/2010, p. 6-23. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/16680>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

CAMACHO, R. S. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**. Tupã, v. 10, n. 10, 2014, p. 1-16. Disponível em: <http://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/771/pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 7, n. 5, jul./dez. 2004, p. 1-12. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1466/1442>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M. Por uma abordagem territorial do Cerrado Goiano. In: SAQUET, M. A.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. v. 1, p. 191-206.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil (1990 a 2013)**. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewcategory/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao?Itemid=23>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. ed. 1. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008, p.239-271.

_____. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Geografia agrária, territórios e desenvolvimento**. ed. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.55- 88.

_____. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FERNANDES, B. M. **Brasil 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, n. 2, 1999a.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST (1979 – 1999)**. São Paulo, 1999b. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____. **A Formação do MST no Brasil**, 1º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008, p. 273-301.

_____. **Agronegócio e reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/agronegocio-e-reforma-agraria/view>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

FIDELIS, A. C.; LIMA, J. D. Impactos ambientais da silvicultura no bioma cerrado. **Anais V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Niterói, 2009. p. 1-11. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Alex%20Camargo%20Fidelis.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FONSECA, S. R. **Monocultivo de eucalipto, relações de trabalho e os caminhos da resistência camponesa no Assentamento São Joaquim (MS)**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930 – 2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia das conflitualidades no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. 2. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.339-366.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário (1995 e 2006)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal (1990 a 2013)**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acessado em: 28 jan. de 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal (1990 a 2013)**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acessado em: 15 fev. de 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (1990 a 2013)**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acessado em: 25 fev. de 2015.

JOVIANO, C. V. M. **Expropriação, luta e resistência: a questão camponesa no bairro “maquininha”, município de Dracena-SP**. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

JURADO, F. L. S. **O processo de industrialização na cidade de Três Lagoas (MS): discursos, desdobramentos e contradições**. 2008. 220 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011.177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LELIS, L. R. M.; HESPANHOL, R. A. M. Dinâmica agropecuária do município de Dracena - SP: da cafeicultura à cana-de-açúcar. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 6, n. 2, p. 181-198, 2013. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/7805>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. Os desdobramentos socioeconômicos da crise do café nas pequenas propriedades rurais do município de Dracena (SP). **Campo - Território**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 230-255, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22706/14385>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

LIMA, J. R. Contradições na produção do espaço rural brasileiro: modernização do campo, espacialização da pobreza e resistência. **Revista GeoNordeste**. Ano XXIII, n. 1, p. 136-156, 2012. Disponível em: <<http://200.17.141.110/pos/geografia/geonordeste/index.php/GeoNordeste/article/view/274>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Territorialização da agricultura moderna na região da estrada de ferro (Goiás) e as modificações no espaço agrário. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, p. 1-18. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Matos_PF.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **RevistaGeo UERJ**. Ano 13, n. 22, v. 2. p. 290-322, 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/2456>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, A. R. **A fruticultura como alternativa aos pequenos produtores rurais: o caso da região de Dracena/SP.** 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** ed. 4. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** ed. 2. São Paulo: Contexto, 1996a.

_____. Agricultura Brasileira: Transformações Recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.), **Geografia do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1996b, p. 467-534.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43. São Paulo: IEA, dez. 2001. p. 185-206.

_____. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. **Reunião da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**, Goiânia, out. 2003, p. 1-52.

_____. Geografia agrária: perspectivas no século XXI. In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino de; Marques, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** ed. 5. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, P. **As relações entre as indústrias de Três Lagoas - MS no contexto de territorialidade:** um estudo com perspectivas de desenvolvimento local. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território:** a questão camponesa no capitalismo. ed. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PERPETUA, G. M. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel:** um estudo a partir de Três Lagoas (MS). 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos

recursos naturais. In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino de; Marques, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 207-253.

SANTOS, R. R. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. **Revista Campo-Território**. Uberlândia, v. 2, n. 3, fev/2007, p. 40-54. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11800/8415>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

SEGATTI, S. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da Microrregião de Dracena – SP**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. ed. 1. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. Presidente Prudente, São Paulo, 2009.

VELOSO, F. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA**. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília: DAN/UNB, 1990, p. 11-73. Disponível em:
<http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1987/anuario87_woortmann.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

**APÊNDICE A - Roteiro para entrevistas com representantes municipais do
setor agropecuário**

Entrevistador: _____ Data: __/__/__

Nome: _____

Função: _____

Tempo no cargo: _____

- 1) A expansão da monocultura (cana-de-açúcar em Dracena; eucalipto em Três Lagoas) em seu município tem se configurado como um obstáculo para o desenvolvimento do campesinato?
- 2) Existe um apoio efetivo dos governos federal, estadual e municipal para os camponeses de seu município?
- 3) Quais as ações que o município participa e/ou desenvolve para os camponeses?
- 4) Quais as ações desenvolvidas pela entidade/órgão que você representa para apoiar os camponeses de seu município?
- 5) Como se encontra a estrutura produtiva dos camponeses de seu município atualmente?
- 6) Qual é sua opinião sobre as condições dos camponeses de seu município atualmente?
- 7) Quais são suas perspectivas em relação ao futuro dos camponeses de seu município?
- 8) Deseja fazer alguma consideração sobre o tema em questão?

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos camponeses

Pesquisador: _____ Data: __/__/__

1) Nome: _____

2) Bairro em que se localiza a propriedade: _____

3) Distância até o centro da cidade: _____ 4) Tamanho da propriedade: _____

5) Qual é a condição do produtor: Proprietário Parceiro Arrendatário Outra.
Qual? _____

6) Quantas pessoas moram na propriedade? _____ Qual é o sexo delas? ___H ___M

Qual a idade dos moradores que se dedicam ao trabalho agropecuário? _____

6.1) Mora há quanto tempo na propriedade? _____

7) Quais são os meios econômicos que atualmente são utilizados para obtenção de renda pelos moradores da propriedade?

Comercialização da produção Trabalho temporário em outras propriedades rurais

Aposentadoria

Aluguel de imóvel (is) Trabalho na cidade Políticas públicas assistenciais

Políticas públicas rurais Outros.

Quais? _____

8) As rendas obtidas em atividades não agrícolas são utilizadas para a manutenção da propriedade? Sim Não

9) Qual é a renda média mensal conjunta familiar?

até R\$500,00 entre R\$500,01 e R\$1.000,00

entre R\$1.000,01 e R\$1.500,00 entre 1.500,01 e R\$2.000,00

entre R\$2.000,01 e R\$3.000,00 entre R\$3.000,01 e R\$4.000,00

entre R\$4.000,01 e R\$5.000,00 entre R\$5.000,01 e R\$ 10.000,00

acima de R\$ 10.000,01

10) Como está estruturada a produção de sua propriedade atualmente? _____

11) Participação de alguma associação ou cooperativa? Sim Não Se sim, qual (is)? _____

12) Participa de alguma política pública? Qual (is)? Caso a resposta seja sim, qual a importância da (s) mesma (s) para o desenvolvimento das atividades da propriedade? _____

13) A expansão da monocultura (cana-de-açúcar em Dracena; eucalipto em Três Lagoas) tem se configurado como obstáculo para o desenvolvimento de suas atividades no campo? Caso a resposta seja sim, de que forma essa situação pode ser notada?

